

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Análise discursiva do conceito de sociedade melhor
nas manifestações de 2013 a 2015 no Brasil**

DANIEL DE OLIVEIRA CARVALHO

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Rodrigo Miguel Correia Furtado, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação.

2019

“Nada mais cretino e mais cretinizante do que a paixão política. É a única paixão sem grandeza, a única que é capaz de imbecilizar o homem.”

“Quando os amigos deixam de jantar com os amigos [por causa de ideologias], é porque o país está maduro para a carnificina.”

Nelson Rodrigues, escritor e dramaturgo.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract	V
Lista de Abreviaturas	VII
Introdução	1
1. Um período de mudanças	2
1.1 Contextos precedentes	2
1.2 As Jornadas de Junho de 2013 e o início das mudanças	4
1.3 Do ponto de inflexão à queda de Dilma Rousseff	5
1.4 Transformações invisíveis	6
2. Cultura e comunicação	8
2.1 O registro da cultura	8
2.2 As definições de cultura	10
2.3 O ciclo de transformação da cultura	12
2.4 A cultura como forma de empatia	13
2.5 O discurso como instrumento da cultura	15
2.6 O discurso como instrumento de empatia	18
3. Enquadramento da pesquisa	20
3.1 Objetivo, hipótese e delimitação	20
3.2 Seleção dos textos	21
3.3 Metodologias de pesquisa	23
3.4 Relevância do tema	24
4. O Discurso da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff: a situação retórica	26
4.1 Os aspectos do <i>Ethos</i> , do <i>Pathos</i> e do <i>Logos</i>	28
4.2 O contexto do pronunciamento e suas relações	32
4.3 Imagem de uma sociedade ideal	36
5. Entrevista de Kim Kataguiri ao Jornal Gazeta: a situação retórica	40
5.1 Os aspectos do <i>Ethos</i> , do <i>Pathos</i> e do <i>Logos</i>	43
5.2 O contexto da entrevista e suas relações	49
5.3 Imagens de uma sociedade ideal	51

6. Pronunciamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha: a situação retórica	54
6.1 Os aspectos do Ethos, do Pathos e do Logos	57
6.2 O contexto do pronunciamento e suas relações.....	59
6.3 Imagens de uma sociedade ideal	62
7. Entrevista de Lucas Monteiro de Oliveira ao Jornal da Gazeta: a situação retórica	65
7.1 Os aspectos do Ethos, do Pathos e do Logos	67
7.2 O Contexto da entrevista e suas relações	71
7.3 Imagens da sociedade ideal	73
8. Conceitos presentes na relação dos discursos	76
8.1 Progresso, mudança e acúmulo.	77
8.2 O líder como herói.....	78
8.3 O agente autorizado e a elite	79
8.4 Conquistas e narrativa	80
8.5 O Estado como guardião das conquistas	81
8.6 O materialismo nas conquistas	82
8.7 O plano secundário da identidade	83
Conclusão.....	85
Referências Bibliográficas	88
Anexos	98

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que me apoiaram para a execução deste trabalho. Em especial ao Prof. Dr. Rodrigo Furtado, que me orientou no desenvolvimento deste projeto.

Agradeço aos professores da Faculdade de Letras, pelo conteúdo ministrado e pela base teórica que utilizo neste trabalho e à Universidade de Lisboa pela estrutura oferecida para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também à minha família e amigos que me apoiaram, ao longo deste ano, no desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e tornaram possível a realização deste projeto.

Resumo

Este projeto tem como objetivo aferir a aplicabilidade da análise intertextual para identificação de conceitos que relacionem discursos divergentes a uma mesma base cultural. Trata-se de uma dissertação em Análise do Discurso e Análise da Cultura em que a reflexão principal será sobre a produção dos significados e a sua relação intertextualidade. Com base na teoria de análise do discurso apresentada por Norman Fairclough (2003) e na metodologia apresentada por Raymond Williams em *The Analysis of Culture* (1964) e em *Keywords* (1976), quatro discursos diferentes foram selecionados para análise: O discurso da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, de Kim Kataguri, líder do Movimento Brasil Livre, e de Lucas Monteiro, membro do Movimento Passe Livre. A delimitação da pesquisa refere-se ao período de 2013 a 2015 no Brasil; período em que ocorreram as grandes manifestações de rua e que culminaram no *impeachment* da então presidente. Após análise contextual e extração dos conceitos de sociedade melhor que cada um demonstra uma análise foi feita de forma a aferir os conceitos presentes para então se descobrir uma relação entre os conceitos culturais comuns a cada discurso. Este trabalho demonstra que a análise cultural e a análise do discurso podem ser ferramentas úteis na investigação da cultura e, como apresentado por Williams em *Keywords*, abre possibilidade para novas linhas de investigação no âmbito dos estudos culturais.

Palavras-Chave: Análise da Cultura, Análise do Discurso, Manifestações populares.

Abstract

This project aims to assess the applicability of intertextual analysis to identify concepts that relate divergent discourses to the same cultural basis. It is a dissertation in Discourse Analysis and Culture Analysis in which the main reflection will be about the production of meanings and their intertextual relation. Based on the discourse analysis theory presented by Norman Fairclough (2003) and the methodology presented by Raymond Williams in *The Analysis of Culture* (1964) and *Keywords* (1976), four different discourses were selected for analysis: speech by former Brazilian President Dilma Rousseff, by Eduardo Cunha, then Speaker of the Chamber of Deputies, Kim Kataguirí, leader of the Free Brazil Movement, and Lucas Monteiro, a member of the Free Pass Movement. The delimitation of the research refers to the period from 2013 to 2015 in Brazil; during which the major street demonstrations took place and culminated in the impeachment of the then president. After contextual analysis and extraction of the concepts of society better than each demonstrates an analysis was made in order to gauge the present concepts and then discover a relationship between the cultural concepts common to each discourse. This work demonstrates that cultural analysis and discourse analysis can be useful tools in cultural investigation and, as presented by Williams in *Keywords*, opens the possibility for new lines of investigation in cultural studies.

Keywords: Cultural Analysis, Discourse Analysis, Popular manifestations.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrônimos

CUT – Central Única dos Trabalhadores

LSF – Linguística Sistemico Funcional

MBL – Movimento Brasil Livre

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Sem Terra

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

Introdução

Este trabalho visa apresentar o resultado de uma pesquisa que tenta responder à pergunta: é possível encontrar uma unidade conceitual e cultural entre discursos divergentes? Para responder a esta pergunta, foi selecionado como objeto de estudo o período histórico que vai de 13 de março de 2013 a 15 de março de 2015 no Brasil. Período que ficou conhecido pelas gigantescas manifestações de rua, que inicialmente pediam por melhores condições de vida e pela redução nos preços do transporte coletivo, mas que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff, então presidente do Brasil.

Com base nas teorias apresentadas por Raymond Williams (1964), Norman Fairclough (2003), T. S. Eliot (1948), John Storey (1993), Ann Swidler (1986), Stuart Hall (1997) e Céli Regina (2017), este trabalho tem por objetivo elucidar um pouco as questões sobre o que é a cultura, como ocorrem as mudanças culturais e como a linguagem e o discurso se relacionam. Para isso, este trabalho foi dividido em capítulos que abrangem os seguintes temas:

No **Capítulo 1**, é apresentada uma breve contextualização histórica do cenário brasileiro de 1964 até 2018. Com base nesta contextualização, o **Capítulo 2** apresenta a problematização do conceito de cultura, quais as principais teorias e definições quanto ao termo, sua relação com a linguagem e as teorias de Análise do Discurso.

No **Capítulo 3**, de forma a unir a contextualização e as teorias estudadas, apresenta-se o objetivo do projeto, com o problema a ser pesquisado, metodologias utilizadas, delimitações e demais questões pertinentes a execução desta pesquisa.

Do **Capítulo 4** ao **Capítulo 7**, apresenta-se a análise detalhada de cada discurso selecionado, as relações com seus contextos e os pressupostos culturais e intertextuais que respondem à pergunta: qual é a visão de uma sociedade melhor que este discurso apresenta?

No **Capítulo 8**, as respostas a esta última pergunta são relacionadas e desenvolvidas. Os principais temas em comum nos discursos analisados são apresentados e uma resposta hipotética à pergunta central do trabalho se forma.

Por fim, as conclusões são apresentadas de forma a mostrar como se dá esta unidade conceitual e cultural entre discursos divergentes, quais as limitações desta pesquisa e de que forma novas possibilidades de investigação são possíveis.

1. Um período de mudanças

1.1 Contextos precedentes

Ao décimo segundo ano de governo, e após ser reeleito em 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) encontrou-se diante de um fato inesperado: uma onda de manifestações antigoverno e *anti-PT*, caracterizada pela hostilidade dos manifestantes ao partido, tomou as ruas do Brasil em protestos contra o governo da então presidente Dilma Rousseff, mais especificamente contra as políticas econômicas e sociais implantadas por ela e seu antecessor, Lula da Silva. Os protestos se deram contra a crise econômica, que afetava o país desde o final de 2014, e as medidas de austeridade implantadas pelo governo, cujos efeitos foram amplamente sentidos no ano de 2015. As manifestações ocorreram em todo o país entre o período de junho de 2013 a agosto de 2016, e culminaram no processo de *impeachment* da então presidente e sua deposição do cargo (Batista, 2016).

Este cenário não pode ser compreendido isoladamente, como tendo sentido em si mesmo. Antes de tudo, faz-se necessário compreender os antecedentes políticos que culminaram neste ponto da história do Brasil.

De maneira geral, uma constante permanece na história recente do país que é a oposição entre as ideologias de esquerda e de direita, entre progressismo e conservadorismo. Os pontos mais importantes deste conflito tiveram início nos anos de 1950, após a queda do governo de Getúlio Vargas, quando situações de crise econômica e social trouxeram grande instabilidade. Seguido a este período, o ressurgimento de polaridades ideológicas, antes controladas pelo autoritarismo do governo Vargas, a presença de grupos revolucionários e a ameaça da tomada do poder no Brasil por parte de movimentos comunistas resultaram em milhares de pessoas nas ruas no protesto conhecido como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Esta manifestação foi promovida pela Igreja Católica nos dias 19 de março e 8 de junho de 1964. Não só esta marcha teve grande repercussão na época: aconteceu algo semelhante com o “Comício Central”, manifestação promovida pelo então presidente Jango com o objetivo de demonstrar o apoio popular ao seu governo e de acelerar as reformas de base sociais consideradas socialistas. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi interpretada pelos militares brasileiros como uma demonstração de apoio ao militares por parte da população e de oposição aos movimentos progressistas e resultou no golpe militar de 31 de março de 1964 e em vinte e um anos de ditadura militar; neste período, os direitos políticos, de expressão e de manifestação foram suprimidos em nome de um projeto de governo que visava instaurar a ordem no país e evitar ações subversivas e revolucionárias,

bem como frear o avanço do comunismo no Brasil e na América Latina (Fausto, 1994, p. 443-462).

A partir de 1985, com a queda do regime militar e após incontáveis casos de violações dos direitos humanos e de corrupção, o Brasil passa por uma fase de redemocratização que se estende até 1989. É neste período de recuperação das liberdades políticas que o Brasil experimenta a criação de diversos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e centro. Entre 1988 e 2003 o Brasil será governado principalmente por partidos de cunho liberal com foco nos princípios do livre mercado e da boa administração; este período é marcado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo plano real e pela estabilização econômica.

É neste contexto, em que há um governo voltado para o mercado, que os partidos de esquerda e os movimentos sociais ganham força, em especial em redor da figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, Lula é eleito presidente do Brasil com um poderoso discurso de combate à pobreza e à corrupção. É no governo Lula que o Brasil volta a viver um crescimento econômico forte e sustentável devido à continuidade das políticas econômicas de seu antecessor, das novas políticas sociais implantadas e de um contexto de crescimento global anterior à crise econômica internacional de 2008. É interessante notar que a última manifestação de crescimento econômico semelhante foi notada na primeira década do regime militar, no chamado Milagre Brasileiro, e que culminou em um período de hiperinflação e instabilidade política e econômica após o fim da ditadura; assim, também o grande período de crescimento do governo Lula terminará em uma profunda crise econômica e em convulsões sociais, como veremos adiante.

Com o crescimento econômico do país, milhares de pessoas ascenderam à chamada classe média. No término de seu mandato como presidente, Lula deixou um legado de estabilidade, progresso e de programas de inclusão social. Apesar disso, seu governo também foi marcado por diversos escândalos de corrupção, como o caso do Mensalão, onde denúncias de desvio de dinheiro público para financiamento de campanhas eleitorais e para a compra de votos no Congresso Nacional atingiram aliados próximos ao ex-presidente (Villa, 2012).

Ao término do governo Lula, Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, é eleita presidente do Brasil, em 2010, e também com um forte discurso de continuidade do modo de gestão do governo anterior, a ponto de ser chamada de mãe do povo e de “Dilma é Lula” (Pires, 2011, p. 144).

O período de crescimento econômico e de ascensão dos movimentos progressistas na política brasileira se estende até o ano de 2013, quando uma série de manifestações de rua

tomam o país e reiniciam um período de instabilidade política que é seguida de uma crise econômica.

1.2 As Jornadas de Junho de 2013 e o início das mudanças

É importante notar que entre 1992 e 2013 o Brasil teve poucas ou não significativas manifestações de rua. A última grande movimentação, em 1992, foi o movimento “Fora Collor”, que pedia o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello e que conseguiu reunir cerca de 650 mil pessoas em todo país (Coronato, 2015). Desde então, as manifestações e mobilizações sociais ficaram a cargo de sindicatos, movimentos sociais organizados e da militância de partidos de esquerda, tendo os partidos de centro e direita experienciado uma significativa redução na militância política graças aos efeitos bem-sucedidos das políticas sociais e econômicas do governo Lula (Pinto, 2017, p. 119).

Em 2013, uma série de manifestações ocorridas na cidade de São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, ganha repercussão graças ao uso das redes sociais. As mobilizações que espalharam-se pelo Brasil ganharam ampla adesão principalmente em São Paulo e na região nordeste e chegaram a reunir dois milhões e meio de participantes (Coronato, 2015). Eram passeatas compostas por pessoas das mais variadas posições políticas e de diferentes classes sociais, gêneros e regiões, como demonstra Céli Regina Pinto em seu artigo “A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil” (Pinto, 2013-2015), ao descrever as características dos manifestantes:

a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. (...) O Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, (...) jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da Rede Globo de televisão defendendo o direito do “cidadão de bem” de se manifestar.

(Pinto, 2017, p. 129-130)

Essa mistura de pessoas de posições políticas divergentes, unificada em torno da insatisfação coletiva, foi o primeiro sinal de que algo mudara em algum período dos doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Apesar da heterogeneidade dos manifestantes, as Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas, não eram explicitamente antigoverno, antes eram manifestações sem objetivos definidos, sem entidades responsáveis definidas e organizadas principalmente pelas redes sociais. Naquela época, o único grupo de liderança reconhecida era o Movimento Passe Livre (MPL).

Com a adesão de *black-blocs*, grupos vestidos de preto que recorriam a violência para se fazerem ouvir (Dupuis-Déri, 2014), às manifestações, o aumento dos casos de vandalismo durante e a falta de uma pauta unitária que direcionasse os apelos da população, as jornadas perderam força logo após julho de 2013, reduzindo-se a pequenas manifestações isoladas. Também muitos dos objetivos das manifestações foram atingidos, como o congelamento no preço da tarifa de ônibus. Todavia, os sentimentos de revolta, insatisfação e descontentamento foram despertados. Não só isso, a mobilização em massa em 2013 apresentou à população a realidade esquecida de que a sociedade poderia pressionar o governo nas ruas.

1.3 Do ponto de inflexão à queda de Dilma Rousseff

Ainda em seu artigo, Céli Pinto argumenta que uma “virada ideológica” ocorreu entre as manifestações de 2013 e 2015, mais precisamente no momento da Copa do Mundo de 2014, quando a população brasileira deparou-se com gastos exorbitantes em monumentais estádios de futebol, investimentos pesados em eventos esportivos, em detrimento dos serviços básicos prestados à população e com os primeiros sinais da vindoura crise econômica de 2014, durante a campanha de reeleição de Dilma Rousseff (Pinto, 2017, p. 138). Este cenário de crise foi a oportunidade necessária para o florescimento dos movimentos de oposição, não somente ao governo Dilma, mas contra toda a política do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos de esquerda. Essa situação foi ainda agravada pela operação Lava Jato, a maior operação da Polícia Federal Brasileira contra esquemas de corrupção e desvio de dinheiro, que atingiu grandes empresas, inclusive estatais, e políticos, como deputados federais, senadores e ministros.

A reeleição de Dilma Rousseff criou um clima de insatisfação no país, visto que esta continuidade do governo significava a permanência da mesma política e do seu estado de coisas. É em 15 de março de 2015¹ que a segunda maior manifestação da história do Brasil acontece, sendo a primeira grande manifestação abertamente contra o governo e contra as políticas progressistas desde a Marcha da Família com Deus em 1964.

A 15 de março, aproximadamente 2,2 milhões de brasileiros foram às ruas manifestar a sua insatisfação com o governo, pedir a deposição da presidente reeleita, Dilma Rousseff, e o fim dos governos do PT (Coronato, 2015). Junto aos manifestantes estavam presentes

¹ A data de 15 de março de 2015 foi escolhida por ser uma data simbólica. Neste dia, em 1985, tomaria posse no Brasil o presidente eleito Tancredo Neves que seria o primeiro presidente civil e eleito por meios indiretos após a ditadura militar. Todavia, Tancredo faleceu um mês após a sua posse. A data buscava simbolizar a volta da democracia no país (Ney, 2015).

também grupos minoritários que pediam o regresso dos militares ao poder, outros que pediam o retorno da monarquia, entre os mais diversos tipos de pedidos.

Diferentemente de 2013, e apesar da existência de uma diversidade de pautas, o tema e o objetivo das manifestações desta vez eram claros: a oposição ao Partido dos Trabalhadores. O PT, Lula e Dilma deixaram de representar um período de crescimento e inclusão e apareceram como “um perigo comunista” (Pinto, 2017, p. 149).

A partir de 2014, uma série de protestos é organizada, desta vez pelo Movimento Brasil Livre (MBL), ligado a ideias liberais e aos princípios da liberdade econômica, em forte oposição ao Partido dos Trabalhadores e suas políticas (Martín, 2014). As manifestações prosseguiram por todo o ano de 2015 e 2016, fomentadas pela indignação social, pela crise econômica e pelas possibilidades de mobilização abertas pelas redes sociais. O papel destas redes foi fundamental: tanto em 2013 quanto em 2015, e foi por meio delas que as mobilizações se organizam, mas foi em 2015 que a força de movimentos conservadores promovidos nas redes sociais se expressou, com estudos demonstrando que 50% dos perfis ativos durante o período das primeiras manifestações de 2015 eram contrários ao governo, percentual que chegou a 90% nas últimas manifestações analisadas pela pesquisa em 2016 (Penteado, 2016, p. 35-39).

No mesmo ano, o Congresso Nacional aprova a deposição de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal. O vice-presidente, Michel Temer, toma posse para um governo de dois anos. A partir de então, a série de manifestações de rua cessa para níveis pouco significativos. Ocorre posteriormente a este período a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a eleição de políticos de direita, como Kim Kataguirí, líder do MBL, eleito deputado federal em 2018; de Jair Bolsonaro, eleito presidente da República, também em 2018, e a ascensão de um discurso conservador.

1.4 Transformações invisíveis

O contexto histórico apresentado demonstra um período de muitas mudanças políticas e culturais. Nota-se que, à medida que o tempo passa e em períodos de duração semelhante, as identidades, as posições políticas aceitas ou rejeitadas pela população e as suas concepções ideológicas mudam em média a cada 16 anos, o que equivale ao período para a formação de

uma nova geração². É no período de formação das novas gerações que as mudanças profundas no curso do estado de coisas são geradas. É importante ainda perceber que a transição de todos os períodos apresentados anteriormente é marcada por mobilizações sociais que serviram de justificativa para as mudanças políticas³.

Stuart Hall (1997) demonstra que a cultura trata de significados compartilhados (Hall, 1997) e o modo de compartilhamento dos significados é a linguagem. Isto nos leva a crer que as mudanças culturais e políticas não podem ser entendidas como resultado de meras estratégias do momento, devido à adesão da população aos movimentos de rua e às suas características apartidárias e espontâneas, apesar de não ideologicamente neutras.

Para se compreender melhor tais transformações, faz-se imperativo compreender o papel da cultura na formação das novas gerações, sua influência na construção de significados, na forma como as pessoas se comunicam e na maneira como a cultura organiza e limita a ação das pessoas e as concepções presentes na sociedade. Também é importante compreender o papel da comunicação e da troca de significados na transformação do estado de coisas, de forma a se compreender melhor como estas mudanças podem ocorrer e o que se pode aprender com elas. Para percebermos isso, analisaremos a seguir um pouco da visão dos principais autores dos Estudos Culturais e da Análise do Discurso.

² Esta é uma estimativa livre, feita com base na soma da duração de cada período da história apresentada (14 anos do período entre a era Vargas e o golpe de 1964 (1950-1964), seguidos por 20 anos de ditadura militar (1964-1984), seguidos por 18 anos de redemocratização e de governos de centro e liberais (1985-2003), seguidos por 13 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), que somam um total de 65 anos, que dividido pelos 4 períodos resultam em uma média de 16.25 anos.

³ Como exemplo dos movimentos que justificaram os períodos de mudança cita-se a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, como o movimento que legitimou o golpe de 1964; o movimento das “Diretas Já”, entre 1983-1985, como o movimento que marca o fim da ditadura militar; os movimentos sindicais e sociais dos anos 1990, que servem de base para a eleição de Lula da Silva e as manifestações do “Fora Dilma”, entre 2015-2016, que marcam o fim da era de governo do Partido dos Trabalhadores.

2. Cultura e comunicação

2.1 O registro da cultura

Para que qualquer experiência ou ideia torne-se perceptível à outra pessoa é necessário que exista um registro desta experiência, um sinal exterior ao observador que represente aquilo que o indivíduo viveu, pensou ou sentiu. Este registro tem de ser reconhecido por outro indivíduo que, por sua vez, irá decodificá-lo a partir da linguagem e do seu próprio contexto. Para que esse reconhecimento ocorra é preciso que ambos os indivíduos dominem a mesma linguagem e que tenham conhecimento de um sistema de códigos comum que os permita identificar um dos significados possíveis de forma semelhante ao intencionado por quem criou o registro (Hall, 1997, p. 2-6).

Stuart Hall trata a cultura como o sistema de compartilhamento de significados (Hall, 1997, p. 2). Para Hall, a cultura trata da codificação da experiência pessoal ou coletiva por meio de signos que serão decodificados e interpretados por meio da linguagem e da cultura que o interpretante possui. Desta forma, a cultura aparece como uma espécie de componente que permite aos indivíduos interpretar signos e obter deles significados semelhantes (Hall, 1997, p. 5). Isto não significa que a interpretação ou decodificação se dará de forma exata entre aquele que cria um significado e aquele que o interpreta. Stuart Hall é claro ao afirmar que a interpretação dos significados é um ato realizado por alguém dentro de seu próprio contexto e que a parcialidade e o contexto de cada um estão sempre presentes na interpretação do significado, ou nas palavras do próprio: “o significado é um diálogo – sempre parcialmente compreendido, sempre uma troca desigual⁴” (Hall, 1997, p. 4).

Podemos ser tentados a entender o compartilhamento dos significados da cultura da mesma forma como compreende-se os significados das palavras de um idioma, em que uma palavra significa uma ou mais palavras e estas significam ainda outras palavras. Esta foi a proposta do segmento de estudos da cultura chamado de Estruturalismo, que via uma direta correlação entre cultura e linguagem. Claude Lévi-Strauss e Saussure são exemplos de estudiosos que buscavam demonstrar a existência de uma “estrutura homogênea” sob a cultura e sobre a qual seria possível interpretar mitos e histórias de culturas diferentes (Storey, 2008, p. 114-115). Essa abordagem é superada pelo pós-estruturalismo, cujo pensador mais conhecido é Jacques Derrida, do qual pode-se afirmar a respeito de seus textos que “o significado é sempre deferido, nunca totalmente presente, sempre duplamente presente

⁴ Tradução livre de “*Meaning is a dialogue - always only partially understood, always an unequal exchange*”.

e ausente⁵” (ibid, p. 126). Junto a ele, os pensadores da corrente pós-estruturalista defendem a ideia de que não existe “uma estrutura sobre a qual os significados possam descansar seguros e de forma garantida⁶” (ibid, p. 126).

Desta forma, a afirmação de Hall de que a cultura trata da construção de significados, como em um diálogo, e que o significado é sempre mutável e construído tanto por quem fala quanto por quem o interpreta, ganha uma perspectiva de dinâmica e diálogo em que ambas as partes e componentes estão sempre em reorganização e reinvenção por parte daqueles que participam da cultura.

Assim sendo, a cultura não trata de estabelecer significados, mas de dar às pessoas a gama de possibilidades de interpretar aquele símbolo de uma maneira ou de outra, tal como afirmou Peter Siemund:

Se houver um descompasso entre a construção pretendida do significado e a criada pelo ouvinte, os interlocutores negociarão estratégias de reparo para obter uma correspondência mais próxima entre as duas construções de significado. Assim, a construção de significado é um processo dinâmico em que a negociação entre os interlocutores desempenha um papel essencial.⁷

(Siemund, 2007, p. 4)

Portanto, a interpretação de um signo em uma cultura só pode ser feita dentro das possibilidades que esta cultura oferece e, por consequência, todas as interpretações que esta cultura não oferece estão excluídas do horizonte de consciência de seus membros. Podemos chamar o universo de possibilidades de interpretação dos signos que uma pessoa detém de imaginário, como demonstrou o crítico literário canadense Northrop Frye em seu livro *A Imaginação Educada*, onde argumenta que as experiências, as imagens, e os significados que armazenamos em nossa memória nos dão a possibilidade de interpretarmos o mundo e de imaginá-lo. É a partir deste repositório de significados possíveis que podemos agir e transformar o mundo (Frye, 2017, p. 13-19). Ann Swidler (Swidler, 1986, p. 273-274) concorda com esta ideia ao afirmar que a cultura não é aquilo que determina as ações das pessoas, mas aquilo que provê possibilidade de ação:

As pessoas não constroem linhas de ação a partir do zero, escolhendo ações, uma por vez, como meios eficientes para determinados fins. Em vez disso, eles constroem cadeias de ação

⁵ Tradução livre de “*meaning is also always deferred, never fully present, always both absent and present*”.

⁶ Tradução livre de “*underlying structure upon which meaning can rest secure and guaranteed*”.

⁷ Tradução livre de “*If there is a mismatch between the anticipated meaning construction and the one created by the hearer, the interlocutors will negotiate repair strategies in order to obtain a closer match between the two meaning constructions. Thus, meaning construction is a dynamic process in which fine-tuning between the interlocutors plays an essential role*”.

*começando com pelo menos alguns links pré-fabricados. A cultura influencia a ação através da forma e organização desses links, não determinando os fins para os quais eles são colocados.*⁸

(Swidler, 1986, p. 277)

Em outras palavras, uma pessoa só é capaz de agir de certo modo porque viu ou aprendeu este modo de agir e a transmissão destas possibilidades de ação pela cultura delimita quais os tipos de conduta que alguém pode ter. Assim, da mesma forma que um significado pode ser excluído de um horizonte de interpretação, também possibilidades de ação ou de ser podem ser excluídas deste horizonte dado às limitações da cultura.

Desta forma, vemos que o enfoque que Hall dá quanto ao ato de construção dos significados é o ponto-chave para a compreensão da cultura e de seus efeitos. Percebemos também, com base em Swidler e Frye, que a cultura existe na esfera da linguagem e na dos atos. Por um lado, os signos sobre os quais nós criamos significados podem ser o de uma linguagem socialmente convencionada, como palavras, sons ou sinais, por outro os signos sobre os quais nós criamos significados podem ser de uma linguagem de interpretação não convencionada, como os atos das pessoas.

2.2 As definições de cultura

Se é pela troca de significados que os indivíduos agem e é pelos significados que se forma uma cultura, podemos concordar com Raymond Williams, que define a cultura como “a estrutura de pensamento e sentimento⁹” de pessoas ou comunidades (Williams, 1961, p. 64). Williams argumenta que toda a cultura de uma sociedade será definida por estes três aspectos: a) a cultura vivida, que se caracteriza por todo o modo de agir das pessoas ou suas identidades; b) a cultura documentada, que consiste em todos os materiais e produtos produzidos por esta cultura e que servem de registro; e c) a cultura idealizada, que é caracterizada pelos mais altos ideais e concepções que uma cultura possa ter quanto a qualquer coisa (ibidem, p. 66).

Esta não é a única interpretação para o termo. T. S. Eliot define cultura como “todo um estilo de vida¹⁰” (Eliot, 1948, p. 31), em semelhança ao tipo de cultura que Williams chama de “cultura vivida”. Para Eliot, a cultura é todo o conjunto de hábitos e pensamentos

⁸ Tradução livre de “*People do not build lines of action from scratch, choosing actions one at a time as efficient means to given ends. Instead, they construct chains of action beginning with at least some pre-fabricated links. Culture influences action through the shape and organization of those links, not by determining the ends to which they are put*”.

⁹ Tradução livre de “*structure of feeling*”.

¹⁰ Tradução livre de “*a whole way of life*”.

de um povo ou a sua maneira de viver (Eliot, 1948, p. 21). Já Clifford Gertz nos apresenta, ao menos, dez definições para o termo cultura na perspectiva da antropologia, incluindo noções como “um estilo de vida”, ou “o legado social que um indivíduo adquire de sua sociedade” ou, ainda, como uma “maneira de pensar, de sentir e de agir” e o “modo como certos povos se comportam”, entre outras definições (Geertz, 1973, p. 4-5). Ann Swidler define cultura como um conjunto de ferramentas compostas por signos, estórias e visões de mundo, das quais as pessoas utilizam-se para solucionar diferentes problemas (Swidler, 1986, p. 274). John Storey apresenta-nos a cultura como um conjunto de textos cuja função é produzir ou servir de motivo para a produção de significados (Storey, 2008, p. 2). Há também quem entenda a cultura como os complexos mecanismos sociais que orientam e condicionam as ações das pessoas, dos quais destacamos o conceito de *Habitus*, apresentado por Denys Cuche, quanto à filosofia de Pierre Bourdieu, que define a cultura como uma espécie de conduta adquirida e predefinida que predispõe a pessoa a agir de certo modo:

[Os habitus] são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, a funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor que se tenham em mira conscientemente estes fins e o controle das operações necessárias para obtê-los.

(Cuche, 1999, p. 80)

Todos estes conceitos de cultura concordam de certa forma com as definições apresentadas por Hall e Williams, de que a cultura trata do compartilhamento de significados e da estruturação do modo de pensar e de agir das pessoas, bem como ela limita quais os significados possíveis para um signo. Mas como foi demonstrado tanto por Hall quanto pela corrente de pensamento pós-estruturalista, o significado de estrutura não pode ser entendido como algo fixo e imutável, mas como um canal de relações e inter-relações:

um espaço multidimensional em que a variedade de textos, nenhum deles original, se misturam e conflituam. O texto é um tecido de citações desenhado a partir de inumeráveis centros de cultura.¹¹

(Barthes, 1977, p. 146)

Aqui, novamente vemos que a definição de Raymond Williams continua entre as mais precisas ao entender a cultura como pensamento e sentimento; sendo pensamento a estrutura de códigos organizados ou onde surge e opera a linguagem, e o sentimento o aspecto não

¹¹ Tradução livre de: “a multi-dimensional space in which a variety of writings, none of them original, blend and clash. The text is a tissue of quotations drawn from the innumerable centres of culture”.

ordenado, porém mutável, mas nem por isso desprovido de significado. A definição de Williams pode ser considerada adequada justamente por prever tanto a possibilidade daquilo que pode ser estruturado em termos de linguagem como daquilo que só pode ser sentimento e impressão; além de ser possível, por meio dela, concordar com as mais diversas definições de cultura. Precisão e imprecisão, determinismo e indeterminismo andam juntos nesta definição. O conceito de estrutura e toda a sua significação de ordem entram em acordo com o conceito de sentimento e com toda a sua significação de mutação e imprecisão.

2.3 O ciclo de transformação da cultura

Considerando a presente situação da pós-modernidade, vemos uma realidade de mudanças rápidas, constantes e profundas, como bem demonstrou Lipovetsky:

Muitos sinais levam-nos a pensar que entramos na era do <<hiper>>, que se caracteriza por hiperconsumo [...] que funciona cada vez menos segundo o modelo de confronto simbólico caro a Pierre Bourdieu e que se ordena em função de fins e critérios individuais e segundo uma lógica emotiva e hedonista que faz com que cada um consuma primeiro por prazer mais do que para rivalizar com o outro. [...] caracterizada pelo movimento, fluidez, pela flexibilidade, afastada como nunca dos grandes princípios estruturantes da modernidade...

(Lipovetsky e Charles, 2004)

Interpretar a cultura como uma estrutura fixa, em um tempo de tantas e profundas mudanças, pode ser equivocado. Neste ponto, o argumento de Ann Swidler pode iluminar a questão das mudanças culturais.

Se a cultura fosse uma estrutura fixa e determinante, ela tenderia necessariamente a reforçar-se e aprofundar-se em si mesma. Todos os membros desta cultura ficariam determinados pelos seus significados possíveis e teriam dificuldades em interpretar o mundo fora dela. A este fenômeno Swidler dá o nome de “culturas estabelecidas” (Swidler, 1986, p. 278), que trata dos modos de pensamento e sentimento tão enraizados em uma comunidade, e de forma tão hegemônica, que esta forma de pensar e sentir torna-se dominante. Seu desenvolvimento, portanto, seria o aprofundamento das possibilidades já existentes dentro desta cultura. Segundo Swidler, esta cultura, que não sofre influências externas, se aprofundaria em si mesma a ponto de as práticas culturais exigirem um certo repertório daquela mesma cultura para se interpretá-la (ibidem, p. 282).

Outra perspectiva apresentada para uma cultura fechada e resistente aos elementos externos é o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci, que entende hegemonia como “um conjunto de ideias através das quais os grupos dominantes lutam para conseguirem o consentimento dos grupos subordinados à sua liderança” (Pires, 2006, p. 180). Este conceito

pressupõe a existência de uma elite intelectual e moral para guiar os grupos subordinados, esta ideia está em concordância com a proposta de uma elite cultural apresentada por T. S. Eliot (Eliot, 1948, p. 35-49) e encontra sintonia com as necessidades de resistência e negociação apresentadas por Storey quanto à formação da cultura popular, de forma a evitar uma dominação ideológica por um determinado grupo (Storey, 2008, p. 10).

Mas quando as formas de pensar e sentir são confrontadas por um ambiente de mudanças e são ameaçadas por outras formas de se pensar e sentir é necessário que, para continuar a existir, esta cultura se reinvente. Swidler chama a este tipo de cultura de “não estabelecida”. Este tipo seria caracterizado por uma constante busca por inovação, por novas maneiras de existir face às ameaças de culturas diferentes (Swidler, 1986, p. 282).

Appadurai (2001) argumenta que as mudanças culturais modernas são fomentadas pela globalização e aponta para os fluxos migratórios, o deslocamento de pessoas pelo mundo, o cenário tecnológico que facilita a troca de informações, o cenário financeiro que obriga diversos países a se adaptarem ao cenário global, o fluxo de informação mundial promovido pelos *medias* e as ideologias que circulam pelo mundo como fatores que criam este estado não definido e de constantes mudanças, descritos por Swidler e Lipovetsky (Appadurai, 2001, p. 220-230).

Percebemos, portanto, que somente após o aparecimento de novas formas de agir e sentir, e do confronto com o diferente, é que produtos culturais, documentos e novas linguagens podem ser criados. Uma vez que uma cultura tenha dentro de si estes novos elementos é possível que a comunidade os desenvolva e novas ideias e ideologias surjam e influenciem as pessoas. Vemos, neste ciclo, os três aspectos da definição de Raymond Williams: a cultura vivida, documental e ideal.

Percebemos também que estes três aspectos não são características separadas, mas uma espécie de ciclo, onde em um primeiro momento há uma diferenciação do socialmente estabelecido para que a nova cultura surja. Depois há uma formalização desta nova forma de se viver em documentos e, por último, estes documentos acabam por influenciar e moldar a cultura, os ideais e as ideologias de uma comunidade.

2.4 A cultura como forma de empatia

Se estas perspectivas teóricas buscam demonstrar como a estrutura mutável da cultura muda, não explicam o que transforma a cultura. É o conceito de *cool* que melhor vai explicar as causas das mudanças culturais. Podemos entender o *cool*, tal como apresentado por Peter Gloor (2007), como o elemento disruptivo que provoca a mudança ou ainda como “o novo”,

o elemento capaz de propagar-se pela sociedade e promover o bem, ainda que o que se entenda por bem não seja unânime (Gloor, 2007, p. 7-9). Novamente, o conceito de *feeling*, de sentimento, o aspecto de imprecisão da definição de Williams, é fundamental, pois é a partir dos conceitos que ainda não estão estabelecidos e codificados que mudanças podem ocorrer.

Este conceito é de grande importância, pois nos aponta para a realidade das subculturas, grupos e subgrupos dentro de uma cultura dominante que “desenvolvem padrões distintos de comportamento e dão expressão social e material das suas experiências¹²” (Hebdige, 2001, p. 446). É a partir do novo, do diferente, da abertura sentimental para este diferente que a estrutura da cultura dominante, que influencia o indivíduo, pode ser inclinada e dar espaço para novas formas de pensar, agir e sentir.

Em última instância, é preciso traçar um paralelo entre o conceito de *cool* e a ideia de cultura enquanto diálogo apresentada por Hall dentro da perspectiva de Raymond Williams. O termo chave para esta interpretação e relação é *embodiment*, que o Dicionário Oxford descreve como a representação de algo em sua forma visível ou tangível (Oxford, 2019).

Stuart Hall utiliza o termo *embodiment* como a incorporação do significado (Hall, 1997, p. 10), indicando que nossas ideias podem ganhar um corpo ou uma realidade perceptível; em outras palavras, podem deixar o mundo das ideias e surgir como realidades. Por sua vez, essas ideias são originárias de nossa cultura, que é originada pelos documentos, pela linguagem e pelo modo de vida que recebemos do passado, que, por sua vez, são “*embodiments*” de outras ideias que compunham a cultura anteriormente, criando, assim, um fluxo onde os níveis da cultura se influenciam e alteram mutuamente ou uma estrutura fluida.

A incorporação de um conceito, ideias e emoções de uma forma simbólica que pode ser transmitida e interpretada com significado é o que entendemos por "práticas de representação". O significado deve entrar no domínio dessas práticas, se é para circular efetivamente dentro de uma cultura. E não se pode considerar que ela tenha completado sua "passagem" ao redor do circuito cultural até ser "decodificada" ou inteligivelmente recebida em outro ponto da cadeia.¹³

(Hall, 1997, p. 10)

¹² Tradução literal de “*develop distinct patterns of life and give expressive form to their social and material ... experience*”.

¹³ Tradução livre de “*The embodying of a concept, ideas and emotions in a symbolic form which can be transmitted and meaningfully interpreted is what we mean by 'the practices of representation'. Meaning must enter the domain of these practices, if it is to circulate effectively within a culture. And it cannot be considered to have completed its 'passage' around the cultural circuit until it has been 'decoded' or intelligibly received at another point in the chain*”.

Como já argumentado, seria equivocado de nossa parte entender a cultura como apenas um sistema de termos, palavras ou discurso lexical. O texto, como afirma Norman Fairclough (2003, p. 21-26), é parte integrante de toda uma série de práticas e ações sociais. Assim, podemos entender a cultura como empatia ou como o processo que nos leva a pensar e sentir de uma forma que é nossa e criada por nós mesmos, mas que é criada e participada em conjunto com outros, visto que os elementos para a criação da cultura e das identidades nunca são originários do indivíduo isoladamente.

À medida que obtemos acesso a culturas diferentes ou a experiências diferentes dotadas de significado, podemos melhor compreender o outro e simular à sua maneira de pensar e agir, além de reinventar a nossa maneira de pensar e agir. Se essa identificação não pode ser precisa, tal como o significado de qualquer palavra não é preciso ou estável, ela pode ser empática ou como define o dicionário Priberam, empatia é uma forma de identificação intelectual, simulada, com o outro (Priberam, 2019).

Nota-se entre os diversos autores dos estudos culturais que a cultura tem como objetivo nos permitir viver em sociedade, o que consiste em permitir ao indivíduo sair de seu mundo isolado e ser empático com os outros; e a principal forma de criar-se empatia é adquirindo-se formas de pensar e sentir que levem em consideração o universo de culturas diferentes que nos são acessíveis. Portanto, é quando o novo se incorpora em uma cultura, seja por um modo de viver, por um documento ou em forma de uma ideia, que estes mesmos aspectos da cultura podem ser alterados e recriados.

2.5 O discurso como instrumento da cultura

A partir da filosofia de Aristóteles podemos entender a retórica como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, 2010, p. 39). Desta forma, percebemos que a comunicação que visa criar um efeito sobre o outro tem de, em primeiro lugar, situar-se dentro de uma realidade semelhante à de quem se destina para que, a partir dela, se possa persuadir. Para se ganhar a adesão do público, Aristóteles nos apresenta três aspectos básicos: o *Ethos*, o *Pathos* e o *Logos* (Henrichs, 2007, p. 39).

Podemos entender o *Ethos* como toda a ação retórica que vise tornar o sujeito que fala semelhante ao sujeito que ouve a partir da perspectiva deste último ou, como afirmou Baulin, só é possível persuadir “um homem apenas na medida em que você utiliza da língua dele por fala, gesto, tonalidade, ordem, imagem, atitude e ideias, identificando seus modos com o dele” (Baulin, 2006, p. 289). Assim, o *Ethos* é o argumento pelo caráter, em que o persuasor emprega do uso da personalidade para se tornar confiável (Henrichs, 2007, p. 40).

Evidentemente, não podemos assumir que a reprodução da personalidade e do caráter se dê com facilidade e de forma integral em quem fala. A perspectiva do *Ethos*, antes do que uma alteração nas qualidades pessoais do orador, é uma alteração na forma como se é percebido e, portanto, se assemelha à criação de um estereótipo. Desta forma, notamos a sintonia do conceito de cultura vivida apresentada por Williams com a perspectiva do *Ethos* de Aristóteles. Do mesmo modo em que o *Ethos* discursivo pode gerar empatia com o público, também pode gerar antipatia quando este não encontra bases na normalidade da cultura ou, como afirma Richard Dyer, podemos notar os tipos sociais ou as imagens de sujeitos que vivem de acordo com a cultura e norma estabelecida e os estereótipos que se caracterizam por todos aqueles indivíduos que estão à margem da normalidade e que, por isso mesmo, adquirem traços cômicos, exagerados e, conseqüentemente, nada confiáveis (Dyer, 2006, p. 355).

O segundo aspecto é o *Pathos*, o argumento pela emoção (Heinrichs, 2007, p. 40), cuja força encontra-se na simpatia e em todo o âmbito emocional. Assim como Williams apresenta-nos o conceito de *feeling* em sua definição de cultura, também no discurso o aspecto emocional e “*não lógico*” é parte integrante da comunicação. Este aspecto é muito mais abrangente que o mero sentimento emocional, pois tem direta relação com todo o ambiente que é criado para se fomentar um estado emocional na audiência, como é o caso da *performance* que engloba a própria interação do público com o discurso, a execução única no tempo e espaço – ainda que repetível de forma semelhante, mas não idêntica – e a influência que o público tem sobre a sua execução (Fischer-Lichte, 2010). O *Pathos* é o ponto em que o estado interior do indivíduo encontra o mundo exterior, em que a emoção se torna perceptível. Assim como Williams nos apresenta o aspecto documental da cultura, é o encontro entre as emoções interiores do indivíduo e o estado experiencial exterior que pode ser obtido pela análise do *Pathos*, que trata das impressões e expressões entre o interior do sujeito e o mundo exterior e, conseqüentemente, da sua relação e ligação, reforçando a mensagem e criando sintonia e confiabilidade entre o ambiente de onde se fala e o mundo interior de quem ouve.

E por último há o aspecto do *Logos*, o argumento pela lógica (Heinrichs, 2007, p. 40). Nesta perspectiva, o que se analisa são as palavras tão mais quanto a sua relação com os fatos. Trata-se da relação que um significado tem com outro e da sua concordância textual. Muito mais do que uma verificação científica da concordância do discurso com o mundo dos fatos, o *Logos* lida com a coerência interna do discurso segundo os princípios e crenças estabelecidas em uma cultura (ibidem, p. 125), e está diretamente relacionado com o aspecto

da cultura ideal, apresentado por Williams, que se caracteriza como “aquilo de mais elevado que uma cultura pode pensar” (Williams, 1964, p. 61). Portanto, não se trata de uma validação objetiva do discurso, mas de uma relação lógica do discurso com aquilo que uma cultura entende como fato comprovado.

Todavia, e considerando-se apenas estes três aspectos, corre-se o risco de se limitar a perspectiva de análise ao caráter do orador, à situação emocional e aos seus pressupostos lógicos. O contexto em que o discurso se insere não pode ser percebido a partir destas perspectivas. Por isso, Norman Fairclough nos apresenta um modelo para a análise do discurso partindo do princípio de que os textos são partes irredutíveis da vida social e que estão diretamente ligados às demais práticas sociais (Fairclough, 2003, p. 2). Mais do que isso, os textos, em seu sentido mais amplo, são elementos de mudança cultural, ou como Fairclough nos apresenta:

Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais - isto é, trazem mudanças. Mais imediatamente, os textos podem trazer mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e assim por diante.¹⁴
(*ibidem*, p. 8)

Portanto, podemos entender que qualquer uso da linguagem com o objetivo de comunicar um significado é um texto (*ibidem*, p. 3) e que tudo aquilo que busca transmitir um significado, seja por meio do texto lexical ou por meio de atos, é de certa forma um discurso ou, como aponta Fairclough, faz parte das estruturas sociais que estão diretamente relacionadas com a linguagem, assim como as práticas sociais com a ordem do discurso e os eventos sociais com os textos (*ibidem*, p. 21-39).

Nesta perspectiva, a abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) surge como possibilidade para a análise do discurso para além das suas características internas, englobando também o seu contexto e suas relações intertextuais. Tal como apresentado por Halliday's, é possível, a partir dos textos e discursos, a análise dos seus aspectos ideacionais, textuais e interpessoais (Martin, 2016, p. 45). Dentre estes aspectos, a dimensão textual se relaciona com tudo aquilo que está presente no texto em sua forma lexical e em suas relações internas; a dimensão ideacional se relaciona com as ideias, pressupostos culturais e contextuais que suportam ou não os argumentos apresentados no texto, caracterizando, assim, toda dimensão cultural presente no discurso; a dimensão interpessoal se relaciona com todos

¹⁴ Tradução livre de “*Texts as elements of social events have causal effects – i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth*”.

os outros discursos, agentes e contextos em que determinado discurso foi efetuado, permitindo o texto se relacionar não somente com aquilo que ele contém, mas também com tudo aquilo que está excluído da sua estrutura interna, permitindo assim obter os significados múltiplos de um discurso por toda a análise da cultura e de suas inter-relações textuais e contextuais (Matthiessen, 2012; Martin, 2016).

2.6 O discurso como instrumento de empatia

Ao entender os textos como partes integrantes das práticas sociais e como registros da cultura, podemos concluir que a análise do discurso é uma das ferramentas fundamentais para se compreender as concepções e ideias que regem uma sociedade, um grupo ou indivíduos em um determinado contexto. Não somente o discurso textual, mas também o discurso não textual e todas as suas relações são fundamentais para se perceber quais as gamas de significados possíveis para cada texto. E se entendemos que os significados não estão determinados, mas são construídos pelas práticas culturais e pelo seu contexto, notamos que a cultura, enquanto ambiente de mudança, é onde pode-se investigar a construção dos significados.

Se um dos principais objetivos da cultura é permitir a integração social dos indivíduos, de forma a criar uma comunidade e permitir com que os seres humanos se compreendam uns aos outros, concluimos que a expressão discursiva é um dos pilares para a construção desta união comunitária e de identidades. Assim sendo, não se trata de identificar, em apenas um único texto, significados e estruturas culturais, mas de buscar um significado em uma intertextualidade e na relação entre discursos e práticas.

Cultura e discursos não são coisas únicas, mas diálogos, como afirmou Stuart Hall, e para que um diálogo ocorra é necessário que existam bases comuns entre quem fala e quem escuta, ou como argumentou Peter Siemund (2007) os participantes em um discurso buscarão sempre uma sintonia de forma que o significado do discurso possa ser estabelecido, e nesta negociação efetua-se toda uma complexa relação de poder (Siemund, 2007). Se esta relação de poder não encontrar nesta negociação pontos de contato em que ambas as partes estejam dispostas a aceitar o outro, as formas de imposição do poder hão de, necessariamente, buscar outras vias de se impor e a violência, neste contexto, será uma ameaça. É a partir daquilo que torna um sujeito comum ao outro que se pode criar empatia, viabilizando a construção de pontes que permitam a um indivíduo pensar ou agir como outro, mesmo que simuladamente.

É na relação intertextual dos discursos na cultura que está a base para a construção dos significados e perceber por entre os mais diversos e antagônicos textos um padrão, não de

concordância, mas de possibilidades de diálogos, é um dos objetivos de qualquer analista cultural. O objetivo de se encontrar princípios unitários que, se não são assumidos conscientemente por todas as partes, podem servir como pressupostos para a concordância e comunicação entre aqueles que pensam e agem de formas diferente é uma das principais funções da análise do discurso e da cultura, pois é pelo promover da compreensão entre os divergentes que se pode criar a empatia e o senso de comunidade, pertencimento e inclusão.

3. Enquadramento da pesquisa

3.1 Objetivo, hipótese e delimitação

Considerando-se as mudanças culturais que frequentemente ocorrem no cenário brasileiro, como demonstrado no Capítulo 1, a pesquisa a seguir busca encontrar, na intertextualidade e nas referências culturais dos discursos, as bases comuns aos discursos selecionados entre os diversos participantes das manifestações de 2013 a 2015.

Visto que as manifestações deste período almejavam alterar o estado de coisas para se criar uma sociedade melhor, e que existia evidente polarização e antagonismo entre os diversos segmentos de manifestantes, a pergunta que esta pesquisa busca responder é: podemos, por meio da análise cultural dos discursos, encontrar um padrão de concepções quanto ao conceito de uma sociedade melhor, para além das suas divergências ideológicas? Se sim, quais seriam os conceitos que se podem notar? E de que forma eles são conciliáveis ou antagônicos?

Esta pesquisa parte da hipótese de que os diversos textos e contextos geram discursos com princípios que se interligam em uma relação intertextual que pode revelar aspectos fundamentais da cultura, bem como partes do imaginário coletivo de uma sociedade, assim como também pode permitir identificar o momento em que os discursos hegemônicos se desconectam do discurso popular, sugerindo um novo período de mudanças. Também parte da hipótese de que, pela análise de discursos divergentes, é possível encontrar bases culturais comuns que permitam o diálogo e a empatia entre as partes.

Além do problema central proposto, este trabalho ainda tem por objetivos:

- a) Apresentar uma nova perspectiva para um período recente da história brasileira;
- b) Compreender melhor quais são as visões políticas e culturais dos agentes analisados e suas relações no cenário cultural brasileiro;
- c) Abrir novas possibilidades de pesquisa e debates no âmbito dos estudos culturais e de comunicação no que diz respeito ao cenário brasileiro, aos estudos de cultura e a análise cultural do discurso.

Quatro textos foram selecionados para responder às questões apresentadas, todos com base em sua relação com as manifestações de 15 de março de 2015. Esta manifestação foi selecionada, em detrimento de outras igualmente relevantes, por ser a primeira grande mobilização com pauta e objetivos definidos, em oposição às anteriores, e por ser a referência

para as mobilizações posteriores, que, apesar de maiores e tão significativas, são influenciadas e inspiradas pelas manifestações desta data. Desta forma, a data de 15 de março de 2015 é considerada, por este trabalho, como o momento em que a cultura e as ideologias conservadoras tornaram-se publicamente “cool”, isto é, algo que parece inovador e socialmente aceito (Vejlgaard, 2007). Esta manifestação também é considerada o momento que marca a transição cultural, de uma posição de subcultura para o renascimento de uma cultura e ideologia de direita, que se consolidará como plenamente presente nas eleições brasileiras de 2018. É considerada, portanto, “um ponto de inflexão” na trajetória cultural brasileira (Pinto, 2017).

Este cenário não é exclusivo do Brasil, antes reflete uma tendência global que se manifestou nos últimos anos (2015-2018), caracterizado pelo ressurgimento de movimentos de direita em todo mundo, como a eleição de Donald Trump nos EUA, o processo do *Brexit* no Reino Unido, a eleição de partidos de direita na Itália e no leste europeu e o ressurgimento das polaridades existentes no período da guerra-fria, desta vez entre EUA, China e Rússia. Desta forma, o período selecionado no contexto brasileiro reflete uma tendência que se manifestará globalmente nos anos seguintes, ainda que de forma local e limitada.

Esta manifestação tem também como característica o uso pioneiro das tecnologias de comunicação digital e das redes sociais para mobilização social no Brasil e a divulgação intensa de notícias verdadeiras e falsas, o que a caracteriza como um novo modelo de mobilização na era digital e a coloca como caso de estudo para eventos futuros no cenário brasileiro.

3.2 Seleção dos textos

Para efeitos de análise, quatro discursos foram selecionados com o objetivo de se descobrir quais os conceitos de como se constituiria uma sociedade melhor na visão de cada orador. A partir destes discursos, uma análise comparativa foi feita para identificar os pontos em que eles concordam e discordam.

Os critérios de seleção dos quatro discursos são baseados na identificação de uma matriz de posições, compostas em um eixo por membros do Poder Público e manifestantes e por ideologias de esquerda e de direita no segundo eixo. Esta seleção visa possibilitar captar diversas perspectivas ideológicas e de posições sociais, de forma a possibilitar a análise dos pontos de contato entre os discursos divergentes.

Os discursos selecionados e os critérios de seleção são os seguintes:

- a) O primeiro discurso selecionado é o Pronunciamento Oficial da então Presidente da República, Dilma Rousseff, em ocasião do Dia Internacional da Mulher. A importância deste discurso deve-se ao cargo de Presidente da República, bem como pelo fato de Rousseff ser o alvo dos pedidos de *impeachment* dos manifestantes. Além disto, este é um pronunciamento oficial transmitido em rede nacional de televisão sete dias antes da manifestação aqui analisada.
- b) O segundo discurso analisado é a entrevista de Kim Kataguirí para a TV Gazeta a 24 de março de 2015. Kataguirí era coordenador nacional do MBL e se apresentou como um dos líderes desta manifestação. Foi considerado um dos jovens mais influentes do ano de 2015 pela revista *TIME* (TIME, 2015) e foi eleito deputado federal em 2018. A entrevista selecionada foi escolhida por ser a primeira registrada no período mais próximo da manifestação e a primeira em que Kataguirí aparece como líder e organizador dos movimentos de rua, até então consideradas espontâneas e sem entidade organizadora. Considera-se que a entrevista pioneira da TV Gazeta está diretamente ligada ao evento, sofrendo o mínimo de interferência possível quanto às consequências e possibilidades que as manifestações trariam para a carreira política de Kim Kataguirí, visto que na época não era possível prever o avanço da agenda dos manifestantes com sucesso, sendo este o motivo de seleção desta entrevista em detrimento das outras.
- c) O terceiro discurso selecionado é do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, feito a 17 de julho de 2015. Este pronunciamento é importante devido ao fato de ser incomum aos Presidentes da Câmara dos Deputados realizarem pronunciamentos oficiais em rede de televisão e rádio. O pronunciamento tinha clara proposta, como será demonstrado na análise, de demonstrar a população que a Câmara dos Deputados atendia aos anseios do povo, enquanto o Poder Executivo se afastava cada vez mais da população. Eduardo Cunha, então membro da chamada “Bancada da Bíblia”, composta por parlamentares religiosos e conservadores, foi considerado o primeiro Presidente da Câmara dos Deputados a pautar ações legislativas próprias e independentes, que ficaram conhecidas como “Pautas-bomba”, e que tinham o objetivo de afetar o governo de Dilma Rousseff (Benites, 2015). Cunha também foi o responsável por aceitar e conduzir o processo de *impeachment*

da então presidente até à entrega do processo ao Senado Federal. Cunha é a personagem política que se caracteriza como antagonista a Dilma Rousseff no período analisado.

- d) O quarto discurso analisado é a entrevista de Lucas Monteiro à TV Gazeta. Lucas Monteiro é professor de história e militante do Movimento Passe Livre (MPL), responsável pelo início das manifestações a 13 de julho de 2013. A importância desta entrevista se dá pelo fato de ser diretamente antagonista à de Kataguiri no contexto em que ocorreu, ela é o início do ciclo de manifestações no Brasil, e no aspecto ideológico, diretamente divergente de Kataguiri. Monteiro, apesar de não ser o líder do MPL, é considerado como porta-voz no momento analisado e por isso é selecionado em detrimento de outros representantes do MPL.

3.3 Metodologias de pesquisa

As metodologias escolhidas para análise dos discursos neste trabalho se baseiam nas seguintes teorias:

- a) Com base na concepção de que os textos não são unidades isoladas, mas que fazem parte de um contexto (Fairclough, 1993; Martin, 2016), é apresentada uma primeira contextualização do discurso e do orador, de forma a possibilitar compreender a razão pela qual este discurso foi feito e qual a relação da pessoa do orador com o contexto;
- b) Em seguida, um resumo do discurso, dividido em parágrafos conforme sua unidade temática, é apresentado, de forma a facilitar a leitura do presente trabalho;
- c) Após isso, uma análise dos aspectos fundamentais do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*, baseados na *Retórica* de Aristóteles (Júnior, 1998), é apresentada, de forma a possibilitar uma análise dos aspectos internos do discurso;
- d) Depois, novamente com base nas propostas apresentadas por Fairclough (1993) e por Martin (2016), é feita uma contextualização do discurso e seus argumentos com o seu contexto mais amplo e cultural, tal como apresentado por Raymond Williams (1964) em *The Analysis of Culture*, onde os pontos dos discursos são relacionados com o contexto histórico, ou como afirmou Fairclough (1993) a respeito da intertextualidade:

O que é 'dito' em um texto é sempre dito contra o pano de fundo do que é 'não dito'. (...) Em certo sentido, fazer suposições é uma forma de ser intertextual - ligando este texto a uma penumbra mal definida de outros textos, o que foi dito, escrito ou pelo menos pensado em outro lugar.¹⁵
(Fairclough, 1993)

- e) Por fim, foi feita uma análise dos principais conceitos de que tipo de sociedade melhor o autor do discurso propõe. Esta análise se baseia na metodologia apresentada por Raymond Williams em *Keywords* (1976), cujo objetivo é identificar agrupamentos de palavras que se refiram a um significado maior, que não está claro no texto, mas que está interrelacionado com outros textos e contextos culturais (Williams, 1976, p. 21-25) ou, como apresentou Donal Carbaugh, como a descoberta dos termos que são os ingredientes simbólicos de um discurso, em suas palavras:

Um analista pode tratar uma palavra ou frase como um símbolo, um termo cultural ou chave. Isso chama a atenção para uma palavra como um conceito cultural que é denso com significado local, usado rotineiramente, proeminentemente ou é potente em seu significado.¹⁶
(Carbaugh, 2007, p. 177)

Ainda com base nestas teorias, utilizou-se o software *Wordcloud*¹⁷ para separar e contar as palavras de cada discurso. Após isso, elas foram agrupadas em grupos conceituais, através do software Excel, e as consideradas mais relevantes para o contexto e objetivo desta pesquisa foram descritas e problematizadas ao fim de cada capítulo.

Após a análise de cada discurso, os elementos identificados no ponto 5 da análise de cada discurso foram relacionados na conclusão, onde se identificou quais os conceitos comuns aos quatro discursos e o que eles podem significar para o contexto cultural brasileiro.

3.4 Relevância do tema

Considera-se que este estudo é relevante para o campo de pesquisa em que se insere, no sentido de tentar esclarecer como a sociedade e a cultura mudam com o tempo. Também

¹⁵ Tradução livre de “What is 'said' in a text is always said against the background of what is 'unsaid'. (...) In a sense, making assumptions is one way of being intertextual – linking this text to an ill-defined penumbra of other texts, what has been said or written or at least thought elsewhere”.

¹⁶ Tradução livre de “An analyst can treat a word or phrase as a symbol, a cultural or key term. This draws attention to a word as a cultural concept that is dense with local meaning, used routinely, prominently, or is potent in its meaning”.

¹⁷ <https://www.wordclouds.com/>.

serve de demonstração quanto às ferramentas e métodos que se podem utilizar para se perceber as mudanças culturais, em especial, como a *Análise do Discurso* e de seus contextos pode revelar questões estruturais da cultura, de forma a gerar ideias para estratégias discursivas e a reestruturação de ações sociais em seus contextos, visando o impacto positivo na sociedade e a recepção de suas mensagens pelo público.

4. O Discurso da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff: a situação retórica

A 8 de março de 2015, sete dias antes da maior manifestação de rua contra o governo, a então presidente do Brasil realizou, em rede de rádio e televisão nacional, o anual pronunciamento em ocasião do Dia Internacional da Mulher. Era o seu segundo mandato como Presidente da República, sendo ela sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva. Herdava um passado de quatorze anos em que a economia brasileira cresceu exponencialmente e em que se criou diversos programas sociais para inclusão de famílias mais pobres e de minorias, além de um extenso período de programas sociais que visavam o combate à pobreza. Ressalta-se também que aquele era o segundo ano da crise que se iniciou em 2014, cujos efeitos só foram sentidos pela população a partir de 2015.

Diferentemente dos anos anteriores, quando os discursos do Dia Internacional da Mulher visavam exaltar os méritos da mulher brasileira e ressaltar as medidas que o Governo Federal tomava para promover a igualdade de gênero e o combate às discriminações¹⁸, nesta data o pronunciamento oficial foi tomado pelo tema da crise que o país vivia e das sérias manifestações contrárias ao governo.

Duas manifestações já estavam agendadas para aquela semana. Uma a 13 de março de 2015, com atos a favor do governo foi organizada pela CUT, UNE e MST¹⁹ e reuniu milhares de pessoas em 23 estados, em especial militantes e pessoas ligadas aos movimentos sociais e sindicais. A 15 de março, atos em oposição ao governo reuniram cerca de 2,2 milhões de pessoas em todo o país. As manifestações desta data foram organizadas por meio das redes sociais, pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e pelo movimento Vem pra Rua, e reuniram pessoas de todas as classes sociais (Batista, 2016).

O pronunciamento oficial foi feito de forma a se antecipar aos efeitos e argumentos das mobilizações. A estrutura do pronunciamento se apresenta da seguinte forma, sendo os números entre as chaves os indicativos dos parágrafos do Anexo 1:

[1-2] Introdução. O Dia Internacional da Mulher e a imagem de Dilma como similar à de todas as mulheres e chefes de famílias. Exaltação da capacidade de compreensão da mulher.

¹⁸ Como referência, o discurso de mesma data em 2012 (<https://www.youtube.com/watch?v=UETz1jIGtpA>) foca, em boa parte do tempo, a questão da mulher e das desigualdades de gênero e as políticas adotadas pelo governo para promover a igualdade, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha que criminaliza a violência contra a mulher. Este fato que não se repetiu no discurso analisado.

¹⁹ Central Única dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e Movimento dos Sem Terra, respectivamente.

- [3-4] Alerta sobre a distância que há entre sentir e compreender e para o fato de que a falta de informação e as notícias imprecisas veiculadas nos *medias* e nas redes sociais podem confundir as pessoas.
- [5-6] Abordagem ao momento histórico: admite-se que há uma crise no país, mas que não é tão grave quanto alardeado pelos *medias* e pela oposição.
- [7-9] Apresenta uma causa para o problema: crise internacional grave com coincidente seca severa no sudeste e nordeste do Brasil. Apresenta-se medidas de austeridade tomadas para preservar as conquistas dos trabalhadores.
- [9-11] Apelo à união nacional para se vencer a crise.
- [13-15] Argumentos sobre os efeitos da crise internacional. Alerta sobre como os outros países entraram em recessão e como o Brasil cresceu neste período, só vindo a sentir os efeitos tardiamente.
- [16] Defesa das atitudes do governo como corretas em defender a população e defesa da atitude do Estado em absorver os efeitos da crise.
- [17] Refere ao ex-presidente Lula e aos ajustes econômicos do passado.
- [18] Apresenta a administração do Estado como algo análogo à gestão do orçamento doméstico.
- [19-21] Afirma que o governo está “consertando as coisas”, revendo as inconsistências e preservando os “direitos sagrados dos trabalhadores”.
- [22] Relembra as grandes conquistas do governo Lula e de seu primeiro mandato como sucessora.
- [25] Apresenta argumentos contrários aos apresentados pela oposição ao seu governo:
- [25] O esforço fiscal é um período de transição para algo melhor;
- [26] Promete que não trairá os trabalhadores;
- [27] Afirma que não se trata de crise, mas de ajustes para se crescer mais;
- [28] Afirma que o país não irá parar.
- [29-30] Afirma que está a tomar medidas para fomentar o crescimento do país.
- [31] Afirma que tudo isso é parte do “Grande processo de construção do Brasil”.
- [32] Faz única referência ao combate à pobreza e única referência à operação Lava Jato.
- [33-34] Anuncia a Lei do Feminicídio.
- [35] Em nome da união nacional, diz que conta com o Congresso Nacional para trabalhar pelo bem do país.

[37] Pede que a população encare a crise como adultos e que a vejam em sua real dimensão.

[39] Apelo a ter fé e esperança no futuro.

[40-41] Vivas às mulheres e ao povo brasileiro. Agradecimento e encerramento.

4.1 Os aspectos do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*

Transmitido via televisão e rádio para todo o país, de forma obrigatória e com limitação de tempo, este tipo de pronunciamento é feito pelo Chefe do Poder Executivo em exercício e exige a formalidade demandada pelo cargo, além de se dirigir a um público amplo e heterogêneo. Sendo assim, toda a estrutura deste discurso está limitada às exigências da oficialidade do cargo e à necessidade de imparcialidade. Deste modo, a seleção dos temas tratados é de suma importância, pois dentre os inumeráveis problemas nacionais que se poderiam abordar, somente os mais importantes para o governo foram selecionados.

Quanto ao *Ethos* de Rousseff, não é possível compreender corretamente o estilo retórico de Dilma Rousseff sem se levar em conta as referências a seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Membros do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff recebeu apoio de Lula nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014 e foi apresentada como sua sucessora e herdeira. Como analisado por Pires (2011): “parece-nos claro que Dilma foi apresentada como candidata do Lulismo” e que sua imagem estava atrelada ao epíteto de “mãe do povo”, demonstrando ser uma política cuidadosa e próxima dos mais pobres e vulneráveis (Pires, 2011, p. 157-159). Esta percepção está de acordo com o demonstrado por Susan Conder, Cristian Tileagă e Michael Billig no artigo “Political Rhetoric” da revista de *The Oxford Handbook of Political Psychology* (2013), ao afirmar que nos tempos correntes, devido ao fato de os políticos estarem separados do povo pelos meios que transmitem as mensagens, e somada à característica de entretenimento predominante destes veículos de comunicação, o discurso político tende à personalização, à informalidade e à auto expressão; situação em que a criação da empatia é tão importante quanto o argumento apresentado (Conder, 2013, p. 4).

Porém, em oposição a Lula, Dilma apresenta-se de forma mais agressiva, como alguém mais forte, determinante e em posição de comando. Esta alteração pode ser entendida por duas possíveis explicações: a primeira, pelo fato de ser a primeira mulher a presidir a República do Brasil e pela necessidade de se mostrar forte e capaz em oposição aos estereótipos de gênero que colocam a mulher como uma parte mais fraca; a segunda, e não excludente em relação à primeira, como forma de evitar ser ofuscada pelo sucesso e conquistas sociais feitas pelo governo de seu antecessor, o que demanda de Rousseff uma

postura ativa e firme. Desta forma, Dilma Rousseff apresenta posição ambígua de mãe e governante, chefe e amiga, comandante e companheira. Essa dupla posição já foi notada por Darcy Ribeiro (1995) em seu estudo sobre o povo brasileiro, quanto às exigências de adaptação do caráter das classes dominantes diante das gigantescas desigualdades sociais, e por Sérgio Buarque de Holanda (1982) que nota o uso da cordialidade como ferramenta para preservar o seu estado interior dos efeitos do ambiente externo e social. Esta característica de Rousseff nos mostra como ela se utiliza deste aspecto da cultura brasileira para acalmar o público do seu discurso ao mesmo tempo em que busca preservar a sua posição como presidente.

Complementarmente, é necessário notar o ambiente onde foi feito o pronunciamento e as vestes utilizadas pela então presidente. O fundo do vídeo é ocupado pela imagem desfocada de um local que aparenta ser o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. Mas interessante ainda é o fato de Dilma Rousseff vestir um terno verde, cor que representa o Brasil, em contraste com os ternos vermelhos, cor dos movimentos de esquerda, habitualmente usados em outras ocasiões, como na campanha eleitoral de 2014. Esse aspecto simbólico da roupa mostra que o pronunciamento feito naquela noite tinha por objetivo um público mais amplo do que as bases de apoio da presidente e diminuir o atrito causado pelos conflitos ideológicos que surgiam pelo país. Assim, Dilma se mostra como patriota e não como política de esquerda. Esta afirmação será suportada por diversos outros fatores como se verá a seguir.

Quando analisamos o aspecto do *Pathos* deste texto é com base em um *Ethos* de mulher e líder forte junto ao perfil de mãe compreensiva que o discurso de Rousseff segue para uma argumentação emotiva que, como afirmou Zaleska (2012, p. 10), tem por objetivo “tornar emocional os significados, intensificar o poder dos sentimentos e a criação de um impacto emocional por meios verbais e estéticos²⁰”. Três são os apelos emocionais frequentes no discurso analisado: o apelo a se sentir seguro, a repreensão pela impaciência e a compreensão pelas dificuldades presentes.

Baseada em uma imagem de mulher forte e administradora, Rousseff utiliza expressões como: “estamos na segunda etapa do combate” [7], “Queremos e sabemos como fazer isso”[11], “Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez”[15], “estamos fazendo tudo com equilíbrio” [20], entre outras afirmações

²⁰ Tradução livre de “*the emotionalisation of meanings, the intensification of powerful sentiments and the creation of the emotional impact through verbal and visual aesthetics*”.

que buscam criar o sentimento de confiança, ação e a sensação de que o governo age e tem sucesso, de forma a combater os argumentos da oposição de que o governo estaria debilitado.

Também baseada no *Ethos* de amiga e mãe, Dilma repreende duas vezes a seus ouvintes. Na primeira, com relação à falta de informação adequada [3-4], e na segunda com um pedido para que as pessoas controlem suas emoções [37], tentando assim acalmar os ânimos dos manifestantes de oposição e solicitando moderação nas reações à crise.

Junto ao aspecto emocional da força e da repreensão materna há também um aspecto de proximidade e compaixão, quando a presidente se coloca como amiga e próxima da população comum, em especial das mulheres, como se nota em trechos como: “Minhas amigas e meus amigos”[23], e “Você que é dona de casa ou pai de família sabe disso” [18], há ao menos 31 referências a amizade e união, como mostra o Anexo 5.

Por último, é importante elencar os principais argumentos apresentados neste texto ou todo o aspecto do *Logos* deste discurso. Determinada pelo aspecto maternal e pelos pedidos de compreensão, os argumentos acabam por serem apresentados sempre de maneira generalista. A seguir, apresenta-se os principais argumentos presentes no discurso.

4.1.1 A crise é resultado de uma conjuntura de fatores

O primeiro argumento é o de que a crise existente na época era resultado de uma crise internacional prolongada [13-22] à qual o Brasil resistiu em um primeiro momento, mas que obrigou o governo a tomar medidas de ajustes, não para evitar um mal maior, mas para permitir novos avanços e crescimentos econômicos. Assim, apresenta-se a ideia de que o Brasil está em um crescimento contínuo e que os efeitos da crise são temporários e passageiros, além de eximir o governo da responsabilidade de uma eventual má administração; responsabilidade que acabou por ser o argumento central do processo de *impeachment* concluído em 2016.

4.1.2 As fake-news e o problema da confiabilidade

Outro importante argumento é apresentado nos parágrafos 3 e 4, ao afirmar que as informações veiculadas pelos *medias* e pelas redes sociais não são precisas e que muitas vezes “nos confundem mais do que nos esclarecem” [3]. Mais importante ainda é notar que após tal afirmação a ex-presidente pede que seja ouvida e não que se busque, nos meios de comunicação disponíveis, informações mais acertadas sobre a situação do país. Duas possibilidades podem ser conjecturadas desta afirmação: a primeira é a de que, no meio da gigantesca quantidade de informações disponíveis, haveria a percepção de que a posição do governo estaria a ser pouco ou nada ouvida; a segunda pode ser uma abordagem da ex-

presidente para obter maior confiança da população em relação aos *medias*, pois partiria ela do princípio de que, sendo ela quem está no governo, somente ela teria a visão completa e mais apurada dos fatos ocorridos; Rousseff se coloca como uma testemunha fidedigna dos acontecimentos em oposição aos *medias* e às campanhas que circulavam pela internet. O uso do controle da informação, seja para excluir fontes opositoras, seja para incluir fontes favoráveis, é prática utilizada por diversos agentes políticos para fazer avançar as suas agendas, como notou Wodak:

*Os políticos adquiriram estratégias e táticas para alcançar as suas agendas de forma mais ou menos bem-sucedida. O “sucesso” depende da posição deles no campo político, das suas relações de poder e, o mais importante, o que eu chamo de gestão do conhecimento: muito do que nós percebemos como desordem depende da inclusão do conhecimento compartilhado e da exclusão de conhecimentos compartilhados.*²¹

(Wodak, 2012, p. 537)

Diante disso, faz-se necessário notar outro aspecto do cenário de compartilhamento de informações deste período. Um relatório da Fundação Getúlio Vargas aponta para a presença de robôs criados em redes sociais para influenciar a opinião pública nas eleições de 2014. O relatório aponta ainda que estas atividades continuaram nos anos seguintes, até 2017 (Ruediger, 2014, p. 4-5). Assim, a preocupação apresentada pela presidente quanto à quantidade e qualidade das informações em circulação vai além de uma disputa com a imprensa, antes trata de uma realidade dos tempos pós-modernos quanto à criação e circulação de conteúdos de qualidade confiável.

4.1.3 O processo de progresso

Outro argumento importante aparece entre os parágrafos 25 e 31. Rousseff busca desconstruir os argumentos apresentados pela oposição e se mostrar como aliada dos trabalhadores e dos mais pobres. Nestes trechos, todos os argumentos são realizados com base no princípio de que o Brasil vive um processo de evolução e construção constante. A metáfora do “mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil” [31] tira a atenção do ouvinte do presente e a lança no futuro, dimensionando a importância dos fatos tratados, não com relação ao momento vivido, mas em relação ao destino prometido. Assim, a crise daquele período e os ajustes fiscais não deveriam ser entendidos como tendo “um fim

²¹ Tradução livre de: “*Politicians have acquired strategies and tactics to pursue their agenda more or less successfully. The ‘success’ depends on their position in the field, on their power relations and, most importantly, on what I label knowledge management: much of what we perceive as disorder depends on inclusion in shared knowledge or exclusion from shared knowledge*”.

em si mesmos” [25], mas como partes de um todo ainda maior e que só poderiam ser entendidos em um contexto histórico mais abrangente e não claramente definido. Este argumento é muito relevante quando comparado com os aspectos do *Pathos* e do *Ethos*, em que a presidente se coloca como comandante no controle de uma missão que ela sabe o destino, mas que o povo cuidado por ela pode não ter todas as informações necessárias para avaliar o seu desempenho, restando a estes últimos a paciência e a confiança na líder da nação, como solicitado no parágrafo 10.

4.1.4 O Estado como o agente e protetor dos cidadãos

A necessidade de utilizar o Estado para absorver as consequências da crise e proteger o trabalhador é apresentada como correta e defensável no décimo sexto parágrafo do pronunciamento. Este argumento é de extrema importância quando contrastado com os apelos dos líderes dos movimentos de oposição ao governo, que defendiam o livre mercado e a mínima intervenção estatal. É somente neste trecho de seu discurso que a oposição entre as ideologias progressistas e conservadoras, que surgem com força no Brasil deste período, se manifesta. Neste ponto, Rousseff faz a defesa de suas políticas, assim como, logo a seguir, defende os “direitos sagrados do trabalhador” [19]. Apesar da eficiência da intervenção estatal na economia ser benéfica em dados momentos e prejudiciais em outros, não é o argumento que chama a atenção neste trecho do discurso, mas seu desenvolvimento e enfoque. No mesmo momento em que a população é exposta a incontáveis notícias de oposição ao governo e bombardeada por campanhas em redes sociais a favor do livre mercado, o discurso da presidente se resume a breves considerações sobre o problema.

4.1.5 O Dia Internacional da Mulher

O último bloco argumentativo apresentado neste pronunciamento é relativo ao Dia Internacional da Mulher, completamente ofuscado pelos apelos para que a população tenha paciência com a crise e confie no governo. A exaltação das qualidades empreendedoras da mulher, de suas conquistas e das lutas contra as desigualdades ficam subentendidas apenas nos pontos em que a presidente se coloca como semelhante à mulher brasileira e no trecho onde anuncia a assinatura da lei que torna crime hediondo o feminicídio [34].

4.2 O contexto do pronunciamento e suas relações

Os três aspectos apresentados anteriormente elucidam as questões sobre quem é que falou, como falou e do que falou. Mas, de acordo com Wodak (2012), o discurso político em

seus aspectos mais evidentes não é suficiente para esclarecer as suas complexidades, é preciso buscar o seu contexto e suas relações, como afirmou:

*Focar apenas no aspecto aparente dos discursos (como o que foi dito, por exemplo), não é o suficiente para entender e explicar a complexidade da 'política'. É por isso que o contexto organizacional (estruturas, regras, regulamentos e condicionalismos) devem ser levados em conta.*²²

(Wodak, 2012, p. 528)

Analisaremos, a seguir, eventos e relações deste discurso com o contexto das manifestações de 15 de março de 2015 e o contexto social da época, bem como suas relações ideológicas e culturais.

4.2.1 Uma não relação com os movimentos e partidos progressistas

A insistência nos pedidos de calma, a necessidade de demonstrar um governo forte e atuante, o abandono da cor vermelha típica dos movimentos progressistas, a abordagem reduzida ao tema da mulher e às desigualdades de gênero em data comemorativa tão importante desloca este pronunciamento dos discursos até então comuns aos partidos progressistas brasileiros, que têm nas causas sociais, dos mais pobres e das minorias a sua base política. Como notou Madeira (2013) ao afirmar que a função dos partidos de esquerda seria contestar “a autoridade do Estado quando ele reprime os movimentos sociais e políticos igualitaristas, apesar de demandá-la na sua função redistributiva” (Madeira, 2013, p. 158).

Apesar do tom e da personalidade da oradora se aproximarem do esperado para o discurso de um líder, este é um pronunciamento defensivo, que busca tirar do governo a culpa pela crise e demonstrar capacidade e eficiência na gestão. Outro ponto que desconecta este pronunciamento dos demais discursos dos movimentos de esquerda, e o tornou ineficiente no combate à oposição emergente, é a insistente necessidade de recordar o crescimento do país, para demonstrar eficiência, e o abandono do enfoque nas questões sociais que ainda assolavam o Brasil. Assim, o discurso se coloca como que em um país onde as crises sociais não eram tão graves e, conseqüentemente, a narrativa dos movimentos sociais acabava fragilizada pela necessidade de se afirmar o sucesso do governo. Este ponto é notado por Céli Pinto, que afirma:

²² Tradução livre de: “Focussing only on typical frontstage activities (such as political speeches, for example) does not suffice to understand and explain the complexity of ‘politics’. This is why the organizational contexts (structures, rules, regulations, and constraints) have to be accounted for in detail”.

Os doze anos de governo petista desgastaram o discurso dos militantes, pelo próprio fato de ser poder, pelas alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda e, não menos importante, pelos escândalos de corrupção que vieram a público a partir de 2005, conhecidos como “mensalão”.

(Pinto, 2017, p. 136)

Deste modo, a tentativa de se afastar dos conflitos ideológicos que surgiam e o desgaste pela posição de governo desvincularam o pronunciamento de sua base de apoio, além de não ter sido eficiente na conquista da adesão da oposição.

4.2.2 Os escândalos de corrupção

É entre 2014 e 2015 que a operação Lava Jato tem a sua maior repercussão nacional, chegando a ser noticiada diariamente nos maiores veículos de comunicação do Brasil e a receber cadernos editoriais especiais que chegavam a ter 130 páginas. A operação Lava Jato é uma operação de investigação da Polícia Federal destinada a investigar denúncias de desvios de dinheiro público. Seu nome tem origem na investigação inicial que tratava de um posto de gasolina que, apesar de declarar ter um lava jato, operava uma casa de câmbio ilegal e distribuía propinas para políticos e servidores públicos (Medeiros, 2017. p. 14-15).

Os casos revelados de corrupção atingiram importantes autoridades dos mais altos postos do governo, como ministros, senadores e deputados, e impactaram diretamente a economia; com efeito estimado de cerca de 142,6 bilhões de Reais em prejuízos em 2015 ou cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro daquele ano (Costas, 2015).

O esquema de corrupção funcionava com o pagamento de propinas a empresas empreiteiras, fornecedores, diretores e funcionários da Petrobras, além de envolver o superfaturamento de contratos para permitir o desvio de dinheiro de obras públicas para políticos e beneficiava os partidos responsáveis pela indicação dos diretores da Petrobras, no caso, o Partido dos Trabalhadores. Entre as diversas acusações, as mais graves são as de que os desvios eram feitos com o objetivo de custear campanhas eleitorais, fornecer recursos extras a partidos políticos e comprar deputados e senadores para que atuassem em favor do governo de Rousseff (Borges, 2015; Affonso, 2015).

A repercussão deste caso é brevemente mencionada no pronunciamento analisado, contando apenas uma referência no parágrafo 34, que diz que o Brasil tem aprendido a “aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras”, tema referido apenas ao fim do discurso. A não referência desta questão, dias antes de uma das maiores manifestações de oposição ao seu governo, cria no ouvinte a

impressão de que o problema não existe ou existia em uma dimensão muito menor que a imaginada. Desta forma, um dos mais marcantes temas do noticiário nacional da época ficou fora do pronunciamento da então presidente ao mesmo tempo em que ela questionou se os jornais eram eficientes no esclarecimento da população sobre o que realmente ocorria. Nota-se aqui um descompasso entre aquilo que a população percebe como problema e os temas elencados e tratados pela presidência.

4.2.3 A referência ao Congresso Nacional e a União Nacional

O jogo político também é citado neste pronunciamento, nos parágrafos 10 e 36. Por ser uma mensagem direcionada à população brasileira, ela não contém um tratamento específico das relações entre o Congresso e a Presidência da República, mas nota-se a preocupação da presidente em colocar o parlamento em uma posição de apoio ao futuro da nação e, conseqüentemente, ao seu governo. A importância deste trecho resulta do fato de se iniciar no parlamento as primeiras discussões sobre a possibilidade de deposição. Essas referências também buscam criar um senso de unidade e desmentir acusações da oposição de que ela não governava e que não tinha apoio do Congresso Nacional.

4.2.4 Paciência e revolta

Os pedidos de paciência e compreensão feitos no pronunciamento não podem ser compreendidos apenas como argumentos retóricos, são a resposta a uma realidade que se manifestava nas ruas e lares do Brasil. Três são os aspectos que marcam o período de tensão destas manifestações: os *black-blocs*, as *mega-passeatas* e os *panelaços*.

Tanto nas manifestações ocorridas em 2013 quanto nas decorridas até 2016 foi notada a presença de *black-blocs*, grupos encapuzados vestidos de preto. O termo *black-blocs* não tem origem precisa, mas sugere-se, principalmente, que o nome tenha surgido do movimento de pessoas vestidas de preto, em uma “Sexta-feira negra”, em um protesto contra a instalação de uma planta de lixo nuclear em Gorbelen, na Alemanha, em 1980; são consideradas forças de manifestantes que podem ou não recorrer a violência, em determinadas situações, ou como afirmou Dupuis-Déri: são organizados em diversas ocasiões, geralmente para uma marcha pacífica, mas pronta para recorrer à força física, dependendo do contexto e de suas forças²³ (Dupuis-Déri, 2014).

²³ Tradução livre de: “*Black Blocs are organized on such occasions, often marching peacefully but ready to resort to physical force, depending on the context and their relative strength*”.

O uso da força por este tipo de manifestante é, ainda segundo Francis Dupuis-Déri (2014), resultado de uma desilusão em relação aos métodos tradicionais e pacíficos de protesto, que não atingiam resultados satisfatórios. Além disso, o uso de vandalismo contra o bem público acaba por demonstrar às classes dominantes que a reivindicação é séria e tem consequências, causando assim uma reação temerosa naqueles que governam. Estes grupos realizavam ataques contra instituições públicas com o objetivo de demonstrar um poder simbólico; além disso, a sua presença poderia incentivar a ação violenta por parte de outros manifestantes, já que os *black-blocs* não possuíam organização oficial ou qualquer outra forma de identificação (Oliveira, 2016).

Também a quantidade incomum de pessoas presentes nas manifestações de rua causou preocupações ao governo: as manifestações de 15 de março de 2015 chegaram a reunir entre 1,4 e 2,2 milhões de pessoas em diversos protestos, que variavam de poucas dezenas até centenas de milhares, em 22 estados brasileiros (Coronato, 2015). O medo de que a ação de *black-blocs* e a insatisfação evoluíssem para um cenário de violência era real e preocupante.

Os episódios conhecidos como panelaços fazem referência ao ato de protesto que muitos faziam em casa, durante algum pronunciamento de uma autoridade, e consistia no bater de caçarolas e panelas para se fazer barulho. Esta prática foi criada em 2001, na Argentina, e foi muito utilizada nas manifestações que ocorreram no Brasil entre 2013 e 2016 (Mendonça, 2015). Este tipo de protesto tinha por objetivo criar incômodo aos vizinhos ao manifestar a insatisfação e romper o isolamento doméstico destes sentimentos. Torna-se, assim, um símbolo de impaciência, revolta e do não querer ouvir, mas do se fazer ouvido; por isso, marca uma forte possibilidade de as manifestações evoluírem para revoltas e conflitos.

Diante destes fatos contextuais, os pedidos de calma, paciência e compreensão feitos pela então presidente estão longe de não terem significado, uma vez que são pedidos diretos a uma população irritada, pronta a tomar atitudes mais drásticas e suscetíveis ao conflito.

4.3 Imagem de uma sociedade ideal

Com o objetivo de responder à questão principal quanto à possibilidade de uma unidade entre discursos com base na cultura, a partir dos conceitos de qual o tipo de sociedade ideal que a então presidente aludia em seu discurso, é preciso analisar quais os componentes culturais e suas relações identificáveis neste texto. Utilizando-se das metodologias demonstradas por Donal Carbaugh (2017) e de *Keywords*, apresentada por Williams (1974), podemos notar os seguintes tópicos como conceitos de uma sociedade melhor presentes neste texto.

4.3.1 A sociedade do progresso

Todo o discurso de Rousseff se baseia na ideia de que a sociedade está em evolução para um futuro melhor. Ainda que passado e futuro sejam termos relativos ao tempo de quem os usa ou ao que se refere, o discurso de Rousseff deixa claro que a sociedade almejada é aquela que evoluiu. Como que em uma perspectiva evolucionista, a sociedade está em constante mudança para o futuro. Ao longo de todo o texto, ela utiliza frases como “Fé e esperança no Brasil”, “grande processo de construção do novo Brasil” e “travessia para um tempo melhor”, entre outras. Também a tabela do Anexo 5 mostra a presença de 85 palavras que em seus contextos indicam progresso social, como “avanços”, “buscar”, “conquistas”, “consequimos”, “construção”, “continuidade”, “desenvolvimento”, “inclusão”, “melhoria”, “mudar”, “oportunidades”, “programas”, “realizamos”, “vitória(s)”, “tijolo” e “direito(s)”, entre outras, e mais 25 referências a esperança e fé no futuro como “acreditar”, “esperamos”, “melhores” e “fé”.

Nota-se que o progresso está diretamente ligado ao aumento do bem-estar social e que a ausência de novas formas de promoção do bem-estar acaba por criar a impressão do retrocesso ou da estagnação, seja essa impressão verdadeira ou não. Como consequência, qualquer ação governamental que não seja amplamente percebida como promotora do bem irá evocar a imagem do retrocesso ou da estagnação e será considerada como uma ação anormal ou antinatural no curso das coisas.

4.3.2 Conquistas e estabilidade

O segundo conceito que aparece com força no discurso de Rousseff é a noção de conquista, que implica na noção de estabilidade. Frases como “preservando os direitos sagrados dos trabalhadores” e “não irão comprometer as suas conquistas” mostram que o progresso, como exposto no ponto anterior, se materializa na forma do que se entende por conquista. Para que uma conquista seja considerada adquirida é preciso que ela permaneça. Todavia, esta permanência pode ser afetada diretamente pelo estado de transformação constante da sociedade moderna, como demonstrou Lipovetsky (2004), e pelo próprio conceito de “Sociedade do Progresso”, o que nos leva a duas possibilidades conjecturais: a primeira é de que as coisas devem mudar ao mesmo tempo em que devem permanecer quando tratadas de certos assuntos, o que geraria uma tensão entre progresso e estabilidade; a segunda é a possibilidade de uma direta relação com o conceito de sociedade de consumo e acumulação em que, assim como as coisas, os atos e conquistas históricas se acumulam na cultura de um povo. Nesta perspectiva, progresso, estabilidade e acúmulo andam juntos. Há

no discurso de Rousseff 21 referências a termos e frases que reforçam a ideia de estabilidade e segurança, e pelo menos 41 referências ao progresso no sentido econômico do termo.

4.3.3 Uma sociedade brasileira

Apesar do presente estado da globalização, como demonstrou Appadurai (2001) quanto aos fluxos globais, a noção de sociedade a que Rousseff se refere neste discurso é brasileira. Se esta perspectiva se deve à posição que Rousseff ocupa como Presidente da República do Brasil por um lado, de outro acaba por delimitar quem é parte desta sociedade a que se almeja um futuro melhor, o progresso e a estabilidade. O nacionalismo e o patriotismo aparecem como um componente subentendido no discurso da presidente. Se não se pode afirmar que ideias nacionalistas são partes das ideias que a então presidente apoiava, pode-se afirmar que o conceito de nação, com todas as suas implicações, aparece como ponto de contato com a audiência a que a então presidente se direcionava. Foram identificadas 32 ocorrências de termos que se referem à nação brasileira no discurso da presidente, como mostra o Anexo 5.

4.3.4 A luta pelo bem

Outra perspectiva que aparece subentendida no discurso é a questão da ação e da promoção do bem. Em primeiro lugar, está a questão de quem é o agente promotor do bem, frases como “protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis” e “Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante” são usadas no contexto de proteção das partes mais fracas contra as adversidades. O agente promotor do bem é o Estado, e a população aparece como uma parte menos ativa na equação. Há, ao menos, 21 referências a preservação das conquistas dos mais fracos, onde se utiliza termos como “preservando”, “seguro” e “protegido”. O segundo aspecto é o do bem a que o agente, neste caso o Estado, busca para a sociedade. Este bem novamente aparece na perspectiva dos direitos, termos referentes à inclusão, como “acesso”, “direito(s)” ou “discriminação” aparecem 5 vezes ao longo do discurso. Como resultado, a promoção do bem é vista, a partir do discurso de Rousseff, como um dever coletivo e para o coletivo, fato que se nota pelas 10 referências ao conceito de governo e pelas 25 referências de ação conjunta entre sociedade e governo.

Neste contexto, vale ressaltar o estudo de Darcy Ribeiro quanto à dupla “personalidade” das classes dominantes no Brasil, derivada da profunda desigualdade entre a população e as classes mais ricas do país, onde seus estudos mostram que as elites brasileiras tendem a adotar uma excessiva cordialidade ao mesmo tempo em que destratam aqueles que

lhês são inferiores, ou como o próprio Ribeiro nota: “Assim é que na mesma pessoa se pode observar a representação de dois papéis, conforme encarne a etiqueta prescrita do anfitrião hospitaleiro, gentil e generoso diante de um visitante, ou o papel senhorial, em face de um subordinado” (Ribeiro, 1995, p. 217). Desta forma, essa dupla característica das elites brasileiras acaba por gerar o fenômeno observado no discurso de Rousseff: uma atuação extremamente cordial, mas que é precedida por um contexto de descaso para com a população.

4.3.5 Justiça e combate a intolerância

Por último, quando perguntamos qual a imagem de sociedade melhor que o discurso de Rousseff nos apresenta é a ideia de sociedade justa que surge. Na perspectiva do discurso analisado, uma sociedade justa é aquela que distribui igualmente seus bens e deveres, como demonstrado na frase “distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos”, e pelas 11 referências a termos que indicam o conceito de igualdade e inclusão, e 7 referências ao termo justiça, como na seguinte referência: “o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos”. Junto ao contexto do Dia Internacional da Mulher, a intolerância é um dos temas que aparecem como um dos pontos de aplicação desta justiça, que se caracteriza tanto pela distribuição de bens e esforços de forma adequada a cada um, como demonstrada na frase “Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições”, quanto pela aplicação da lei e da ordem, termo que aparece referido no discurso 5 vezes.

5. Entrevista de Kim Kataguiiri ao Jornal Gazeta: a situação retórica

Em 2013, as Jornadas de Junho, iniciadas pelo MPL, apresentaram características de apartidarismo e espontaneidade. Porém, a mobilização popular e a insatisfação manifestada nas ruas acabaram por seguir um rumo diferente do proposto pelo MPL, tornando-se uma massa de manifestantes sem propostas e sem direção clara (Pinto, 2017, p. 134). Entretanto, o movimento ganhou um novo representante a partir de 1 de novembro de 2014, o Movimento Brasil Livre (MBL). Seu representante mais conhecido é Kim Kataguiiri, o jovem que iniciou sua carreira pública nas redes sociais, que foi apresentado como Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre na ocasião das manifestações de 2015 e que acabou por ser eleito Deputado Federal nas eleições de 2018. O MBL conta também com outros representantes conhecidos nacionalmente, tais como Fernando Holiday, Paulo Eduardo Martins e Jerônimo Goegen, todos eleitos nas eleições que se sucederam às manifestações de 2015 até 2018. Além destes, o MBL passou a contar também com uma grande quantidade de seguidores, apoiadores e membros do movimento em todo o Brasil (Martín, 2014).

Kim Kataguiiri nasceu a 28 de janeiro de 1996 na cidade de Salto, no interior do São Paulo. Na juventude, mudou-se para a cidade de Santo André para cursar a graduação em Economia pela Universidade Federal do ABC²⁴, curso que nunca concluiu²⁵. Ao que tudo indica o destino de Kataguiiri poderia ser o mesmo de muitos jovens brasileiros, que consiste na busca por uma formação universitária, na disputa por um emprego qualificado e bem remunerado e nos desafios de se viver com o mínimo de condições em um país com imensas desigualdades sociais. Mas é em 2013, ano das Jornadas de Junho, que o curso de sua vida muda radicalmente graças à publicação de um vídeo no YouTube em que Kim Kataguiiri criticava o programa Bolsa Família²⁶. A repercussão deste e de outros vídeos o tornou conhecido nas redes sociais²⁷ e, associado a outros colegas, funda a 1 de novembro de 2014 o Movimento Brasil Livre (Ney, 2015; Martín, 2014).

²⁴ ABC refere-se à Universidade Federal de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

²⁵ Apesar de esta informação constar nas pequenas biografias feitas por jornais sobre Kataguiiri, o jornal iG notícia, com base em uma entrevista de um dos coordenadores do curso, que o jovem jamais frequentou o curso (Ney, 2015).

²⁶ Bolsa Família “É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza” (Caixa, 2019). É um programa muito criticado por alguns setores da sociedade brasileira, pois pode servir de compra indireta de votos.

²⁷ Os vídeos postados no período anterior à criação do MBL foram removidos do YouTube e seu canal oficial atual contém apenas conteúdo publicado a partir de dezembro de 2018.

É o MBL a organização que assume a liderança dos protestos de rua iniciados em 2013; protestos que ganharam novo fôlego de indignação com o Mundial de Futebol de 2014 e com a reeleição de Dilma Rousseff, no mesmo ano. Note-se que no período entre as Jornadas de Junho de 2013 e a manifestação de 15 de março de 2015 a liderança das manifestações é disputada entre três movimentos: O Movimento Vem Pra Rua, criado e gerido por empresários paulistas; o grupo Revoltados OnLine, associado a polêmicas religiosas e ao apoio a uma nova intervenção militar, e o Movimento Brasil Livre, liderado por Kim Kataguiiri, Frederico Rauh, Alexandre Santos, Gabriel Calamari e Renan Santos, na cidade de São Paulo²⁸ (Gonçalves, 2015).

Após a reeleição da então presidente e após os novos desdobramentos da operação Lava Jato, que revelaram gastos superfaturados na estatal petrolífera brasileira, o MBL assume definitivamente a liderança dos movimentos de rua após o sucesso da manifestação de 15 de março de 2015 (Pinto, 2017, p. 100), como demonstrado por Céli Regina:

Mas a vitória eleitoral não proporcionou a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido à política do país. O recrudescimento do discurso oposicionista, fortemente determinado pelas acusações de corrupção contra políticos do governo, resultou na popularização de postagens nas redes sociais de textos conservadores, antipetistas e de acusações e impropérios à presidenta e à pessoa de Dilma Rousseff bastante agressivos. O governo chegou às manifestações de março de 2015 com o país totalmente significado pelas oposições. O apoio popular a Dilma estava restrito ao núcleo dos militantes do PT.

(Pinto, 2017, p. 147)

A 24 de março do mesmo ano, Maria Lydia entrevista o jovem Kataguiiri, que se apresentou como coordenador do MBL. Esta entrevista é considerada importante por ser a primeira concedida a uma emissora de televisão após as manifestações de 15 de março, por ser a primeira em que Kataguiiri aparece como líder dos movimentos de rua e por ser a primeira entrevista onde os objetivos do MBL são declarados e questionados nos *meios* tradicionais, além de ser dirigida para um público mais amplo e heterogêneo do que o dos seus seguidores na internet.

A estrutura da entrevista conduzida por Lydia é apresentada a seguir, e os números entre chaves indicam os parágrafos indicados no Anexo 2:

[1-3] Apresentação e agradecimentos.

²⁸ O movimento apresenta-se com lideranças distintas em cada cidade, porém, com a coordenação estratégica a partir da cidade de São Paulo. Algumas fontes indicam a fundação do movimento pelos jovens citados, outras os citam como líderes do movimento paulista, mas não lhes atribui à fundação.

- [4-5] Apresentação do MBL. Posicionamento do movimento como liberal, a favor da atividade empresarial e em defesa da República. Apresentação do objetivo principal das manifestações, o pedido de *impeachment* e a justificativa do objetivo com base em argumentos que incriminam o Partido dos Trabalhadores.
- [6-12] Pedido de fundamentação dos objetivos apresentados. Apresenta argumentos que buscam fundamentar o pedido de *impeachment*. Apelo à autoridade de juristas reconhecidos no Brasil. Conceituação do processo de *impeachment*.
- [13-16] Questionamentos quanto à associação do MBL com partidos de oposição. Argumentos que buscam dissociar o movimento dos partidos de oposição e demonstrar a autonomia do MBL.
- [17-20] Novos questionamentos sobre afinidades partidárias. Em resposta, novos argumentos que buscam dissociar o MBL dos partidos tradicionais.
- [21-22] Questionamentos quanto aos meios de subsistência e de administração do MBL. Argumentos que buscam demonstrar o suporte popular do movimento.
- [23-27] Questionamentos sobre reportagens que indicam financiamento estrangeiro e partidário do MBL. Apresenta argumentos em oposição ao questionamento e ironias quanto às perguntas apresentadas.
- [28-29] Questionamento quanto às associações do MBL com setor empresarial. Novos argumentos a favor da independência do MBL quanto a grupos de interesses, críticas ao setor empresarial e às classes média e alta.
- [30-35] Questionamento quanto às próximas manifestações e expectativas. Argumentos otimistas quanto ao destino do movimento, apresentação das manifestações de 2015 como pacíficas e opostas às manifestações de 2013.
- [36-38] Agradecimentos e despedida.

A partir das manifestações de 2015, a carreira de Kim Kataguirí adquire novas possibilidades. Entre 2015 e 2016, tanto Kataguirí como o MBL assumem o protagonismo do movimento que pedia o *impeachment* de Dilma Rousseff, o jovem torna-se também colunista do jornal *Folha de São Paulo* e publica um livro com a coletânea de seus artigos, intitulado *Quem é este moleque para estar na Folha?*. É eleito pela revista *TIME* como um dos jovens mais influentes do mundo no ano de 2015. E em 2018 é eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo, sendo um dos quatro mais votados (Kachani, 2017; TIME, 2015).

5.1 Os aspectos do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*

Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que uma entrevista é direcionada para um propósito específico, com a finalidade de elucidar uma questão, e que, portanto, o diálogo é conduzido pelo entrevistador. No caso da entrevista conduzida por Maria Lydia, notamos que as perguntas são direcionadas de forma a esclarecer: a) os propósitos e objetivos do MBL; b) os fundamentos dos seus objetivos; c) as relações políticas e suas fontes de financiamento, bem como elucidar a questão dos interesses por trás dos movimentos, e d) elucidar as perspectivas do MBL quanto às próximas manifestações. Desta forma, o discurso apresentado está limitado aos questionamentos feitos pela entrevistadora, estando ausente dele aquilo que não foi perguntado.

Quando se analisa o *Ethos* de Kim Kataguirí ou a personalidade que ele busca apresentar, de forma a se adequar às expectativas da sua audiência (Heinrichs, 2007, p. 46), tem de se levar em consideração dois aspectos de sua apresentação: o perfil apresentado na entrevista e o perfil apresentado em seu canal do YouTube.

O *Ethos* apresentado por Kataguirí em seus vídeos na internet apresenta-nos o perfil de um jovem revolucionário moderno e liberal, também seu discurso é marcado pelo tom de revolta e indignação com a situação do país e com os escândalos de corrupção. Como referência, nota-se o discurso feito por Kataguirí na Câmara Municipal de Uberlândia, onde pronunciou frases como “partidos que atentam contra as nossas liberdades e propriedades não tem espaço na casa do povo” e “quem desvia o dinheiro do povo brasileiro, não sou eu, é o senhor”, em referência a um dos membros da câmara municipal (Martins, 2015). Este aspecto retórico de combate é muito utilizado por Kataguirí e outros membros da oposição do então governo de Rousseff, caracterizado principalmente por um tom de voz revoltado e combativo.

Nota-se então que um segundo perfil se apresenta nas entrevistas concedidas após 15 de março. É diante da grande adesão popular e de um veículo de comunicação tradicional que o novo perfil de Kataguirí surge. Este novo perfil é moderado e sem o habitual tom de indignação, buscando sempre demonstrar argumentos, de modo a fundamentar as suas posições e ideias. Kim Kataguirí, o jovem líder oriundo das redes sociais, que à época conquistara uma parcela da população jovem masculina e de classe média do Brasil (Pinto, 2017, p. 100), agora busca se mostrar como alguém mais confiável e ponderado para um público maior e heterogêneo. Portanto, seu desafio está em demonstrar credibilidade, convencer as parcelas mais velhas da população de que é confiável, e garantir que o movimento que lidera obtenha apoio de pessoas reconhecidas na sociedade, como Modesto

Carvalhosa e Ives Gandra Martins, citados nos parágrafos 9 e 10, para fundamentar alguns pontos de suas reivindicações.

A citação destes nomes é obviamente sinal da construção de um *Ethos* alternativo, mais confiável e atestado por indivíduos que se consideram também confiáveis. Isto vai de acordo com o tipo de público da TV Gazeta, que é diferente dos digitais. A audiência da TV Gazeta é composta principalmente por mulheres (60%), sendo 37% das classes altas (A e B) e 55% da classe média (C), e que possuem idade superior a 35 anos (81%) (TV Gazeta, 2019, p. 8).

É importante analisarmos também as vestimentas com que Kim Kataguirí se apresenta nesta entrevista, composta por camisa social desabotoada, indicando um leve dinamismo e juventude, calças brancas com os tornozelos à mostra e sapatos que aparentam ser de camurça. Estas não são as vestimentas típicas da população brasileira, antes, este estilo de se vestir é comumente associado às classes médias e altas; portanto, Kataguirí não tenta se posicionar como um membro da população comum. Veste-se à maneira dos empresários, das classes média e alta e de maneira a criar uma impressão de seriedade e credibilidade.

Ao analisarmos o aspecto do *Pathos* deste discurso, há um efeito emocional que Kataguirí busca criar nos telespectadores do jornal da Gazeta, é o de estabilidade e confiança. Todas as respostas apresentadas por ele buscam ser ponderadas e racionais e fogem dos apelos emocionais e de indignação comuns a seu canal no YouTube. Nesta entrevista, ele não se direciona ao seu público habitual, mas a um público mais velho e conservador e busca criar afinidades com seus argumentos e ideias. Desta forma, Kataguirí e o MBL atuam de forma dupla, por um lado, com um perfil jovem e dinâmico, revoltado e indignado, de atuação majoritariamente online e pronta para ações e manifestações, por outro, com uma vertente moderada, argumentativa, controlada e fundamentada, que buscava demonstrar confiabilidade e racionalidade, apresentada principalmente nos meios tradicionais de comunicação e para um público mais velho.

Por último, é importante elencar os principais argumentos apresentados neste texto ou todo o aspecto do *Logos* deste discurso. Todo o discurso de Kataguirí tem como princípio o liberalismo econômico, no combate à corrupção, na defesa da República e na independência e no apartidarismo do MBL. Podemos elencar os principais argumentos da seguinte forma:

5.1.1 Um movimento liberal

A primeira característica que Kataguirí apresenta é a de que o MBL é um movimento liberal, no sentido em que o termo é apresentado pela Escola Austríaca de Economia, cujo

maior representante é Ludwig Von Mises. Para Kataguiiri, o liberalismo econômico é caracterizado pela defesa das liberdades de mercado, da livre atividade empresarial e da intervenção mínima do Estado na economia [5]. Já para Mises, o liberalismo é a forma que garante a liberdade de prosperidade material do homem, como afirma ao dizer que o liberalismo:

a nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Não promete felicidade e contentamento aos homens, mas, tão somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior. [...] O liberalismo busca produzir apenas o bem-estar exterior, porque sabe que as riquezas interiores, espirituais, não podem atingir o homem de fora, mas somente de dentro, de seu próprio coração. O liberalismo não visa a criar qualquer outra coisa, a não ser as precondições externas para o desenvolvimento da vida interior.

(Mises, 2010, p. 36)

Por consequência da necessidade de estender-se a ação econômica a todos os aspectos da vida social, o liberalismo econômico defende a liberdade no sentido da ação individual livre das intervenções governamentais, com o objetivo de atingir a prosperidade material e pressupondo que esta prosperidade irá, por consequência, gerar os demais tipos de liberdade. Neste primeiro ponto, Kataguiiri e o MBL posicionam-se em plena oposição ao governo de Dilma Rousseff e ao PT, que acreditam na intervenção do Estado nas diversas esferas sociais para a promoção de suas políticas de bem-estar social.

5.1.2 A defesa da República e o movimento contra o PT

O segundo argumento apresentado refere-se aos crimes cometidos pela então presidente e por seu partido. Kataguiiri apresenta o PT como um partido diferente dos demais e cria uma gradação na gravidade dos crimes de corrupção cometidos pelos partidos políticos [5].

Ele argumenta que os demais partidos são corruptos menores, pois se valem da corrupção para benefícios próprios, mas sem o intuito de destruir ou alterar a estrutura Republicana. Para ele, estes crimes são considerados menores por “terem um fim em si mesmo” [5], o que leva à conclusão de que os crimes “menores” praticados pelos demais partidos não são tão graves e não resultam em consequências graves para a sociedade.

Em contraste, ele apresenta-nos os crimes do PT em que Dilma Rousseff e seu partido se utilizariam dos meios de corrupção para se “perpetuar no poder” [5] e consequentemente para a alteração da estrutura daquilo que constituiria a República. Kataguiiri não está sozinho neste argumento, pois, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, noticiada pelo Instituto Humanitas

Unisinós, Frei Betto²⁹ afirmou que o Partido dos Trabalhadores abandonou seu projeto de Brasil em favor de um projeto de poder:

Nem a (reforma) agrária, nem a tributária, nem a política, nem a previdenciária, nem a de educação, nem a da saúde" e, apesar dos avanços, não houve a redução da desigualdade social. "Segundo o Ipea, dado de outubro de 2013, a desigualdade no Brasil entre os mais ricos e os mais pobres é de 175 vezes, e isso é escandaloso", constata. Segundo ele [Frei Betto], "o PT trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder. Permanecer no poder passou a ser mais importante do que criar uma alternativa civilizatória para a nação Brasil.
(IHU, 2013)

A crítica de Frei Betto vem acompanhada de outras críticas feitas por movimentos sociais que argumentavam que no período de governo do PT “movimentos como CUT, UNE e MST [...] deixaram-se cooptar e esvaziaram-se de sentido, perdendo credibilidade e adesão em setores da sociedade que costumavam apoiá-los” (Brum, 2015).

Além disso, argumenta-se também que o partido “desgastou o discurso dos militantes, pelo próprio fato de ser poder, pelas alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda e, não menos importante, pelos escândalos de corrupção” (Pinto, 2017, p. 136).

Junto às críticas feitas pelos próprios movimentos à esquerda, denúncias da oposição argumentavam que a corrupção do Partido dos Trabalhadores tinha por objetivo impor:

“seu ‘projeto criminoso de poder’” em uma “operação paulatina de controle da máquina estatal no sentido mais amplo [...]. O domínio dos setores fundamentais do Estado deu ao partido recursos e poder nunca vistos na história brasileira”.
(Villa, 2015).

Desta forma, Kim Kataguirí apresenta, sucintamente, uma ameaça noticiada diariamente nos *medias*, que consistia no argumento de um processo de apropriação do Poder Público por grupos de interesse. Estes grupos governavam em benefício próprio e com o objetivo de se perpetuar no poder, constituindo, assim, um golpe ao princípio da República, que consiste na eleição de representantes dos interesses da população. Este é também um argumento que cria medo na população diante da perspectiva de mudança de regime político.

²⁹ Frei Betto é um frade dominicano e escritor, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, ganhador do prêmio Jabuti de 1982, mais alto prêmio de literatura do Brasil, coordenador das Comunidades Eclesiais de Base e de outros movimentos sociais e sindicais no Brasil.

5.1.3 Argumentos de autoridade contra Dilma Rousseff

Um outro argumento apresentado por Kataguirí recorre à autoridade de juristas brasileiros reconhecidos, como Ives Gandra, jurista, escritor, membro da Academia Brasileira de Filosofia, ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-membro da Ordem dos Advogados de Portugal (Martins, 2018), e Modesto Carvalhosa, professor de direito da Universidade de São Paulo e autor de diversos livros sobre direito constitucional e empresarial e do *Livro negro da corrupção* (Bicudo, 2018). Este apelo à autoridade serve para justificar as ações do movimento e legitimar as ações do MBL e do pedido de *impeachment*.

5.1.4 Crime de responsabilidade face ao “golpe à República”

Em contraste com o argumento de que o PT utilizava-se dos meios de corrupção para se perpetuar no poder, Kim Kataguirí apresenta como justificativa para o pedido de *impeachment* o argumento de que Rousseff cometera crime de responsabilidade fiscal ao ser omissa na aplicação da Lei Anticorrupção, o que se caracteriza improbidade administrativa [8-10]. Portanto, não é o golpe à República ou a ameaça de perpetuação no poder que serve como base legal para a deposição da ex-presidente, mas questões de aplicação da Lei Anticorrupção.

Há, portanto, um descompasso entre aquilo que se argumenta, o projeto totalitário de poder, e os meios legais e jurídicos disponíveis para a deposição da ex-presidente. Este fato é extremamente importante, pois o argumento apresentado ao público de que o PT se apoderava do Estado brasileiro por meio da corrupção é um argumento que causa medo e revolta na população, gerando uma forte reação da oposição ao mesmo tempo em que não é o meio legal que os opositorse utilizam para o *impeachment* de Rousseff.

O resultado desta argumentação é duplo. O primeiro resultado é o *impeachment* de Dilma, utilizando-se de qualquer base legal, como afirma Kataguirí no parágrafo 12, ao afirmar que “razões políticas (...) para se iniciar um processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff não faltam”. Diante de uma ameaça totalitária, qualquer motivo justificaria a deposição da presidente.

O segundo resultado é o argumento do Partido dos Trabalhadores de que a oposição deu um golpe contra Dilma Rousseff. Este argumento não se sustenta do ponto de vista jurídico, pois o processo decorreu de acordo com as bases legais necessárias, todavia é possível considerar este argumento como é válido devido ao fato de que os crimes de que a

então presidente era acusada não foram os crimes pelos quais ela foi julgada, denotando, assim, um golpe político.

5.1.5 A independência do MBL

Boa parte da entrevista concedida à Maria Lydia, no jornal da Gazeta, busca clarificar os meios de financiamento e as conexões políticas do MBL.

Em primeiro lugar, Kataguirí argumenta que o movimento é dissociado do PSDB, partido de oposição ao então governo, e que nunca o apoiou nas eleições de 2014 devido ao fato de só ter sido criado em novembro do mesmo ano. Todavia, ocorre aqui uma confusão quanto à dimensão temporal dos eventos, visto que as eleições de 2014 ocorreram no mês de outubro do mesmo ano [15]. É coerente ao senso comum de que uma organização de mobilização social não surge somente na sua data de oficialização, mas que tem todo o seu planejamento e organização feitos em um período anterior à formalização de sua existência; desta forma, se o MBL não existia oficialmente durante as eleições de 2014, existia enquanto projeto que se concretizaria nos dias seguintes. A hipótese de que o movimento de mobilização nacional foi idealizado, projetado, organizado e formalizado no dia 1 de novembro não é verossímil.

Em segundo lugar, Kataguirí coloca-se em oposição a todos os partidos políticos ao argumentar que nenhum partido, no Brasil, era realmente liberal. Todos teriam se afastado dos princípios liberais [18].

Em um terceiro momento, Kataguirí, de dezenove anos, argumenta que as denúncias de que o MBL teria recebido financiamento internacional eram relacionadas com o fato de eles terem admitido a publicação do artigo de um “menino” [25] associado a uma organização que, por sua vez, é filiada à outra organização que recebe fundos de institutos estrangeiros. Todavia, apesar das notícias apontarem para uma ligação de financiamento do MBL por partidos políticos de oposição (Lopes, 2016), Kim Kataguirí apresenta o movimento como independente e financiado pela população que o apoia³⁰.

Por último, Kataguirí tenta dissociar o MBL dos segmentos empresariais e de classe média e alta da população brasileira, ao argumentar que não recebe apoio desses setores, visto que eles estão interessados em “fugir para Miami” [29]. É importante notar que o argumento de que as classes mais favorecidas no Brasil preferem fugir para os Estados Unidos é comumente utilizado por movimentos de esquerda, como forma de mostrar apoio à população

³⁰ Não foi encontrada uma investigação científica, até o momento, que comprovasse o financiamento do movimento por partidos de oposição, apesar de existirem fortes suspeitas.

mais pobre que não tem condições para emigrar. Mais ainda, nota-se novamente a dupla “personalidade” característica das elites brasileiras, composta pela cordialidade e pelo distrato, como bem demonstrou Darcy Ribeiro (1995), pois neste trecho nota-se o apoio cordial dado por grupos de interesse ao MBL para promover as mudanças necessárias no Brasil ao mesmo tempo em que esta elite deixa o país dada a sua situação econômica e as desigualdades sociais.

5.1.6 A criminalização da atividade empreendedora

Diante dos diversos argumentos e dos cenários ameaçadores apresentados por Kataguri, no parágrafo 5 ele defende que “a atividade empresarial não seja criminalizada” [5]. Esta afirmação pode ser compreendida de duas maneiras. A primeira, pode se tratar de uma hipérbole ao fato de o Brasil ser um dos países mais difíceis para se empreender. A segunda seria uma conotação de exclusão dos empresários por motivos que não ficam claros. Neste ponto, torna-se difícil sustentar o argumento de neutralidade do MBL, pois este se coloca claramente em favor das posições políticas da classe empresarial.

5.2 O contexto da entrevista e suas relações

É importante notar algumas relações da entrevista com o contexto da época e perceber como este contexto influencia o significado do discurso.

5.2.1 A ameaça do comunismo

Como mostrado anteriormente, um dos argumentos supostos neste debate é o de que uma ameaça rondava o Brasil e ela se caracterizava como comunismo. O temor desta ameaça ressurgiu por meio de publicações feitas fora dos *meios* que acabaram por ganhar status de novidade. Dentre eles pode se citar os livros: *Conspiração de Portas Abertas*, escrito por Paulo Diniz Zamboni e publicado em 2008; *A Tomada do Brasil Pelos Maus Brasileiros*, escrito por Percival Puggina; *Pare de Acreditar no Governo - Por que os Brasileiros não Confiavam nos Políticos e Amam o Estado*, escrito por Bruno Garschagen e publicado em 2015; *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*, escrito por Heitor de Paola e publicado também em 2015; além de inúmeros outros títulos que surgiram no mercado editorial brasileiro a partir de 2008, junto com uma grande quantidade de blogs, sites de notícias e perfis em redes sociais que denunciavam a ação de movimentos de esquerda na América Latina, liderados por Cuba e Venezuela e pelo Partido dos Trabalhadores, com o objetivo da criação de um estado totalitário comunista planejado pelo Foro de São Paulo.

Este trabalho não tem por objetivo aferir a veracidade destas publicações nem suas origens, mas nota-se que estas publicações criaram uma espécie de subcultura que emergia fora do espaço dos meios tradicionais de comunicação. A partir de 2015, essas fontes tornaram-se base para todos os movimentos da nova direita brasileira e se refletem no argumento de golpe à República.

5.2.2 Uma nova geração e o renascimento da direita

Kim Kataguiri é apresentado como coordenador nacional do MBL aos seus dezenove anos não por acaso, mas porque trata-se de uma personagem ideal para a nova geração que crescia no Brasil. A geração que completava 18 anos em 2015 nascera por volta de 1997, crescera durante os 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores até aquela data, e via o governo atual como uma autoridade ineficiente e corrupta, além de o ver como uma das causas dos problemas sociais do país. Uma juventude que pedia mudanças e estava disposta a engajar-se em ações para transformar a sociedade estava agora ativa e se via do lado oposto do governo.

Os membros que ocupavam o poder, como Dilma Rousseff, são membros da geração dos anos de 1940 e 50, que tiveram suas juventudes durante os anos de 1960, período da Ditadura Militar. A geração que lutou contra a ditadura em 1960 ocupava, em 2015, os cargos mais altos da República e era vista como *mainstream* ou dominante. Ao passo que os movimentos de direita ressurgem em um ambiente de subcultura nos anos de 1990 e 2000, longe da supervisão dos meios tradicionais de comunicação, aparecendo como algo diferente para as novas gerações, portanto, como algo *cool*. Peter Gloor argumenta que o *cool* é algo que “torna o mundo um lugar melhor³¹” (Cooper, 2007, p. 7) e, na perspectiva dos movimentos de direita, combater o socialismo era uma forma de tornar o mundo melhor. Além disso, para que algo seja *cool* é necessário que tenha um aspecto altruísta (Cooper, 2007, p. 8), e a iniciativa de salvar o país do mal do comunismo se encaixa na definição de ajudar ao próximo. Mais ainda, a reação e o combate a algo é visto por William Higham (Higham, 2009, p. 79-78) como um dos fatores que iniciam uma nova tendência. Essa mudança ocorre no cenário cultural brasileiro e não no político.

5.2.3 Um mundo mobilizado e não mediado

Os principais meios de organização e mobilização do MBL eram a internet e as redes sociais. É por meio destes meios não mediados, no sentido de que não apresentam um

³¹ Tradução literal de “*things that are cool make the world a better place, in some way*”.

profissional de comunicação para filtrar e trabalhar a informação, mas que ligam diretamente pessoa a pessoa, que o MBL surge e ganha força e beneficia-se do contato direto com o público, pois consegue vencer as barreiras legais e institucionais para a constituição de um veículo de comunicação, obtém a liberdade de criar mensagens que poderiam não ser consideradas aceitáveis em jornais tradicionais³² e consegue medir e interagir com o público de forma rápida e instantânea.

5.2.4 A opção pacífica

Em última instância, o medo da violência e a busca por uma solução pacífica se apresenta no discurso de Kataguirí. Em clara oposição aos movimentos de 2013, ele atribui o sucesso da manifestação do dia 15 de março de 2015 ao fato de não ocorrerem atos de *black-blocs*, temidos anteriormente. O medo de uma convulsão social e de uma crise generalizada que pudesse crescer para conflitos reais é visto como superado em março de 2015, e o MBL se posiciona como o movimento que passa a promover as mudanças de forma pacífica e ordeira.

5.3 Imagens de uma sociedade ideal

Quando nos perguntamos qual a imagem da sociedade ideal pela qual Kataguirí luta, podemos notar os seguintes conceitos em seu discurso.

5.3.1 Uma sociedade de um tipo

A ideologia liberal é o primeiro ponto que se nota quanto ao tipo de sociedade que Kataguirí busca. Esta imagem é percebida por frases como “a redução do Estado, a diminuição de impostos, acabar com a burocracia” e “é um movimento liberal antes de tudo”. Como apresentado anteriormente, este tipo de ideologia se baseia na ideia de que a prosperidade material é a base das liberdades individuais e do progresso. Mas mais importante que as suas características, neste momento, é o fato de Kataguirí, desde início, nomear o tipo de sociedade desejável, o que resulta em que todas as propostas que não se encaixem dentro desta perspectiva já estão excluídas desde o princípio. Portanto, a primeira imagem que aparece na perspectiva de Kataguirí é a de que a sociedade que se deve construir já tem um tipo específico, claro, definido e conhecido, restando apenas a aplicação prática das suas visões.

³² Não se trata aqui somente do fenômeno das *fake-news*, observado principalmente a partir de 2016, apesar de este tipo de situação já ocorrer neste período, trata-se também do uso de mensagens que, ainda que verdadeiras, são carregadas de sensacionalismo, espetacularização e apelos emotivos, fugindo à necessidade de ponderação e da responsabilidade exigida aos meios tradicionais.

5.3.2 *Liberdade econômica equivale à liberdade pessoal*

A segunda imagem que apresenta é a de que a liberdade econômica equivale à liberdade pessoal, neste sentido nota-se frases em sua entrevista como “a gente defende que a atividade empresarial não seja criminalizada”, além de contar com ao menos 11 referências a temas econômicos, conforme o Anexo 6. Portanto, é pelo progresso material e da liberdade econômica que uma sociedade melhor irá surgir, segundo a visão de Kataguirí.

5.3.3 *A sociedade ideal está no passado*

Como mostrado no ponto 1, a imagem da sociedade ideal já existe e, por consequência, não existe a pergunta de que tipo de sociedade deve ser criada, mas apenas a adesão a um esquema pronto. O resultado é que as referências a uma sociedade melhor estão no passado, naquilo que foi pensado e feito, e não no futuro.

Outro ponto que demonstra esta referência ao passado é o entendimento de Kataguirí de que as coisas estão a ser corrompidas e que, portanto, necessitam de preservação. Essa ideia se mostra pelas referências ao “golpe à República” e pelos pedidos de “investigação e punição de todos os envolvidos [...], liberdade de imprensa, [...], e o fim de subsídios de ditaduras”, junto às 31 referências a termos ligados à corrupção em sua entrevista.

5.3.4 *Lei e eficiência*

Como consequência do primeiro e do terceiro pontos apresentados, a melhor forma de se preservar a sociedade da corrupção e de se implantar esta sociedade é pelo uso da lei e da eficiência. Frases como “Neste ano a gente passou a pedir o *impeachment* porque a gente ganhou base jurídica para isso” e “se negar a aplicar a Lei Anticorrupção é crime de responsabilidade”, junto às 10 referências a aplicação da lei e da ordem, conforme o Anexo 6, demonstram que a sociedade melhor, proposta por Kataguirí, longe de ser puramente uma liberdade individual, contém também um componente legal e estatal efetivo e vigilante. Para que esse componente legal seja efetivo, ele precisa obedecer a todos os princípios da boa administração.

5.3.5 *República, Democracia e Elite*

Por último, fica a uso que Kataguirí faz do termo República ao invés de Democracia, como nas frases “Então a gente defende a República” e “o próprio golpe à República, que foi o Mensalão e o Petrolão”, junto às 16 referências a termos de Estado e República, como mostrado no Anexo 6. Segundo Robert W. Shoemaker (1966, p. 89-95), a diferença substancial entre República e Democracia está no fato de que na primeira a representação e o

poder estão delegados aos representantes, enquanto na Democracia o exercício do poder pode ser feito de forma direta. Neste sentido, a preocupação de Kataguirí não é quanto à corrupção da população, mas quanto à corrupção dos representantes e da elite que deveria governar o país em favor da população. O seu discurso enfoca, portanto, o poder da elite, e não o da população, e se assemelha ao conceito de elite e classe tal como apresentada por T. S. Eliot em *Notes Toward the Definition of Culture* (Eliot, 1941, p. 35-49), quando este afirma que a cultura e a política de um país devem ser conduzidas por uma elite intelectual.

6. Pronunciamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha: a situação retórica

No dia 17 de julho de 2015, cinco meses após a manifestação de 15 de março, foi transmitido em rede nacional de televisão outro pronunciamento oficial no conturbado contexto político brasileiro: o pronunciamento de Eduardo Cunha, então Presidente da Câmara dos Deputados. Com um estilo próprio, Eduardo Cunha entrou em aberta oposição ao governo da então presidente Dilma Rousseff. A gestão de Cunha ficará marcada como o momento em que o parlamento brasileiro rompeu seu apoio ao governo e iniciou o processo de deposição do PT e de seus aliados.

Eduardo Cunha é um político de longa carreira, economista, radialista, membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, denominação protestante com a segunda maior quantidade de membros no Brasil. Cunha exerceu diversos cargos públicos e participou de diversas campanhas políticas desde 1989, como, por exemplo, o cargo de tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello, deposto em 1992 por corrupção. Desde 2003, foi eleito Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, com apoio dos segmentos evangélicos da sociedade (Abrantes, 2016: BBC Brasil, 2015).

Durante boa parte de sua carreira política, Eduardo Cunha manteve uma postura pouco diferenciada da de seus colegas deputados. Em boa parte deste período, atuou em concordância com as diretrizes de seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que foi o mais importante aliado do PT nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff. E apesar de sua base eleitoral limitar-se ao estado carioca e suas posições políticas seguirem as diretrizes de seu partido dentro da Câmara, em 2015, Eduardo Cunha irá protagonizar o antagonismo político à Dilma Rousseff e ao PT. Em 2013, Cunha ganha destaque ao ser eleito líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Em 2014, protagoniza a primeira forte oposição ao governo Dilma, ao se opor ao decreto da então presidente que alterava diretrizes que regulamentavam os portos no Brasil (Abrantes, 2016). Vale neste ponto ressaltar que Cunha foi condenado por corrupção, em 2016, em um esquema de desvio de dinheiro envolvendo os portos brasileiros. Apesar de não existirem provas de que a oposição inicial esteja ligada aos interesses de Cunha, não se pode deixar de notar a interessante coincidência do momento em que ele rompe com o governo e seu destino político e criminal (Calgaro, 2015).

Neste mesmo ano, Eduardo Cunha apresentou sua candidatura para presidente da Câmara dos Deputados, mas não obteve apoio do governo do PT, que preferiu apoiar seu

próprio candidato, causando atritos nas relações entre os dois maiores partidos governistas, PT e PMBD. Com base em um discurso de políticas independentes ao governo, Cunha é eleito presidente da Câmara em 2015 (Abrantes, 2015).

Em março de 2015, Cunha ganha destaque na imprensa como um dos primeiros políticos oficialmente investigados pela operação Lava Jato, acusado de receber propinas no aluguel de um navio da Petrobras. É em julho de 2015, quando Cunha é oficialmente denunciado no âmbito desta operação, que o atrito político entre ele e o governo chega ao ponto máximo de tensão, resultando em sua declaração de que ele e seus aliados não iriam mais apoiar as políticas do governo de Dilma Rousseff (Calgaro, 2015).

Neste mesmo mês, Eduardo Cunha faz um pronunciamento à nação brasileira em rede nacional de televisão. É diante da forte oposição que o governo da então presidente enfrentava nas ruas do país que este pronunciamento ganha destaque, pois neste momento Eduardo Cunha se posiciona publicamente em sintonia com os movimentos de rua. Argumentando que o trabalho da Câmara dos Deputados é eficiente e alinhado com os anseios da população, ele tenta reverter os danos que as denúncias de corrupção causavam à sua imagem e aproveita o momento de fraqueza do governo para promover suas ideias e os interesses da Câmara dos Deputados, como afirma Jefferson Puff da BBC Brasil (2015):

Fontes ligadas ao peemedebista salientam que o objetivo do pronunciamento é apresentar um balanço semestral do Legislativo, mas analistas e parlamentares que se opõem a Cunha veem um potencial enfrentamento ao governo, uma possível "ação preventiva" frente às denúncias da Operação Lava Jato e uma estratégia de nacionalização de sua imagem.

(Puff, 2015)

O pronunciamento transmitido naquele dia pode ser apresentado na seguinte estrutura, em que os números entre colchetes indicam os parágrafos do Anexo 3:

[1-3] Cumprimentos. Apresentação dos três poderes da República e o dever de se existir harmonia entre eles. Referência à ditadura militar como período sem liberdades políticas.

[4-6] Apresenta o período após a ditadura como um período de independência dos poderes. Apresenta a Câmara dos Deputados como independente, dinâmica e como quem responde aos anseios da população.

[7-24] Apresenta os projetos aprovados pela Câmara dos Deputados:

[7-10] Projetos anticorrupção, redução da maioria penal e classificação do assassinato de policiais como crime hediondo.

- [11-15] Projetos que garantem direitos às empregadas domésticas, regulamentação para trabalhadores terceirizados, projeto que aplica nova forma de cálculo para as aposentadorias e projeto que aumenta o rendimento do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).
- [16] Apresenta aumento de 270% no ritmo de trabalho da Câmara dos Deputados.
- [17] Cita a proposta de novo pacto-federativo.
- [18-19] Apresenta o projeto da reforma política, com redução de tempo de campanha, fim de reeleição e voto impresso.
- [20] Aumento de 60% no número de reuniões de comissões.
- [21-23] Aprovação da PEC da Bengala, aprovação do marco regulatório da Biodiversidade, criação da comissão de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.
- [24] Afirma que a necessidade da população pauta o trabalho da Câmara.
- [25-28] Argumenta que a Câmara dos Deputados continua trabalhando e avançando com o progresso do Brasil, e que nunca se trabalhou tanto como neste governo. Convite para se seguir os trabalhos do Legislativo pela internet.
- [29] Faz referência à crise política e se posiciona como um poder neutro e moderador, preocupado com a governabilidade do país e com as conquistas da população.
- [30-31] Argumenta que a Câmara está a pensar nos interesses da população no longo prazo e que o Poder Legislativo está cada vez mais próximo da população.
- [32-33] Ressalta que o Poder Legislativo foi eleito pelo povo e que trabalhará pelo povo, de forma independente e corajosa. Agradecimentos.

A partir de então, Cunha irá protagonizar a forte oposição ao governo. Será ele o responsável pela aprovação das chamadas pautas-bomba, projetos de lei que aumentavam os gastos do governo (Benites, 2015). Entre outras medidas de oposição, Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff a 2 de dezembro de 2015, sob o argumento de que o pedido estava fundamentado em premissas técnicas de responsabilidade fiscal, e conduziu o processo até à sua aprovação na Câmara dos Deputados (Fernandes, 2015).

Durante este período, as denúncias de corrupção contra Eduardo Cunha aumentaram, assim como sua exposição nos *medias*. Após 11 meses de um processo de investigação movido pela Câmara, Cunha perde o mandato como deputado e presidente do legislativo a 13 de setembro de 2016. Afastado do poder, ele perde o direito ao foro privilegiado e a 19 de

outubro de 2016 é preso preventivamente, no âmbito da operação Lava Jato, sob acusação de receber propina e de participar de crimes de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, vindo a ser condenado a 15 anos de prisão a 30 de março de 2017 (Cosme, 2016).

6.1 Os aspectos do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*

O presente pronunciamento apresenta as mesmas características demonstradas na análise do discurso de Dilma Rousseff, que lidava com uma sociedade insatisfeita com o governo e com a crise econômica, temerosa quanto à violência no país e mobilizada, sobretudo, pelas redes digitais. O que se ressalta é que apesar dos pronunciamentos oficiais em rede nacional de televisão ser um direito previsto em lei para os chefes dos três poderes e ministros de Estado não é comum o uso deste recurso por membros do legislativo e do judiciário. Por isso, acredita-se que este pronunciamento visava explorar um momento histórico do país para posicionar-se contra o governo do PT e criar simpatia entre a população e a Câmara dos Deputados (Puff, 2015).

O aspecto do *Ethos* é a personalidade que Eduardo Cunha busca representar, é a do político atuante. Vestido em terno e gravata, Cunha lê o discurso em um *teleprompter*, à frente de um plano de fundo verde e amarelo com fotos de pessoas, que tem ligação direta com a bandeira do Brasil, e serve como forma de representar a sua atuação em favor da população, representada nas fotografias que compõem a imagem da bandeira. É o seu tom incisivo e os gestos afirmativos de Cunha que criam a impressão de um sujeito forte, ativo, independente e em constante atuação. Note-se também o enquadramento do vídeo; enquanto no pronunciamento de Dilma Rousseff a presidente era visível da cintura para cima e atrás de uma mesa, no caso de Cunha, a câmera foca em seu rosto e seu corpo é visível do peitoral para cima, criando uma sensação de proximidade exagerada; em alguns momentos, a aproximação é ampliada, tornando-o ainda mais próximo.

Quando analisamos o aspecto do *Pathos* deste texto, é o uso de frases afirmativas e imperativas, de expressões que demonstram um projeto concluído e de outras que demonstram projetos em andamento, marca o aspecto emocional deste pronunciamento que busca demonstrar ação e energia em um momento em que o governo se mostrava ineficiente. Entre os parágrafos 7 e 20, são comuns palavras como “*aprovamos*”, “*votamos*”, “*criamos*” e “*concluímos*”, referindo-se aos parlamentares do Congresso Nacional, além de expressões como “*já virou lei*”, “*já começamos*”, entre outras. Somam-se 36 termos utilizados para demonstrar avanço nos trabalhos da Câmara dos Deputados, conforme tabela do Anexo 7. Termos como “*independência*”, “*coragem*”, “*conectado*” e “*eficiência*” aparecem para

completar o sentido de independência da Câmara e a impressão de atividade e agilidade do Poder Legislativo.

É pelo uso das afirmativas, de verbos no pretérito perfeito, de expressões que buscam associar o Poder Legislativo aos interesses da população, que este discurso criava a impressão de que a Câmara dos Deputados trabalhava ativa e constantemente pelos interesses da nação e, dentro do contexto histórico, se opunha diretamente ao governo do PT, visto pelos movimentos de rua como ineficiente. Buscava também criar uma imagem de segurança e confiança em um dos poderes, o Legislativo, em oposição ao Executivo.

Por último, é importante elencar os principais argumentos apresentados neste texto ou todo o aspecto do *Logos* deste discurso. O discurso de Eduardo Cunha pode ser dividido em três grandes blocos de argumentos:

6.1.1 Poderes independentes

O primeiro bloco, entre os parágrafos 1 e 6, refere-se à harmonia entre os três poderes e a independência da Câmara. Neste bloco, Cunha apresenta uma sucinta história dos poderes da República desde a ditadura militar e coloca em foco a questão da autonomia dos poderes. Esta autonomia é evidentemente uma tentativa de dissociar o Poder Legislativo do Poder Executivo, contestado nas ruas naquele momento. Note, por exemplo, a colocação de que “só recentemente judiciário e legislativo recuperaram sua independência”, no parágrafo 4. Neste ponto, Cunha coloca o Poder Executivo como o poder totalitário que subjugou os demais poderes no passado. Como resultado da independência do Poder Legislativo, a Câmara se tornou mais ágil e eficiente [5-6].

6.1.2 Eficiência na gestão

O segundo bloco de argumentos está entre os parágrafos 7 e 23. Neste trecho, Cunha preocupa-se em enunciar uma grande quantidade de afirmações que demonstrem a ação da Câmara dos Deputados como eficiente, ativa, independente e pautada pelos interesses da população, por isso, todo este bloco é dedicado a enunciar as ações tomadas nos últimos anos para demonstrar eficiência. Este bloco está baseado na premissa de que é a Câmara quem aprova os projetos e cria as leis e, por consequência, quem governa. Também vale notar que os projetos são anunciados de forma sucinta, selecionando sempre os que podem ter maior apelo à população, como a redução da maioria penal, projeto que recebeu apoio de quase 84% da população brasileira (G1, 2019), e a manutenção das conquistas da população, como a criação de direitos trabalhistas. Vale ressaltar ainda que os projetos tidos como aprovados se referem a sua tramitação na Câmara dos Deputados; muitos deles ainda teriam de passar

por votação no Senado Federal e sanção da Presidência da República para ter força de lei, o que causa uma falsa impressão de eficiência e agilidade na execução dos projetos.

6.1.3 Crise política

O terceiro e último bloco de argumentos está entre os parágrafos 24 e 33, onde Cunha faz referência à crise política atual e posiciona a Câmara como aliada da população e independente do governo. Esta é uma tentativa de separar a imagem dos deputados da aversão que boa parte da população sentia pelo governo. Cunha coloca os deputados como os representantes mais diretos da população, em oposição ao Poder Executivo [2]. Também se coloca como um poder moderador e neutro, que tem por objetivo regular as ações do executivo ao afirmar “que a câmara tem avaliado com critério, sempre atenta à governabilidade do país” [29].

Em resumo, Eduardo Cunha tenta criar uma impressão de um poder autônomo, dissociado do governo de Dilma Rousseff e que trabalha pelo bem da população, justificando assim seus projetos que iam de encontro aos interesses do governo e o pedido de *impeachment* apresentado.

6.2 O contexto do pronunciamento e suas relações

Tão importante quanto perceber aquilo que foi dito é perceber o momento em que algo é dito e quais as oportunidades que justificam um discurso político. Neste sentido, notamos aqui algumas relações que o pronunciamento de Eduardo Cunha tem com o contexto da época.

6.2.1 Oportunismo e Parlamentarismo

Um dos principais temas existentes no contexto da crise política e econômica no Brasil do ano de 2015 é a discussão quanto à implantação de um regime parlamentarista. Este tipo de sistema político já foi discutido e implantado no país no passado, como foi o caso do período anterior ao golpe de 1964, quando o Congresso Nacional elegeu um primeiro ministro com o objetivo de reduzir o poder do presidente e ampliar o poder do congresso. Após a ditadura militar, é o modelo de República Presidencialista que vigora no Brasil.

Este pronunciamento pode ser visto como uma nova tentativa de implantar-se o modelo parlamentarista no Brasil. Essa afirmação é confirmada pelo próprio Eduardo Cunha que, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em 2015, afirmou a necessidade de se discutir o modelo parlamentarista no Brasil:

Não um parlamentarismo para ser implantado no mandato dela [Dilma Rousseff], porque isso seria um golpe branco, mas no mandato do sucessor. Para que efetivamente a gente possa ter a figura do chefe de Estado e do chefe de governo. E as condições que possam nos proteger de uma crise igual a essa que a gente vive. Se a gente não evoluir para o sistema parlamentarista no Brasil, vamos ficar sujeitos a crises.

(Bogossian, 2015)

Nota-se aqui uma repetição da história política brasileira, o enfraquecimento do governo e a perda de apoio da população abrem caminho para oportunistas que buscam alterar a forma de governo conforme as possibilidades da ocasião.

6.2.2 Controle e hegemonia

Dois projetos apresentados neste pronunciamento versam sobre um mesmo tema: o controle hegemônico das instituições. Na análise da entrevista de Kim Kataguiri, havia o argumento de que o PT operava um “aparelhamento do Estado a fim de se perpetuar no poder” [Anexo 2, p. 5]. Entre os autores que surgiram no ambiente cultural junto a Kataguiri, está Percival Puggina, autor do livro *A tomada do Brasil pelos maus brasileiros*, que argumenta existir uma ocupação de espaços nas estruturas do governo para perpetuar uma cultura de esquerda, como ele afirma em um de seus livros:

A invasão começou vertical e cultural; hoje, é institucional. [...] A esquerda brasileira, contudo, sói contar e recontar a História da forma que mais lhe convém. Seus representantes fizeram isso por décadas, em salas de aulas e produções editoriais. Desde o começo dos anos 2000, com o acréscimo do poder político a seu já hegemônico poder cultural, a força da caneta e dos decretos lhes tem sido irresistível.

(Puggina, 2015, p. 40-41)

Puggina cita como referência Antônio Gramsci, a quem atribui a ideia de hegemonia (ibid, p. 40). John Storey vai definir o conceito de hegemonia de Gramsci como “a maneira como grupos dominantes, por um processo de liderança moral e intelectual, busca o consentimento de grupos subordinados na sociedade³³” (Storey, 2008, p. 10).

É nesta perspectiva teórica de uma guerra cultural, onde cargos são ocupados por pessoas motivadas ideologicamente, que dois projetos são apresentados pela Câmara dos Deputados como resposta à acusação de controle hegemônico almejado pelo PT.

O primeiro é a Proposta de Emenda à Constituição 457/70, apelidada de PEC da Bengala, que aumentava o tempo para aposentadoria compulsória dos servidores públicos, o

³³ Tradução livre de “Gramsci uses the term ‘hegemony’ to refer to the way in which dominant groups in society, through a process of intellectual and moral leadership, seek to win the consent of subordinate groups in society”.

que tinha por consequência tirar de Dilma Rousseff a oportunidade de indicar até quatro novos ministros para o Supremo Tribunal Federal durante sua segunda gestão. Desta forma, Cunha e seus aliados viam a medida como uma forma de evitar com que juízes com ideologias simpáticas ao PT ocupassem o mais importante tribunal de justiça do país.

Também é aprovada a proposta do voto impresso, proposta de emenda à constituição de autoria do então deputado federal Jair Bolsonaro, que visava criar meios de auditoria às eleições no Brasil, visto que existia uma forte argumentação de que o sistema de votação eletrônica era fraudulento em benefício ao Partido dos Trabalhadores. Com o voto impresso, a suspeita de corrupção e de domínio da máquina pública poderia ser averiguada pelos partidos de oposição³⁴.

É neste trecho do discurso de Cunha que os argumentos apresentados por Kataguiri, na entrevista analisada, ganham um corpo legal. A suspeita de um aparelhamento ideológico, de uma ameaça dos movimentos de esquerda é uma das oportunidades que Eduardo Cunha se utiliza para liderar projetos de oposição ao governo do PT.

O que se vê é, por um lado, o medo de um domínio ideológico sobre o país, personificado pela ameaça do comunismo, e por outro, o oportunismo de agentes políticos que se utilizam da crise para promover mudanças estruturais no governo, como o projeto parlamentarista.

6.2.3 Representantes do povo

Outro argumento apresentado por Cunha é o de que o Congresso Nacional é o representante mais direto da população [3] ao afirmar que foi o povo quem elegeu os 513 deputados [32]. Este argumento não é repetido ao final do pronunciamento por acaso, antes aponta diretamente para a falta de conexão que o então governo tinha com a população e para a oportunidade de se mudar o atual sistema de governo.

Diante da série de manifestações, da antipatia de boa parte da população ao governo e das ameaças de que um novo governo comunista seria implantado pelo PT, como anunciado pelos novos líderes das manifestações, a exemplo do MBL, o pronunciamento de Cunha aproveita o momento de antipatia e de instabilidade para se colocar como o agente que representa a população e que luta por ela. É respaldado neste contexto que Cunha levará

³⁴ Neste ponto, é curioso notar, no período em que se desenvolve este trabalho, que até 2018 o projeto do voto impresso, aprovado como lei, não foi implantado pela Justiça Eleitoral Brasileira. Todavia, e apesar das denúncias de fraude, o deputado que propôs o projeto, e um dos que mais denunciavam a possibilidade de fraudes nas eleições, Jair Bolsonaro, foi ele mesmo eleito Presidente da República.

adiante o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, sob o argumento de que ele se baseará em “razões técnicas”.

6.2.4 As conquistas históricas

Outra preocupação que se apresenta no pronunciamento do presidente da Câmara dos Deputados, e que também estava no pronunciamento de Dilma Rousseff, se refere às conquistas históricas do povo brasileiro. Este termo, “conquistas históricas” [29], coloca a população como protagonista das ações políticas que resultam em leis e direitos para diversos setores da sociedade, ainda que muitas delas tenham tido iniciativa no próprio poder político.

Pode-se questionar se os direitos e conquistas que Cunha tinha em mente eram os mesmos que da população, mas a noção de que algo havia sido conquistado e de que estas conquistas deveriam ser preservadas é comum a ambos os discursos analisados.

Entre os tipos de conquistas citados, podemos notar as liberdades políticas e democráticas que surgiram no período posterior à ditadura, e que é referido no início do pronunciamento [3], e os direitos trabalhistas e de aposentadoria criados durante o período da redemocratização [11-15]. Estes direitos sofrem ameaças dos dois lados, por um lado, sob o argumento de que o socialismo destruiria as liberdades democráticas, por outro lado, de que os interesses de grupos econômicos capitalistas acabariam com os direitos dos trabalhadores em favor dos mais ricos e dos empresários. Em ambos os casos, existe um grande mal que persegue a população, uma conquista a ser preservada e um agente que lhe garante a preservação destes direitos.

6.3 Imagens de uma sociedade ideal

Quando nos perguntamos qual é a sociedade ideal a que Eduardo Cunha se refere em seu pronunciamento, podemos notar os tópicos a seguir.

6.3.1 A sociedade do progresso e das conquistas históricas

Tal como no discurso de Dilma Rousseff, fica evidente que para Cunha a sociedade mais apelativa para o público é a que apresenta um permanente progresso em formas de direitos, sendo estes as conquistas históricas do povo brasileiro. Frases como “novos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, uma vitória que beneficia as pessoas simples e batalhadoras”, “direitos do trabalhador terceirizado” e “está nos avanços que temos ajudado o país a fazer”, junto às 36 referências a progresso social, como mostra o Anexo 7, demonstram esta perspectiva de progresso e acumulação de direitos. Uma sociedade melhor é aquela em que todos estão protegidos por direitos e estes se encontram garantidos e fora de ameaça.

6.3.2 O Estado como promotor e protetor dos direitos

O Estado, na visão de Cunha, e mais especificamente a Câmara dos Deputados, aparece como o guardião e promotor dos direitos do cidadão. Termos como “*preservar*”, “*conquistas*”, “*assegurar*” são utilizados junto às frases “atenta à governabilidade do país” e “conquistas históricas do nosso povo, que é nosso compromisso preservar”. Somadas ao contexto de enfraquecimento do Poder Público apresentado anteriormente, estas palavras demonstram que, nesta visão, é papel do Estado e dos representantes do povo preservar e garantir os direitos do cidadão. Assim como no discurso de Rousseff, há um agente protetor da população mais necessitada, a diferença é que no primeiro caso se trata do Poder Executivo e no segundo, do Poder Legislativo.

6.3.3 Parlamentarismo Republicano

Semelhante à visão de Kataguirí, o termo República aparece e o termo Democracia está ausente. Conforme Robert W. Shoemaker (1966), a diferença refere-se ao exercício do poder pelos representantes, no caso da República, e diretamente pelo povo, no caso da Democracia. Cunha utiliza frases como “Os representantes do povo estão mais próximos da população”, “votando temas que a sociedade aguarda há anos” e “para o povo que vamos continuar trabalhando” junto a 37 referências de temas ligados a Estado e Governo, conforme tabela do Anexo 7. Vemos no discurso de Cunha que a primazia da ação está na mão dos representantes do povo e a forma desta representação está no parlamentarismo, como demonstrado pelo contexto da entrevista. Para Cunha, a sociedade ideal é aquela onde o poder é exercido por meio dos representantes do povo.

6.3.4 Harmonia entre poderes

O último aspecto notado no pronunciamento de Eduardo Cunha quanto à visão de uma sociedade melhor está no tema da harmonia entre os poderes. Ele utiliza frases como “para o povo que vamos continuar trabalhando, com independência, coragem, responsabilidade e eficiência”, “a câmara independente de hoje é um poder com muito mais iniciativa” e “com harmonia e equilíbrio”, junto a 10 referências à amizade e união nacional, conforme o Anexo 7, para demonstrar que a sociedade que ele busca é uma sociedade onde exista uma harmonia entre os poderes. Fica, porém, a dúvida quanto à maneira como se daria, na prática, esta harmonia; visto que sendo o parlamento o representante mais direto da população os demais poderes se tornam representantes menos diretos e, portanto, menos legítimos. A forma prática desta harmonia não fica clara apenas neste discurso, mas pode-se

notar que, seja ela qual for, aproxima-se muito mais dos princípios da República do que dos princípios da Democracia.

7. Entrevista de Lucas Monteiro de Oliveira ao Jornal da Gazeta: a situação retórica

O Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado em uma plenária do Fórum Social Mundial em 2005, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Atuou ao longo dos anos com mobilização social e com a reivindicação de pautas para melhoria das condições de vida da população mais carente, tendo seu foco na mobilidade urbana e na habitação. No entanto, e apesar de já atuar em todo o país, o movimento só ganhou notoriedade a partir de junho de 2013, após ser apontado como a principal organização a coordenar os protestos que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho (MPL, 2018).

Por meio da mobilização social e do recrutamento de pessoas pelas redes sociais, o MPL ficou conhecido por coordenar as maiores manifestações no país até 2013 (G1, 2018). O objetivo dos manifestantes era claro, eles exigiam a redução das tarifas de transporte coletivo, eram contra os aumentos tarifários que seriam postos em prática naquela data e buscavam implantar soluções de transporte e mobilidade para população, tendo como objetivo último a implantação da Tarifa Zero. Declaravam-se: “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. O movimento declara ser financiado por meio da doação de seus participantes e simpatizantes e tem por meta “um sistema de transporte público desligado das regras de mercado e voltados para o trabalhador e para o utilizador” (MPL, 2018).

Muito da notoriedade que atingiu em 2013 se deve a dois fatores. O primeiro foi a violenta repressão policial do dia 13 de junho de 2013, dia em que mais de 200 pessoas foram presas, e muitas outras ficaram feridas, na tentativa da polícia de impedir com que as manifestações chegassem à Avenida Paulista. A repercussão da repressão desencadeou o segundo motivo: a adesão em massa da população, que juntou a indignação com o estado de coisas à indignação com a repressão aos manifestantes. O resultado foi que a 13 de junho as manifestações contavam com cinco mil pessoas em São Paulo e a 19 de junho elas cresceram para mais de duzentas e cinquenta mil em 12 capitais e 26 cidades do interior (G1, 2018). É importante lembrar que a adesão da população se deu no ano anterior às eleições presidenciais de 2014, altamente polarizadas entre esquerda e direita, anterior também ao Mundial de Futebol do Brasil de 2014, aos escândalos de superfaturamento dos estádios de futebol, ao início da crise econômica que atingiria o país ainda no mesmo ano de 2014 e antes

mesmo dos grandes escândalos de corrupção expostos pela operação Lava Jato, cujo ápice se deu entre 2015 e 2016.

Graças a essa indignação latente na sociedade brasileira, a pauta de reivindicações logo se ampliou, visto que as manifestações encontraram um terreno fértil de insatisfação popular. O movimento ficou conhecido pelo mote: “Não é só por R\$ 0,20”, uma forma de demonstrar que os objetivos do movimento iam muito além do então projeto de mobilidade social. No total, as manifestações ocorreram em mais de 130 cidades e reuniram mais de 1,5 milhão de pessoas, concentrando-se principalmente no mês de junho, na cidade de São Paulo. Porém, a presença de *black-blocs* e a repressão policial gerou um clima de insegurança para os manifestantes; a redução na tarifa em várias cidades também acalmou os ânimos da população. Somado a isso, o apartidarismo do movimento e a falta de reivindicações claras e de pautas unificadoras reduziram o potencial das manifestações nos meses seguintes (Toledo, 2017; Tonha, 2013).

Em dezembro de 2013, Lucas Monteiro, um dos militantes do MPL, concede entrevista ao Jornal da Gazeta com o objetivo de demonstrar os resultados das manifestações daquele período. É importante notar que Lucas Monteiro, em oposição a Kim Kataguirí, do MBL, não é apresentado como coordenador ou líder do movimento, mas apenas como professor de história e militante. Também o MPL se apresenta de forma apartidária e fragmentada, isto é, cada cidade tem a sua própria independência na organização do movimento, o que é chamado de horizontalidade. Outra grande característica do movimento é a sua não institucionalização e a ausência de representantes e líderes eleitos nas eleições subsequentes (MPL, 2018). A seleção desta entrevista se dá, em primeiro lugar, dado aos materiais disponíveis para análise, visto que muitos dos outros membros não chegaram a representar o movimento tal como Lucas Monteiro representou em 2013. Em segundo lugar, pelo fato de ser uma entrevista em um contexto muito semelhante ao de Kataguirí, o mesmo jornal, a mesma entrevistadora, o mesmo contexto de manifestações, sendo possível, a partir desta entrevista, efetuar uma comparação com menor número de fatores distintos.

A entrevista à Maria Lydia Flanders pode ser resumida da seguinte maneira, onde os números entre chaves indicam os parágrafos do Anexo 4:

[1-4] Introdução, cumprimentos e boas-vindas.

[5-9] Questionamento quanto aos principais resultados do MPL. A redução da tarifa e a mobilização social são apresentadas como as principais conquistas.

[10-15] Efeitos políticos da manifestação, como o movimento afetou a classe política e apresentação do conceito de que a população estava fazendo

política nas ruas, apresenta a ideia da mobilização direta da população para gerar mudanças sociais.

- [16-19] Questionamentos quanto às respostas das autoridades políticas. Explicação quanto à tentativa de certos grupos de capitalizar as manifestações e o descompasso entre as expectativas das ruas e da classe política.
- [20-21] Questionamento quanto à redução das manifestações. Responde que o objetivo inicial foi cumprido.
- [22-24] Questionamento quanto aos objetivos mais amplos e a perda de força das manifestações. Resposta de que o objetivo foi atingido, de que outras mobilizações menores continuavam e cita o caso das ocupações em São Paulo como forma de protesto.
- [25-27] Questionamento quanto a violência dos *black-blocs* e a repressão policial como causas do esvaziamento das manifestações.
- [28-32] Resposta quanto à violência promovida pelo Estado, argumenta que a violência dos *black-blocs* foi reativa, cita o dia 13 de junho, argumenta que a repressão do Estado sempre se fez presente.
- [33-44] Questionamentos quanto ao apartidarismo do movimento. Resposta de que o movimento pretende continuar apartidário e sem candidatos. Indica que a via institucional não é o foco.
- [45-46] Questionamento quanto ações futuras. Resposta de que as ações continuarão, mas que não tem datas previstas.
- [47-50] Agradecimentos e despedida.

Esta entrevista faz-se importante, pois contrasta diretamente com a de Kim Kataguiri, em 2015, não somente no aspecto da posição política dos entrevistados, mas também dado ao contexto inicial das manifestações de rua no Brasil entre 2013 e 2016. Após 2014, o MPL deixou de ter destaque nos *medias* brasileiros e continuou sua atuação nas periferias e regiões metropolitanas, convocando manifestações pela mobilidade, ainda que de forma significativamente menor do que em 2013.

7.1 Os aspectos do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*

O *Ethos* que Lucas Monteiro demonstra é de uma postura confiante e tranquila. Considerando o tipo de discurso, um diálogo entre entrevistador e entrevistado, considera-se que o principal objetivo neste tipo de diálogo é o de demonstrar confiança e segurança, bem

como ser capaz de responder de forma eficaz às perguntas da entrevistadora³⁵. Neste aspecto, Lucas Monteiro demonstra o domínio do assunto com que lida e se mostra apto a responder a todos os questionamentos da entrevistadora. Nota-se que a forma como Monteiro se apresenta, como professor de história e militante, vestido com camiseta do movimento e calças jeans - vestuário típico da população e principalmente das classes estudantis e trabalhadoras - cria um apelo a um público popular. Monteiro se dirige à população em geral, às pessoas mais simples e não a uma classe econômica ou grupo político específico.

Quando analisamos o aspecto do *Pathos*, ou o apelo emocional demonstrado na entrevista, ele se dá por incentivo da entrevistadora, Maria Lydia, ao questionar os efeitos das manifestações, a presença de famílias e o medo da violência. Em geral, a entrevistadora busca uma brecha para demonstrar certa insegurança perante um evento que acabou por ser maior do que o planejado. Monteiro, por sua vez, mantém uma linguagem simples, calma e lógica, evitando apelos emocionais durante toda a entrevista. A ausência destes apelos não deixa de ser, por si só, uma forma de apelo emocional; a serenidade é também uma emoção e é este o aspecto emocional que Monteiro busca transmitir durante a entrevista, o que condiz com o exigido pelo contexto da época em que se temia que os movimentos de rua perdessem o controle e se tornassem em movimentos violentos.

Por último, é importante elencar os principais argumentos apresentados neste texto, ou todo o aspecto do *Logos* deste discurso, que são constituídos dos seguintes temas:

7.1.1 Os efeitos da mobilização

O primeiro bloco de argumentos apresenta os efeitos da mobilização, a redução da tarifa de transporte público em algumas cidades, o adiamento do aumento da tarifa em outras, o início dos debates quanto aos projetos de Tarifa Zero e a vitória do movimento nas ruas. É importante ressaltar que, apesar de o aumento tarifário ter sido evitado na época, os aumentos nos preços dos bilhetes do transporte coletivo voltaram a acontecer nos anos posteriores. Apesar disso, Monteiro apresenta o resultado como positivo ao argumentar, no parágrafo 21, que as manifestações foram bem-sucedidas. Porém, não é esta a vantagem apresentada por Monteiro, mas sim o da mobilização política e a ação política de forma direta pelos cidadãos, como demonstrado nos parágrafos 14 e 15 do Anexo 4:

É, eu acho que as pessoas continuam se organizando diretamente para fazer política, e eu acho isso muito bom. Elas perceberam que não adianta a gente ficar esperando a resposta de uma autoridade pra a gente conseguir o que a gente quer politicamente. Só com a

³⁵ Link para a entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=bXU3ZcV7kYs>.

mobilização direta, com a organização direta da população é que a gente vai conseguir fazer mudanças, é que a gente vai conseguir fazer transformações.

(Anexo 4)

O primeiro argumento apresentado por Monteiro é, portanto, o do poder político e de mobilização da população, é a ideia de que o povo, a partir de sua organização, pode influenciar e alterar os rumos políticos de um país.

7.1.2 Efeitos na classe política e o poder das ruas

O segundo argumento apresentado por Monteiro tem relação com a tentativa de capitalização dos movimentos de rua, a fim de utilizá-los como força política ou então para neutralizá-los. Monteiro argumenta que isso não aconteceria, visto que o objetivo da população seria fazer política diretamente. Desta forma, ele coloca em consideração um possível futuro de manifestações sociais desconectado do poder político e uma nova perspectiva para a política brasileira, longe dos partidos tradicionais; o que de fato ocorreu, mas em uma perspectiva inversa à de Monteiro, visto que o protagonismo dos movimentos de rua foi tomado por movimentos com perspectivas ideológicas inversas ao do MPL.

7.1.3 Objetivos mais amplos e o futuro dos movimentos

O terceiro argumento apresentado por Monteiro tem relação ao questionamento da entrevistadora quanto aos objetivos mais amplos e de longo prazo do MPL. Monteiro argumenta que o principal objetivo das manifestações era permitir à população se fazer ouvir [23], acrescentando que, apesar da redução nos números de manifestantes, as mobilizações e ações continuavam. Como exemplo, Monteiro cita a ocupação de mais de 50 terrenos em São Paulo pelo MPL. Este pode ser considerado o ponto mais delicado da entrevista, visto que os atos de ocupação e de reivindicação pela força não são bem vistos pela sociedade brasileira, que é considerada uma sociedade patrimonialista. Por sociedade patrimonialista, entendemos aqui a sociedade onde há uma dominação por grupos de interesse de diversos setores econômicos, por meio da tradição, e onde ocorre a simpatia daqueles que são dominados ao dominante, tal como apresentado por Aristeu Portela Júnior quanto ao conceito de patrimonialismo de Max Weber e Florestan Fernandes:

O patrimonialismo consiste em uma forma específica da dominação tradicional, possuindo, portanto, as características apontadas. [...] determina que os associados enxerguem a dominação como exercida materialmente em favor deles, não existindo apropriação livre desse direito por parte do senhor.

(Júnior, 2012, p. 12-13)

E ainda:

Tal estrutura se caracteriza pelo domínio irrestrito de um estamento burocrático, uma camada social que exerce o poder político em causa própria e cuja principal característica é, exatamente, “a de dominar a máquina política e administrativa do país, através da qual fazia derivar seus benefícios de poder, prestígio e riqueza”.

(Júnior, 2012, p. 22)

Desta forma, o patrimonialismo se manifesta entre uma relação de dominante e dominado, por meio da tradição, das propriedades e pelo exercício das funções daqueles que administram tais propriedades de forma que todos os envolvidos se veem como beneficiários do sistema e das propriedades que o compõe. A ocupação de terrenos, por parte do MPL, é uma evidente ameaça a um sistema já estabelecido de usufruto dos bens públicos por esta relação de interesses.

7.1.4 A violência dos black-blocs e a violência do Estado

Em um quarto momento, Monteiro argumenta que a violência promovida pelos *black-blocs* é uma reação à violência promovida pelo Estado e que, esta última, seria tão temível quanto a violência ocorrida nas ruas por manifestantes. É neste momento que a perspectiva de luta de classes se torna perceptível nesta entrevista. Neste trecho, Monteiro deixa subentendido que o uso da violência para se fazer ouvir pode ser legítimo quando a população se encontra sob uma violência ainda mais tirânica, como a violência promovida pelo Estado. Neste ponto da entrevista, fica evidente a visão de Monteiro quanto à divisão entre o Poder Público, que explora a população em busca de seus próprios interesses, e a população em geral, oprimida e subjugada pelos interesses de classes dominantes ou grupos de interesse. É apenas no discurso de Monteiro que os atos praticados pelos *black-blocs* ganham uma perspectiva não condenatória, mas justificativa.

7.1.5 Apartidarismo e neutralidade

Por último, a questão do apartidarismo e da neutralidade do movimento é posta em causa. Faz-se importante notar a distância que Monteiro coloca entre o MPL e os partidos políticos tradicionais, criando uma divisão de *Nós* e *Eles*. Assim como nos argumentos apresentados quanto à violência promovida pelo Estado, Monteiro coloca o MPL como que indiferente a qualquer via institucional ou partido político. O MPL não busca representar nenhuma força do Poder Público. Todavia, o apartidarismo não aparece como pura neutralidade. Monteiro argumenta que apesar da separação entre o MPL e os partidos

tradicionais há uma possibilidade de diálogo, alianças e debate. Neste sentido, o MPL se coloca como uma força externa à política.

7.2 O Contexto da entrevista e suas relações

A entrevista ao Jornal da Gazeta foi concedida seis meses após as Jornadas de Junho, em dezembro de 2013, em um contexto em que já se podia conjecturar o futuro do movimento, das manifestações de rua e de alguns resultados destas mobilizações. Todavia, é importante notar alguns pontos de como os temas tratados nesta entrevista se relacionam com o contexto da época.

7.2.1 O despertar da população e o poder das mobilizações

É importante lembrar que as Jornadas de Junho de 2013 foram as maiores manifestações no Brasil desde 1992, ocasião do pedido de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, até março de 2015. Assim, elas ganharam uma perspectiva de novidade, principalmente após dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores, marcado pela gestão de Lula da Silva e muito elogiado por algumas alas da sociedade por promover políticas de inclusão social e de combate à pobreza, além de muito criticado pela oposição devido aos escândalos de corrupção. Nota-se também que a Lava Jato, operação que iria revelar casos de corrupção ainda maiores, só seria deflagrada no ano seguinte. Neste sentido, Lucas Monteiro está a descrever um novo estado de coisas na sociedade brasileira, um despertar para uma insatisfação com a situação do país e, como demonstrado pelo próprio, para a consciência de que a população mobilizada pode influenciar o rumo da política e da sociedade brasileira.

As Jornadas de Junho despertaram a consciência da população quanto ao poder das mobilizações sociais. A redução das tarifas de transporte público e o início de debates quanto à implantação da Tarifa Zero são o marco inicial de um conjunto de movimentos que despertaram a consciência de que a pressão popular pode mudar o rumo das coisas. O resultado é a grande adesão da população para pressionar a classe política a mudar os rumos dos acontecimentos no país.

7.2.2 Nós e Eles

Podemos considerar que as manifestações de junho de 2013, bem como as subsequentes, só foram possíveis graças ao surgimento de uma percepção de que haveria uma profunda divisão na sociedade brasileira, entre as classes dominantes e a população em geral. Assim como apontada por Monteiro, as classes dominantes, ou mais especificamente o Poder

Público, estariam desligadas ou desinteressadas dos interesses da população. Os interesses do povo já não corresponderiam ao proposto pelos partidos políticos. A divisão entre a sociedade e o *estamento burocrático*³⁶ se fez notória:

o que significa dizer que o estamento burocrático continuou a controlar o Estado brasileiro segundo interesses particularistas, a divorciá-lo das demandas da nação, a estabelecer um controle político sobre a economia, mesmo atuando “debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática”.
(Júnior, 2012, p. 22)

Esta visão é reforçada pela jornalista Eliane Brum, que afirmou ao jornal *El País* Brasil:

A parcela de esquerda que não bateria panelas contra Dilma Rousseff, mas também não a defenderia, aponta a falência do PT em seguir representando o que representou no passado. Aponta que, em algum momento, para muito além do Mensalão e da Lava Jato, o PT escolheu se perder da sua base histórica, numa mistura de pragmatismo com arrogância. [...] O partido das ruas perdeu as ruas – menos porque foi expulso, mais porque se esqueceu de caminhar por elas. Ou, pior, acreditou que não precisava mais.
(Brum, 2015)

É diante desta profunda divisão, da noção de que o Poder Público não mais atuava em favor da população, exceto quando pressionado, que o novo cenário de manifestações se fez possível.

Apesar de não estar presente na entrevista ao Jornal da Gazeta, é em 2013 que esta luta pelos interesses do *Nós*, ou do MPL e da população em geral, se faz evidente na luta contra o *Eles*, o Poder Público, as classes dominantes e os grupos de interesses que não trabalham pelo benefício da população. Nota-se aqui o terreno fértil para a oposição ao PT e a oportunidade que mudaria as reivindicações dos movimentos de 2013 da perspectiva de luta por diretos e conquistas sociais para uma oposição aberta ao governo da então presidente Dilma Rousseff, culminando no aprofundamento da divisão entre esquerda e direita. Esse resultado, que Pinto (2017) chamou de inflexão, não poderia ser diferente, pois sendo o MPL e a população o *Nós*, apenas o partido governante, no caso o de Lula da Silva, poderia caracterizar uma personalidade tangível que se pudesse chamar de *Eles*. Todos os demais grupos de interesses e mesmo os membros das classes dominantes não possuíam uma personalidade visível a qual se pudesse direcionar a indignação.

³⁶ O conceito de *Estamento Burocrático* é usado por Júnior (2012) para designar todos os grupos de interesses que ocupam as instituições públicas e delas se utilizam para benefício próprio. É uma tradução do conceito de *establishment*.

7.2.3 *O medo da violência*

Finalmente, o contexto da violência nas manifestações de rua surge e cria o medo de quais mudanças esses movimentos querem promover. A princípio é importante notar que as mobilizações realizadas pelo MPL desde 2005 contaram, muitas vezes, com a violência policial, como Lucas Monteiro afirma ao citar, no parágrafo 28, que possui uma queimadura na perna. As características apartidárias, a falta de liderança e de objetivo claros, somados a novidade de ondas gigantescas de protestos, criaram na população o medo quanto ao futuro destes movimentos e de como eles poderiam se comportar. O resultado é uma sensação de medo e o esvaziamento das manifestações até 2015, quando um novo grupo toma a liderança dos protestos de uma forma mais personalizada, que lutará contra o Partido dos Trabalhadores e pela deposição de Dilma Rousseff.

7.3 Imagens da sociedade ideal

A partir da entrevista de Lucas Monteiro, podemos extrair algumas afirmações quanto à sociedade ideal pela qual o MPL lutava. Apesar de estas afirmações não constarem explicitamente na entrevista, a estrutura dos argumentos apresentados e o contexto nos permitem supor de que elas seriam aceitas pelo entrevistado. Dentre as afirmações que podemos descrever quanto a qual seria a sociedade ideal, notamos os seguintes blocos temáticos:

7.3.1 *A luta pelas conquistas e a democracia das ruas*

Dentre os conceitos perceptíveis na entrevista de Monteiro, os que mais se destacam são a ideia de que a ação popular é a forma direta de mudanças na sociedade, de que a política pode ser exercida diretamente pela população nas ruas e de que todos os movimentos nas ruas levam às conquistas sociais. Para Monteiro, uma sociedade desejável é uma sociedade onde pessoas tenham voz, tenham meios de agir e de se fazer ouvir de forma a deixar claro as suas demandas. Em resumo, esta ação social é a visão de que a população possui o mesmo poder que as classes dominantes, não sendo, portanto, oprimida pela sociedade.

7.3.2 *Da ação individual ao bem do coletivo*

Outro fator que aponta para um conceito de sociedade melhor no discurso de Monteiro é a ideia de que as vias institucionais não são sempre as melhores formas de ação e solução de problemas. Há, na entrevista de Monteiro, uma espécie de individualismo, de princípio de ação individual para com o coletivo. Bem diferente da visão de ação individual

de Kataguiiri, muito ligada às questões econômicas, a visão de Monteiro não visa um bem material ou um futuro mercadológico, mas foca o campo dos direitos e das conquistas sociais. Como Monteiro afirma nos parágrafos 14 e 15, a ação deve partir também da população e não somente das vias institucionais estabelecidas. O princípio por trás das afirmações de Monteiro é que a ação dos indivíduos é necessária, mas que deve visar o bem do coletivo e englobar as demais partes da sociedade.

7.3.3 A luta contra o opressor

O ponto mais delicado da entrevista de Monteiro diz respeito à questão do uso da força ou da violência. A ideia de que o Estado tem o monopólio da força, como afirma nos parágrafos 28 a 32, e de que a violência perpetrada pelo Estado é sempre pior que a praticada pela sociedade, é exposta. Não se pode, por esta entrevista, auferir os motivos de uma ser pior que a outra, mas pode-se notar que o uso da violência, para um bem, pode ser justificável em certos contextos, segundo a visão de Monteiro, que no caso se dá em reação a uma violência maior. Está subentendido nesta entrevista um estado de luta contra um opressor, neste caso o Estado e as forças policiais, que impedem a população de se manifestar. Desta forma, uma sociedade ideal pela qual Monteiro luta é uma sociedade em que há uma igualdade de força entre a população e o Poder Público ou em que a população não é oprimida pelo Estado.

7.3.4 Interesse desinteressado

A imagem de uma sociedade melhor, neste discurso, está diretamente ligada ao conceito de apartidarismo, neutralidade e desinteresse ou ao fato de que as classes políticas e dominantes deverem promover o bem geral da população e não se utilizar da sua posição privilegiada para benefícios próprios. Na visão de Monteiro, os líderes políticos devem possuir o menor nível de interesses pessoais e o maior nível de interesse no bem de todos. Não somente as classes políticas, mas também os líderes das manifestações e os indivíduos que agem livremente devem agir de forma desinteressada individualmente ou de forma que os benefícios pessoais não se sobreponham ao do coletivo, para que se promova o bem da população.

7.3.5 O coletivo contra o individual

Por último, a ideia de uma concepção coletiva da sociedade, onde a ação e o pensamento devem sempre levar em consideração o coletivo, é uma das bases da visão de Monteiro. Para ele, o coletivo terá sempre primazia sobre o individual. É importante notar que o oposto a coletivo não é o indivíduo, mas o individual, ou aquilo que é próprio somente

para um e não compartilhável. Não é contra o bem de uma pessoa específica que as ações e críticas do MPL se dirigem, mas contra aquilo que só pode ser limitado ao individual e não se estender a espécie. Nota-se aqui a importância dos conceitos Aristotélicos de indivíduo e espécie, a diferença entre aquilo que é particular e aquilo que é comum a diversos indivíduos. É contra o bem particular que as ações de Monteiro e do MPL se dirigem e pelo bem de uma sociedade que vise criar benefícios que não se limitem ao particular, mas que beneficiem todos os grupos e generalidades.

8. Conceitos presentes na relação dos discursos

Norman Fairclough (2003) afirma que todos os textos e práticas sociais estão diretamente interligados de forma que as palavras podem ter efeitos sobre o contexto e o contexto sobre as palavras, ou em suas palavras:

*Textos são elementos de eventos sociais (...) têm efeitos causais - provocam mudanças. Mais imediatamente, os textos podem trazer mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e assim por diante.*³⁷

(Fairclough, 2003, p. 8)

Desta forma, discurso e ação estão ligados e relacionados, não sendo possível considerar um sem se levar em consideração o outro. Não somente isto, todos os textos têm alguma relação com outros naquilo que dizem:

*Para qualquer texto em particular ou tipo de texto, há um conjunto de outros textos e um conjunto de vozes potencialmente relevantes e potencialmente incorporadas ao texto. (...) quais textos e vozes estão incluídos, quais são excluídos e que ausências significativas existem?*³⁸

(ibidem, p. 47)

Estas referências aos significados presentes e ausentes na intertextualidade apontam para o fenômeno da hegemonia em que um determinado significado se torna como que universal por ser tão presente na cultura que será o significado mais provável a ser interpretado nos mais diversos contextos (ibidem, p. 58). Não devemos entender esta hegemonia apenas como uma forma de determinados grupos manterem uma dominação sobre a linguagem, como apontou Fairclough (2003) e Bittencourt (2006), mas podemos entender também como os conceitos que imperam na cultura de forma dominante.

Diante dos discursos analisados, do contexto de cada um deles e dos tópicos coletados quanto à imagem da sociedade ideal a que cada um propõe, e entendendo o termo imagem como uma série de práticas ou descrições de uma possibilidade, pode-se notar os temas a seguir como os significados que são comuns a todos os discursos analisados e, como resultado, como possíveis imagens presentes na cultura brasileira.

³⁷ Tradução livre de “Texts as elements of social events (...) have causal effects – they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth”.

³⁸ Tradução livre de “for any particular text or type of text, there is a set of other texts and a set of voices which are potentially relevant, and potentially incorporated into the text. (...) which texts and voices are included, which are excluded, and what significant absences are there?”

8.1 Progresso, mudança e acúmulo.

De forma unânime, há em todos os discursos analisados a ideia de que o estado de coisas não era desejável e de que a mudança era necessária. Divergentes são os rumos propostos em cada discurso bem como a descrição do estado de coisas. Um estado de bem-estar social é proposto por Rousseff, enquanto Cunha almeja ao parlamentarismo. O liberalismo econômico é a solução para Kataguirí, enquanto uma espécie de democracia direta é proposta por Monteiro. Mudança e transformação estão na base dos discursos analisados e encaixam-se na perspectiva de Lipovetsky (2004) quanto à sociedade em rápida transformação.

Mas a mudança não pode ser considerada boa ou má de forma isolada, pois esta valoração depende da devida consideração daquilo que se está a mudar e daquilo para o qual se está a mudar. É possível perceber a ideia de que, segundo a concepção de cada discurso analisado, o progresso é o resultado da mudança. Nenhum deles demonstra pressupor, diante de suas propostas, uma forma de retrocesso ou a possibilidade do insucesso. A análise do contexto das manifestações nos mostra que a ideia de que o progresso virá a seguir à implantação de suas propostas não é uma certeza. Nota-se, por exemplo, a inflexão do ponto de vista ideológico das manifestações entre 2013 e 2015. Também são visíveis as preocupações por parte dos representantes da esquerda quanto à ameaça do ressurgimento do fascismo, tal como apontou Natalia Scartezini em seu estudo sobre as relações das manifestações de 2015 com os movimentos fascistas do século XX: “O caráter altamente anticomunista, irracional e, sobretudo, tradicionalista-religioso presente nas manifestações de 2015 são pontos em comum com as manifestações fascistas clássicas” (Scartezini, 2016, p. 196). Não somente esta preocupação existia, mas também a ameaça do ressurgimento do comunismo, como apontado na análise da entrevista de Kataguirí. Em todos os casos analisados, o conceito de evolução vem acompanhado de uma ameaça, mas nem por isso o progresso passa a ser considerado menos provável.

Mais interessante ainda é notar a ideia de que a transformação no estado de coisas deve levar a preservação das conquistas resultantes deste progresso, como referido por Cunha e Rousseff quanto à manutenção das conquistas do trabalhador. Fica sempre a pergunta: o que se deve mudar e o que se deve preservar? Como se deve mudar e de que forma se deve preservar? Estas são perguntas que os discursos e seus contextos não respondem de forma clara e completa. O que se nota, em todos eles, é que as coisas devem mudar e que, uma vez que a mudança desejada ocorra, o próximo passo será o que se entende por progresso e o

progresso só é notado quando há a preservação ou o acúmulo daquilo que progrediu. Nota-se que nos discursos analisados o que se entende por melhoria nas condições de vida da sociedade é a criação de direitos e a melhoria dos aspectos econômicos do país, e não a transformação cultural, o modo de agir e pensar das pessoas. Portanto, a ideia de progresso, nos discursos analisados, está diretamente ligada à ideia de consumo, de aquisição e de acúmulo de bens e não à transformação das coisas.

8.2 O líder como herói

O segundo ponto que se nota em todos os discursos é o papel de líder neste cenário de transformações. Para Rousseff, a transformação ocorre lentamente, por meio dos programas sociais e da administração, seu grande revolucionário é Lula, o precursor das mudanças e cuja imagem a acompanha. Para Cunha, a transformação ocorre pelas vias legislativas e seu agente é o parlamento que é composto dos “representantes mais diretos da população” e que, portanto, são os escolhidos para promover as mudanças. Já para Kataguirí, a transformação ocorre por meio da pressão popular sobre os representantes do povo e por meio da implantação da ideologia liberal; o agente de transformação é, portanto, aquele que lidera as massas, neste caso composto pelos líderes do MBL, e que conhecem e promovem tal ideologia. Para Monteiro, a transformação se faz nas ruas, pelo povo e para o povo, e a imagem do líder aqui se dilui, caindo ora sobre um sujeito, ora sobre o outro, mas sempre sobre o movimento coletivo. Em todos os casos, há a necessidade de uma transformação, de uma ruptura com o estado das coisas. Portanto, se a situação é má, então é necessário que esta situação seja alterada e o agente promotor desta transformação acabará por adquirir um perfil de liderança ou de herói, uma espécie de salvador da pátria.

Orrin E. Klapp (1949) descreve os sinais do surgimento de um herói, conforme seus estudos quanto à cultura americana. Segundo ele, o surgimento de um herói se dá com a obtenção de uma fama repentina, uma mudança no estatuto social e cultural da pessoa que se propõe a herói e com a aquisição de uma grande respeitabilidade. Estas características resultam no despertar de uma sentimentalidade por parte do público para com o herói e, em alguns casos, em uma espécie de apoteose para com a sua imagem (Klapp, 1949, p. 54). Quanto ao processo de formação de um herói, Klapp apresenta cinco fases distintas: “(1) homenagem popular espontânea ou desorganizada, (2) reconhecimento formal e honra, (3) a construção de uma imagem idealizada ou lenda do herói, (4) comemoração do herói, e (5) culto estabelecido” (ibidem, p. 59). A imagem do herói tenderá a ser preservada na cultura como símbolo idealizado de virtudes, honra e admiração.

Vemos em todos os discursos analisados os sinais da criação de um herói. Assim como Lula, Rousseff foi indicada como candidata a presidente em 2010 após ocupar cargos com pouca visibilidade no governo. Cunha surge do meio de 513 deputados federais como que espontaneamente perante o público. Kataguiiri aparece graças às manifestações de 2015 e Monteiro graças às manifestações de 2013. Todos eles têm um surgimento espontâneo e, em primeira análise, não organizado. Todos eles acabam por ser reconhecidos por algo, como o combate à pobreza, no caso de Rousseff, a iniciativa independente da Câmara, no caso de Cunha, e a habilidade de organizar as massas, no caso de Kataguiiri e Monteiro. Em Lula e Rousseff, observamos a criação de um sujeito idealizado no governo, e em Kataguiiri observamos a criação de um ícone idealizado graças ao reconhecimento da revista *TIME*. Cunha, mesmo condenado por corrupção, também almejou se tornar uma espécie de ícone da cultura quando afirmou “Ficarei conhecido por derrubar dois presidentes do Brasil” (Veja, 2017).

Dos quatro, Monteiro é o único que não constrói uma imagem idealizada, imagem esta que fica com o MPL e sua organização horizontalizada. Todavia, vemos que das manifestações surge um ícone idealizado de líder, uma imagem do tipo de governante capaz de mover as massas.

8.3 O agente autorizado e a elite

Como cada discurso analisado apresenta um plano diferente para o futuro da sociedade, resulta que para cada plano é necessário que exista um agente autorizado para executá-lo. A existência de agentes autorizados para promover a mudança encontra, como consequência, o conceito de elite como sua forma de expressão, pois se são estes os que sabem o que é necessário fazer e dispõem dos meios de ação para fazê-lo, então estão em uma posição privilegiada de conhecimento e ação. Excetuando-se a entrevista de Monteiro, nos três outros discursos é possível reconhecer a presença de uma elite como responsável pelos cidadãos. No discurso de Rousseff, há a imagem da mãe que sabe o que é melhor para os cidadãos e conduz a política como para o bem dos mais pobres. No discurso de Eduardo Cunha, a ideia de “representante mais direto da população” fica clara, sendo o parlamento a elite responsável pelo bem do povo. Em Kataguiiri, a República e os líderes das manifestações formam a imagem da elite que protege o progresso econômico individual. Em todos os três, a concepção de que a população deve ser guiada pelo governo ou pela elite que esteja no governo se encontra de forma semelhante, ainda que divergentes em seu conteúdo.

Esta ideia encontra ressonância na proposta de T. S. Eliot (1948), que via a necessidade de uma elite cultural e política para guiar a nação, uma espécie de aristocracia composta pelos melhores:

*O que é importante é uma estrutura da sociedade em que exista, do 'topo' ao 'fundo', uma gradação contínua dos níveis culturais: é importante lembrar que não devemos considerar os níveis superiores como possuidores de mais cultura do que os inferiores, mas representando uma cultura mais consciente e uma maior especialização da cultura.*³⁹
(Eliot, 1948, p. 48)

A ideia de Eliot implica, necessariamente, na existência de pessoas mais capacitadas para conduzir os assuntos de uma sociedade e em uma elite que tem maior consciência daquilo que é o melhor. Esta visão foi discutida por Raymond Williams, que via na proposta de Eliot apenas uma manutenção da sociedade de classes e argumentava que a permanência deste modelo apenas resultava no endosso às divisões da sociedade e a exploração por parte das classes superiores (Williams, 1958, p. 237).

Apenas para Monteiro a imagem de uma elite não se encontra clara. Não há, em sua entrevista e no contexto dela analisado, como aferir a identidade de uma elite habilitada a guiar a população. A ação direta da comunidade é a única autorizada e, neste sentido, a própria comunidade assume o papel de elite, enquanto a elite assume o papel de servidor, se atende aos anseios da comunidade, ou de inimigo, se atua contra os anseios da comunidade. Todavia, a ideia de elite não está ausente da entrevista de Monteiro, mas aparece de forma mais sutil e diluída, aparece como a imagem da comunidade daqueles que exercem a democracia nas ruas.

8.4 Conquistas e narrativa

Em três discursos, o de Rousseff, Monteiro e de Cunha, o conceito de conquistas aparece claramente. Para estes, as conquistas se manifestam em direitos garantidos à população, sejam estes direitos de tipo econômico ou de tipo social. Difere-se, neste sentido, apenas a entrevista de Monteiro, em que a origem destes direitos não é o Poder Público, mas o próprio cidadão. Em Rousseff e Cunha, os direitos e conquistas são concedidos e mantidos pelo governo a pedido da população; em Monteiro, os direitos são conquistados pela população e protegidos pelo Estado.

³⁹ Tradução livre de “What is important is a structure of society in which there will be, from ‘top’ to ‘bottom’, a continuous gradation of cultural levels: it is important to remember that we should not consider the upper levels as possessing more culture than the lower, but representing a more conscious culture and a greater specialisation of culture”.

A ideia de conquista não aparece de forma clara na entrevista de Kataguiiri, visto que para ele as conquistas são materiais e individuais e o que se assemelha a conquista é o progresso econômico e a aquisição de bens. Nos demais discursos, elas são de ordem política, na forma de direitos, e acabam por ser de abrangência coletiva.

O Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001) define conquista como a “aquisição de terras, de domínios... pela força das armas; ato ou efeito de conquistar” e define conquistar como “obter, pela luta armada, o poder sobre um país, um território, controlando-o e ocupando suas terras” e ainda “conseguir obter, ganhar, com esforço, empenho, trabalho, luta” (p. 927). Em todas estas perspectivas, há a ideia de que há algo em posse de outro, de que é necessário um grande esforço ou luta para obtê-lo e de que o outro precisa ser vencido ou se deixar vencer para que este algo possa ser obtido. Mais ainda, o ato de conquistar, dado ao emprego do esforço e da luta, adquire um caráter histórico e pode ser considerado um marco ou um momento memorável para o conquistador.

8.5 O Estado como guardião das conquistas

Em todos os discursos analisados, uma das funções do Estado é clara: guardar as conquistas. Sejam elas direitos ou bens materiais, é unânime entre todos eles que o papel do governo é permitir que estas conquistas sejam preservadas. Para Rousseff e para Cunha, o governo deve preservar as leis e as demandas da sociedade. Para Kataguiiri, o Estado deve deixar de interferir na vida dos cidadãos e preservar as suas aquisições materiais. E para Monteiro, o Estado deve garantir os direitos e as demandas que a população faz, evitando com que se percam.

Mas, como vimos, as conquistas estão diretamente ligadas à história daquela nação e resta ao Estado o controle de quais conquistas serão mantidas e quais serão esquecidas. Neste ponto, nota-se a íntima relação entre discurso e poder, como apontou John Storey, quanto à filosofia e a teoria de relações de poder de Michel Foucault. Segundo Storey, o discurso é o meio pelo qual as instituições preservam o seu poder, incluindo e excluindo aquilo que pode ser dito:

O discurso é o meio pelo qual as instituições exercem seu poder através de um processo de definição e exclusão. O que ele [Foucault] quer dizer com isso é a forma como discursos

*articulares ou formação discursiva definem o que é possível dizer sobre qualquer tópico dado.*⁴⁰ (Storey, 1993, p. 96-97)

Desta forma, por mais que a população lute por seus direitos ou pela aquisição de mais bens, o poder permanece na mão do Estado e será a disposição deste em preservá-las que definirá se a história será contada daquela forma ou não. Em outras palavras, as conquistas que constarão na história dos manifestantes de 2013 a 2015 dependem da ação de preservação por parte do Estado.

Apenas no discurso de Monteiro é possível perceber uma posição onde não é uma instituição que concede e preserva as conquistas, mas a população. Mesmo nesta perspectiva, a preservação das conquistas é feita pela ação direta da população em pressionar o Estado para se manter aquilo que deseja. Apesar da visão diferenciada, o contexto nos mostra a impraticabilidade desta proposta, visto que o próprio Monteiro afirma que “não tem como manter, fazer ato todo dia” [p. 24, Anexo 4]; também nota-se que o que foi conquistado em 2013, a redução da tarifa, não se manteve nos anos seguintes. Assim, se a visão de preservação é diferente, os meios para se garantir a autonomia destas conquistas não são suficientes face ao poder institucionalizado.

8.6 O materialismo nas conquistas

Quando se observa atentamente o tipo de conquista a que os discursos se referem, nota-se que elas acabam por ter, na maior parte das vezes, resultados econômicos ou materiais. Os direitos do trabalhador referidos por Cunha e por Rousseff se referem à manutenção do emprego, do salário e das condições dignas do trabalhador. O liberalismo econômico de Katagiri e a luta por moradia e transportes de Monteiro referem-se sempre a direitos que podem ser medidos materialmente. Como consequência, direitos imateriais como a liberdade ou a igualdade ficam relevados a um segundo plano. Faz-se necessário lembrar que o contexto dos discursos é o de crise econômica e, por consequência, as suas principais referências são materiais ou de ordem econômica. Portanto, a conquista, neste contexto, é uma visão de espécie materialista, ou como afirmou Williams (1980) a respeito da definição de materialismo de Sebastiano Timpanaro:

⁴⁰ Tradução livre de “*Discourse is the means by which institutions wield their power through a process of definition and exclusion. What he [Foucault] means by this is the way particular discourses or discursive formation define what is possible to say on any given topic*”.

*Pelo materialismo, entendemos, acima de tudo, o reconhecimento da prioridade da natureza sobre a "mente", ou, se preferir, do nível físico ao nível biológico e do nível biológico, ao nível socioeconômico e cultural; tanto no sentido de prioridade cronológica.*⁴¹

(Williams, 1980, p. 106)

Neste sentido, apenas as conquistas que têm uma visível acepção material são enfocadas no período analisado e os demais temas estão excluídos do discurso. Como exemplo está a questão dos movimentos de direitos da mulher, no discurso de Dilma Rousseff de Dia Internacional da Mulher, em que o tema do dia ocupou pouca atenção face aos problemas econômicos e materiais daquele período. Neste contexto, toda a política se reduz a uma discussão econômica, ao progresso contabilizado por indicadores da economia e do desempenho dos órgãos de governo, como é o caso de Cunha ao focar nos números que demonstram o trabalho da Câmara dos Deputados. O fazer política, neste sentido, vira uma ação administrativa que traz benefícios tangíveis, razão pela qual todos os benefícios citados por Kataguiri são de ordem econômica, e todos os objetivos declarados por Monteiro passam por uma expressão material (a tarifa do ônibus, o terreno para moradia, etc.).

8.7 O plano secundário da identidade

Apenas no discurso do Dia Internacional da Mulher a questão das identidades aparece, o que demonstra que, neste contexto, a questão do *Ser*, do modo de se viver e todas as questões ligadas à identidade e ao estilo de vida são ofuscadas pelo *Ter*, pelo possuir, pelo econômico e material. Este fato é resultante principalmente do cenário de crise econômica que o país vivia, mas nem por isso deixa de ser interessante.

No discurso de Rousseff, o ser mulher perde importância diante dos problemas da crise. Na entrevista de Kataguiri, os modos de ser são resultados de um progresso material. Em Monteiro e Cunha, estes aspectos não aparecem de forma clara. Se concordarmos com T. S. Eliot, que a cultura tem relação com “todo um estilo de vida” (Eliot, 1948, p. 31), vemos que, nos discursos e nos contextos analisados, é o modo de se viver que desaparece face às questões econômicas e de disputa de poder.

Quando nos lembramos das considerações sobre a cultura e a comunicação, apresentadas anteriormente na reflexão teórica deste trabalho, sobre o papel da cultura em criar possibilidades de vida para cada um e o papel da comunicação em permitir a troca dos significados e de criar novas possibilidades ao dialogar com diferentes tipos de cultura,

⁴¹ Tradução livre de “By materialism we understand above all acknowledgment of the priority of nature over ‘mind’, or if you like, of the physical level over the biological level, and of the biological level over the socio-economic and cultural level; both in the sense of chronological priority”.

vemos que, no momento analisado, as questões materiais prevalecem sobre a cultura. Chris Barker (2008) nos lembra que os estudos da cultura estão focados na “exploração de representações de e para grupos sociais marginalizados e a necessidade de mudança cultural [...] uma questão de posicionalidade, isto é, do lugar de onde se fala, para quem e para que propósitos⁴²” (Barker, 2008, p. 5). Com a ausência de perspectivas que não sejam exclusivamente econômicas, todo o aspecto cultural se perde e, conseqüentemente, a possibilidade de se criar empatia e o diálogo entre quem fala e quem escuta.

⁴² Tradução livre de “*exploration of representations of and ‘for’ marginalized social groups and the need for cultural change [...] a matter of positionality, that is, of the place from which one speaks, to whom, and for what purposes*”.

Conclusão

O principal objetivo desta pesquisa era verificar, por meio da análise do discurso e da análise da cultura, a existência de princípios ou conceitos que se interligassem em uma relação intertextual que pudesse revelar aspectos da cultura e do imaginário coletivo. De fato, o conceito de intertextualidade mostra-se verossímil nas análises realizadas, como também se mostra que é possível encontrar em textos de posições ideológicas e sociais diferentes bases comuns conceituais que possibilitem um diálogo. Portanto, a hipótese apresentada que supunha que, pela análise de discursos divergentes, seria possível encontrar bases culturais comuns que permitam o diálogo e a empatia entre partes divergentes mostra-se viável, ainda que de uma forma muito rudimentar, dado as limitações desta pesquisa.

O método utilizado para validar esta hipótese foi a seleção de quatro discursos diferentes no período histórico brasileiro de junho de 2013 a março de 2015, período que corresponde às gigantescas manifestações de rua e em que o perfil ideológico dos manifestantes se alterou de uma perspectiva de esquerda, em 2013, para uma perspectiva de direita, em 2015, culminando com o *impeachment* da presidência da República em 2016 e indicando uma evidente mudança na cultura brasileira daquele momento. Os quatro discursos selecionados foram os discursos de Dilma Rousseff, então Presidente da República, de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, de Kim Kataguirí, líder do Movimento Brasil Livre e de perspectiva liberal, e de Lucas Monteiro, representante do Movimento Passe Livre e de perspectiva progressista. Essa seleção foi feita deste modo de forma a ter ao menos uma perspectiva vertical, composta de membros do governo e membros das manifestações, e uma perspectiva horizontal, de membros da esquerda e da direita política.

Os discursos foram analisados de acordo com seus contextos e suas relações com outros discursos da época, conforme metodologia apresentada por Norman Fairclough (2003) em *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, também uma análise da situação retórica foi feita, onde se analisou os aspectos retóricos do *Ethos*, do *Pathos* e do *Logos*, conforme a *Retórica* de Aristóteles (1998). Junto à análise do contexto, foi feita uma análise do contexto em sua situação cultural e política, conforme apresentado por Raymond Williams (1964) em *The Analysis of Culture* e, por último, com base no método de seleção de conceitos-chave para cultura, como apresentado por Raymond Williams em *Keywords* (1976), foi feita uma seleção dos principais temas de cada discurso que respondia à pergunta:

qual os principais conceitos que representam a imagem de uma sociedade melhor a que este discurso se refere?

Por fim, os conceitos levantados nesta última pergunta foram relacionados de forma a encontrar pontos de ligação comuns entre eles e de forma a se perceber novas possibilidades de estratégias discursivas que pudessem atingir tanto membros do Poder Público quanto a população, sendo estes de esquerda ou de direita.

Diante da pesquisa realizada, conclui-se que:

1. A possibilidade de encontrar pontos de contato que facilitem a comunicação é verossímil, carecendo de um aperfeiçoamento no método de pesquisa de forma a gerar *insights* mais produtivos.
2. A existência de conceitos culturalmente hegemônicos, que existem sob a camada discursiva e que servem de base para os textos produzidos em uma cultura, também é verossímil. Todavia, a amostra da pesquisa é insuficiente para uma completa aferição do poder destes conceitos hegemônicos.
3. Mostra-se uma evidente mudança na perspectiva ideológica da população brasileira entre 2013 e 2014 e, como demonstrado nas análises, essa mudança ocorreu por meio da cultura e nos anos anteriores às manifestações, de forma que o evento político das manifestações só pode ser considerado como consequência das mudanças culturais ocorridas anteriormente.

Todavia, o método executado para esta análise ainda sofre de limitações. Em primeiro lugar, a amostra da pesquisa é demasiada pequena para obtenção de conclusões generalistas quanto à sociedade brasileira e sua cultura, de forma que todas as conclusões aqui apresentadas são de ordem qualitativa e especulativa.

Em seguida, nota-se que o método de análise do discurso e de seus contextos sofre com a delimitação do tema da pesquisa, pois tudo aquilo que não se encaixa dentro da perspectiva da análise do discurso é excluído da análise, ainda que faça parte do contexto analisado. Como exemplo, exclui-se desta análise toda a complexa relação política dos partidos, dos poderes governamentais e da estrutura organizacional dos movimentos que lideraram as manifestações de rua. Também esta pesquisa não responde, e nem esclarece, a imensa quantidade de acusações e suspeitas – como exemplo, as acusações trocadas por ambos os lados dos manifestantes quanto a possível mudança de regime – que existiram no período analisado, de forma que aqui só podem ser consideradas como meras referências simbólicas e não como retratos fiéis de uma realidade. O que nos leva à conclusão de que o

esforço para uma análise completa de um discurso e seu contexto só pode ser realizado mediante um esforço interdisciplinar que englobe disciplinas como as ciências históricas, políticas, sociológicas, antropológicas e outras.

Por último, este trabalho apresenta ainda a grave limitação de analisar apenas o discurso de agentes políticos e, a partir desta análise, obter conclusões que se apliquem à cultura como um todo. A presente pesquisa mostra que esta análise é possível e que ainda assim pode trazer resultados positivos, porém é imperativo, para futuros trabalhos como este, que materiais de origem cultural diversas, como filmes, músicas, obras de arte, pesquisas etnográficas, entre outros, sejam utilizados para a relação dos conceitos considerados como bases do discurso, de forma a obter-se uma perspectiva mais abrangente da visão cultural que se estuda.

Reforça-se também a possibilidade de esta pesquisa conter um viés político originário da experiência pessoal do autor, testemunha ocular dos eventos analisados e pessoa diretamente afetada pelos efeitos destas mudanças. Quanto a isso, resta lembrar que nenhuma pesquisa é puramente desinteressada ou livre de viés, contendo sempre a visão e opinião do pesquisador e sofrendo sempre as limitações que este possa impor ao objeto pesquisado e ao método utilizado, assim como também sofre com as limitações que o próprio autor sofre, como a falta de informações cruciais para a pesquisa.

Apesar das dificuldades e limitações existentes, este trabalho serve como referência para quem busque esclarecer, por meio da análise do discurso, da cultura e de seus contextos, a situação cultural e os princípios que a compõem. Partindo do trabalho já desenvolvido, é possível ampliá-lo, analisando os produtos culturais e relacionando-os com os resultados desta pesquisa, de forma a esclarecer um período recente da história brasileira, além de servir de ponto de partida para metodologias de estudo da cultura e dos discursos que levem em consideração os seus contextos não somente intertextuais, mas também o contexto experiencial e cultural de um estudo.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, Talita; Ribeiro, Marcelo (2016, Dezembro 30). A ascensão e queda de Eduardo Cunha em 15 atos. Exame. Notícia obtida da versão online da revista Exame no link [https://exame.abril.com.br/brasil/a-ascensao-e-queda-de-eduardo-cunha-em-15-atos/] e consultada em 1/4/2019 às 10:14.
- Affonso, Julia; Brandt, Ricardo; Macedo, Fausto. (2015, Janeiro, 22). Defesa de executivo diz que projeto de poder do PT criou esquema de corrupção na Petrobras. Jornal Estadão, Notícia obtida da versão online do Jornal O Estadão no link: [https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/defesa-de-executivo-diz-que-projeto-de-poder-do-pt-criou-esquema-de-corrupcao-na-petrobras/] e consultado em 10/2/2019 às 13:48.
- Appadurai, Arjun (2001). Disjuncture and difference in the global cultural economy. The Cultural Studies Reader. London. Routledge. p. 220-232.
- Barker, Chris (2008). An Introduction to Cultural Studies. Cultural Studies: Theory and Practice. Sage Publications Ltd. London. p. 5-22.
- Batista, Liz (2016, Março, 11). Cronologia: protestos 2015 a 2016. Acervo Estadão Conteúdo. Notícia obtida da versão online do Jornal Estadão no link: [https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm] consultado em 24/2/2019 às 10:33
- Baulin, J. (2006). Ethos. "Ethics" Encyclopedia of Rhetoric. Ed. Thomas O. Sloane. 2006 Oxford University Press. Encyclopedia of Rhetoric: (e-reference edition). Oxford University Press. The Midnight University. 16 February 2007 [http://www.oxford-rhetoric.com/entry?entry=t223.e90]
- BBC Brasil. (2015, Agosto 3). Cinco momentos da tensa relação entre Cunha e Dilma. BBC Brasil, Notícia obtida da versão online da BBC Brasil no link: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150729_dilma_e_cunha_ab] e consultado em 1/4/2019 às 10:22.
- Benites, Afonso (2015, Outubro, 23). Cunha manobra, obstrui sessão do Congresso e ameaça reforma de Dilma. El País Brasil. Notícia obtida da versão online do Jornal El País Brasil no link [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/01/politica/1443657486_378478.html] e consultada em 10/3/2019 às 10:17.
- Bicudo, Hélio (2018, Janeiro 19). O imprescindível Modesto Carvalhosa. O Globo. Notícia obtida da versão online do Jornal O Globo no link: [https://oglobo.globo.com/opiniao/o-imprescindivel-modesto-carvalhosa-22283801] e consultado em 30/2/2019 às 13:35.

- Borges, Laryssa. (2015, Janeiro, 28). Petrolão foi projeto de 'perpetuação de poder' de políticos, diz Youssef. Revista VEJA, Notícia obtida da versão online da Revista Veja no link: [<https://veja.abril.com.br/politica/petrolao-foi-projeto-de-perpetuacao-de-poder-de-politicos-diz-youssef/>] e consultado em 10/2/2019 às 13:45.
- Bogossian, Bruno; Sadi, Andréia (2015, Junho, 29) Eduardo Cunha diz que articula para aprovar sistema parlamentarista. Folha de São Paulo. Notícia obtida da versão online do jornal Folha de São Paulo e disponível no link [<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1648976-eduardo-cunha-diz-que-articula-para-aprovar-sistema-parlamentarista.shtml>] consultada em 21/04/2019 às 11:46.
- Brum, Eliane. (2015, Março 16). A mais maldita das heranças do PT. El País Brasil, Notícia obtida da versão online do jornal El País Brasil no link: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html] e consultado em 30/3/2019 às 12:36.
- Caixa (2019). O que é o Bolsa Família. Caixa Economica Federal. Consultado em 30 de março de 2019. Disponível no link: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>
- Calgaro, Fernando; Passarinho, Nathalia; Salomão, Lucas (2015, Julho, 7). Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'. G1, Notícia obtida da versão online do portal G1 da Globo.com no link: [<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>] e consultado em 1/4/2019 às 10:56.
- Carbaugh, Donal & Cerulli, Tovar. (2017). Cultural Discourse Analysis. Journal of Intercultural Communication Research Vol. 36, No. 3, November 2007, pp. 167–182 [10.1002/9781118783665.ieicc0117]
- Condor, Susan; Billig, Michael; Tileagă, Cristian (2013). Political Rhetoric. The Oxford Handbook of Political Psychology. Oxford University Press. Segunda edição. Oxford. p. 1-42. [<https://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199760107.013.0009>]
- Coronato, Marcos (2015, Março, 15). Manifestação anti-Dilma entra para a história. Revista Época. Notícia obtida da versão online da Revista Época no link: [<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilmab-entra-para-historia.html>] e consultado em 10/2/2019 às 15:02.
- Costa, Ruth. (2015, Dezembro, 2). Escândalo da Petrobras 'engoliu 2,5% da economia em 2015'. BBC Brasil, Notícia obtida da versão online da BBC Brasil no link: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_lavajato_ru] e consultado em 10/2/2019 às 13:03.

- Cosme, Marcelo; Dionísio, Bibiana; Kaniak, Thais; Mazza, Malu Vianna, José (2016, Outubro, 19). Eduardo Cunha é preso em Brasília por decisão de Sérgio Moro. G1 Paraná, Notícia obtida do portal G1 Paraná no link: [http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html] e consultado em 1/4/2019 às 11:44.
- Cuche, Denys (1999). Bourdieu e a noção de habitus. A noção de Cultura nas Ciências Sociais. Verbum. Tradução de Viviane Ribeiro. p. 170 – 175.
- Gloor, Peter A. (2007). Coolhunting. Chasing Down the Next Big Thing. America Management Association. New York.
- Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. Volume 1. A-F. 2001. 1ª Edição. Braga.
- Dupuis-Déri, Francis; Lederhendler, Lazer (2014). “Where Do the Black Blocs Come From?”. Who's Afraid of the Black Blocs?: Anarchy in Action around the World. PM Press. Oakland.
- Dyer, Richard (2006) Stereotyping. Media and Cultural Studies: Keywords. Oxford: Blackwell. p. 353-365
- Eliot, T. S. (1941). Notes towards the definition of culture. Faber and Faber Limited. London. p. 21 – 49.
- Fausto, Boris (1994). História do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 13 Edição. p. 443-462.
- Fairclough, Norman (1993). Critical Discourse Analysis and the Marketization of Public Discourse: the universities. Discourse & Society. vol 4(2). Sage. 1993. London. p. 133-168.
- Fairclough, Norman (2003). Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research. Taylor & Francis Ltd. Routledge. London, United Kingdom.
- Fernandes, Letícia; Gois, Chico (2015, Dezembro, 2). Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma. O Globo. Notícia obtida da versão online do jornal O Globo no link [https://oglobo.globo.com/brasil/cunha-aceita-pedido-de-impeachment-contradilma-18202665] e consultada em 1/4/2019 às 11:35.
- Fischer-Lichte, E. (2010). “Performance as event–Reception as transformation.” Theorising Performance: Greek Drama, Cultural History and Critical Practice, 29-42.
- Frye, Northrop (2017). A Imaginação Educada. Vide Editorial. 1a edição. Londrina.
- G1. (2019, Janeiro, 14). Datafolha: 84% se dizem a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. G1. Notícia obtida do portal de notícias Globo.com G1, disponível

no link [<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>] e consultada em 21/04/2019 às 11:37.

G1 (2018, 13 de Junho) Junho de 2013: as manifestações nas manchetes do G1. Notícia obtida do portal de notícias globo.com disponível no link [<https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>]

Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures, Selected Essays*. Basic Books, Inc, Publishers. New York. p. 3 – 30.

Gonçalves, Eduardo; Zalis, Pieter (2015, Março 11) Quais são e como pensam os movimentos que vão para a rua contra Dilma no domingo. Revista Veja. Notícia obtida da versão online da revista Veja no link [<https://veja.abril.com.br/politica/quais-sao-e-como-pensam-os-movimentos-que-vaopara-a-rua-contradilma-no-domingo/>] e consultada em 20/3/2019 às 22:03.

Gloor, Peter A. (2007). *Coolhunting. Chasing Down the Next Big Thing*. America Management Association. New York. p. 7-9.

Hall, Stuart (1997). *Representation, Cultural Representation and Signifying Practices*. Sage Publications. London. p. 1 – 74.

Heinrichs, Jay (2007). *Thank you for arguing: what Aristotle, Lincoln, and Homer Simpson can teach us about the art of persuasion*. Three Rivers Press. New York. 1 edição.

Hebdige, Dick (2001). *The Function of subculture*. *The Cultural Studies Reader*. London. Routledge. p. 441-450.

Higham, William (2009). *The next big thing: spotting and forecasting consumer trends for profit*. Kogan Page. London and Philadelphia.

Holanda, Sérgio Buarque de (1982). *O homem cordial. Raízes do Brasil*. Editora José Olympio. 21ª edição. P. 101-112.

IHU (2013, Novembro 25). "O PT trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder", diz Frei Betto. Notícia obtida do portal de notícias do Instituto Humanitas Unisinos no link: [<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525986-qo-pt-trocou-um-projeto-de-brasil-por-um-projeto-de-poderq-diz-frei-betto>] consultado em 30/3/2019 às 12:24

James S. Baumlin "Ēthos" *Encyclopedia of Rhetoric*. Ed. Thomas O. Sloane. © 2006 Oxford University Press. *Encyclopedia of Rhetoric: (e-reference edition)*. Oxford University Press. The Midnight University. 16 February 2007 [<http://www.oxford-rhetoric.com/entry?entry=t223.e92>]

- Júnior, M. A., Alberto, P. F., & Pena, A. D. (1998). *Retórica de Aristóteles*. Casa da Moeda, Portugal: Imprensa nacional. p. 48 – 55.
- Júnior, Aristeu Portela (2012). Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v.19.2, 2012, pp.9-27.
[<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2012.74433>]
- Kachani, Morris (2017, Outubro 5). As aventuras de Kim. Estadão. Notícia obtida da versão online do jornal Estadão no link [<https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/o-perfume-de-kim/>] e consultada em 20/3/2019 às 22:16.
- Klapp, O. (1949). Hero Worship in America. *American Sociological Review*, 14(1), 53-62. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2086446>
- Lopes, Pedro; Segalla, Vinicius (2016, Maio 27) Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. UOL. Notícia obtida da versão do portal de notícias UOL disponível no link [<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>] e consultada em 30/3/2019 às 14:11.
- Lipovetsky, Gilles e Sébastien Charles (2004). *Os Tempos Hipermodernos*. Lisboa Edições 70. p. 27 – 28.
- Madeira, Rafael Machado; Tarouco, Gabriela da Silva (2013). “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política* V. 21, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. MAR. 2013. Nº 45. p. 149-165
[<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/34448/21364>]
- Martins, Ives (2018). *Formação acadêmica*. Ives Gandra Martíns. Site do escritório de advocacia Ives Gandra Martíns.
<http://www.gandramartins.adv.br/curriculo/formacao-academica/>
- Martin, J. R. (2016) Meaning matters: a short history of systemic functional linguistics, *WORD*, 62:1, 35-58, [DOI: 10.1080/00437956.2016.1141939]
- Martins, Tom. (2015, Maio 14). A coragem do jovem Kim Katagiri. [Video file]. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=eTAQ2qdria8>
- Martín, María (2014, Dezembro, 12). Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. *El País Brasil*. Notícia obtida da versão online do Jornal El País Brasil no link: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html?rel=mas] consultado em 24/2/2019 às 11:17

- Matthiessen, Christian M.I.M. (2012). Systemic functional linguistics as applicable linguistics: social accountability and critical approaches. D.E.L.T.A., 28, Especial. p. 435-471.
- Medeiros, Cintia Rodrigues de Oliveira; Silveira, Rafael Alcadipani da (2017). A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. Revista de Contabilidade e Organizações. V. 11 N. 31 Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.
[<https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134817>]
- Mendonça, Heloísa (2015, Março, 9). Manifestação das panelas surpreende e reacende polarização no país. El País Brasil. Notícia obtida da versão online do Jornal El País Brasil no link
[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098_442390.html] e consultada em 10/2/2019 às 13:52
- Mises, Ludwig Von (2010). Liberalismo. Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica. São Paulo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2a edição. 2010.
[<https://fee.org/media/26708/liberalism-ludwig-von-mises.pdf>]
- MPL. Movimento Passe Livre: por uma vida sem catracas. (2018, Junho 24). Obtido em <https://www.mpl.org.br/>
- Ney, Thiago (2015, Março 12) Roqueiro e ativista na web, líder anti-Dilma defende privatizar saúde e educação. Último Segundo. Notícia obtida do portal IG, caderno Último Segundo, disponível no link [<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>] e consultada em 20/3/2019 às 21:44.
- Oliveira, André de (2016, Setembro, 13). Black bloc: a tática fugidia que desnorteia e assusta SP. El País Brasil. Notícia obtida da versão online do Jornal El País Brasil no link [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html] e consultada em 10/2/2019 às 15:44.
- Oxford, (2019). Embodiment. Oxford Living Dictionaries.
[<https://en.oxforddictionaries.com/definition/embodiment>]
- Penteado, Cláudio Luis de Camargo; GUERBALI, João Guilherme (2016). “As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015”. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, [S.l.], n. 19, out. 2016.
[<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29891>]. Acesso em: 03 jan. 2019.
- Pinto, Céli Regina Jardim. (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (100), 119-153.
[<https://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>]

- Pires, Teresinha Maria de Carvalho Cruz (2011). “A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro”. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 139-162, jan./jun. 2011.
[<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2896>]
- Pires, Maria Laura Bittencourt (2006) Antonio Gramsci. *Teorias da Cultura*. Universidade Católica Editora. Lisboa. 2a edição. Portugal. p. 179-183.
- Priberam (2019). Empatia. *Dicionário OnLine da Língua Portuguesa*.
[<https://dicionario.priberam.org/empatia>]
- Puff, Jeferson (2015, Julho 16). Quatro motivos para prestar atenção ao pronunciamento de Cunha na TV. BBC Brasil. Notícia obtida da versão online do portal da BBC Brasil no link
[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150716_cunhapronunciamento_tg] e consultada em 1/4/2019 às 11:07.
- Puggina, Percival (2015). *Invasão institucional dos bárbaros. A tomada do Brasil pelos maus brasileiros*. Editora Concreta. Porto Alegre, RS. p. 41-131.
- Ribeiro, Darcy (1995). *Classe, cor e preconceito. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 2ª Edição. P. 208-227.
- Ruediger, M.A; Grassi, Amaro; Guedes, Ana Lúcia (2018). *Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil: Análise de interferências de perfis automatizados nas eleições de 2014*. Policy Paper 1. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.
[<http://hdl.handle.net/10438/25739>]
- Scartezini, Natalia (2016). A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Caderno de Campo: Revista de Ciências Sociais*. UNESP-FCLAR. São Paulo. p. 183-206.
- Shoemaker, Robert W. (1966). "Democracy" and "Republic" as Understood in Late Eighteenth-Century America. *American Speech*, Vol. 41, No. 2 (May, 1966), pp. 83-95. Duke University Press. [<https://www.jstor.org/stable/453126>]
- Siemund, Peter; Radden, Günter; Köpcke, Klaus-Michael; Berg, Thomas. (2007). *Aspects of Meaning Construction*. [DOI: 10.1075/z.136]
- Swidler, Ann (1986). Culture in Actions: symbols and strategies. *American Sociological Review*, 1986, Vol. 51. Stanford University. p. 273 – 286.
- Storey, John (1993). *Cultural Theory and Popular Culture*. Prentice Hall. Harvester Wheatsheaf. London. 1977. p. 73-100.
- Storey, John (2008) *What is popular Culture?.* *Cultural Theory and Popular Culture*. An Introduction. London. Pearson. p. 1-16, 111-127.

- TIME (2015, Outubro, 27). The 30 Most Influential Teens of 2015. TIME Magazine. Notícia obtida da versão online da revista TIME no link [<http://time.com/4081618/most-influential-teens-2015/>] e consultada em 10/3/2019 às 10:03.
- Tonha, Coletivo Maria (2013, 25 de Julho). Fundador do MPL fala sobre o movimento, as jornadas de junho e o Tarifa Zero. Notícia obtida da versão online do jornal Brasil de Fato disponível no link [<https://www.brasildefato.com.br/node/13683/>]
- Toledo, Diego (2017, 3 de Julho). O que o Movimento Passe Livre deixou de herança 4 anos após as Jornadas de Junho? Notícia obtida do portal de notícias UOL disponível no link [<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/03/o-que-o-movimento-passe-livre-deixou-de-heranca-4-anos-apos-as-jornadas-de-junho.htm>]
- TV Gazeta (2019). Midia Kit 2019. Tv Gazeta. Arquivo PDF disponível em <https://www.tvgazeta.com.br/wp-content/uploads/2019/02/midia-kit-2019.pdf>
- Veja (2017). “Ficarei conhecido por derrubar dois presidentes do Brasil”, diz Cunha. Revista Veja. Notícia obtida da versão online da Revista Veja disponível no link [<https://veja.abril.com.br/blog/radar/ficarei-conhecido-por-derrubar-dois-presidentes-do-brasil-diz-cunha/>]
- Villa, Marco Antonio (2012). “O Assalto”. Mensalão. Leya Casa da Palavra. 1ª edição. São Paulo. p. 1-17.
- Villa, Marco Antonio (2015, Maio 5) O PT e seu projeto de poder. O Globo. Notícia obtida da versão online do jornal O Globo no link [<https://oglobo.globo.com/opiniaio/o-pt-seu-projeto-de-poder-16057391>] e consultada em 30/3/2019 às 13:07.
- Vejlgaard, Henrik (2007). The Cast of Characters. Anatomy of a Trend. McGraw-Hill. New York. p. 29-57.
- Wodak, Ruth (2012). “Politics as usual Investigating political discourse in action“. The Routledge Handbook of Discourse Analysis. Edited by James Paul Gee and Michael Handford. 2012. Routledge. London and New York. p. 525-540.
- Williams, Raymond (1958). T. S. Eliot. Culture and Society. Penguin Books Ltd. Harmondsworth, Middlesex, England. p. 224-238
- Williams, Raymond. (1961) “The Anaysis of Culture”. The Long Revolution. Harmondsworth. Penguin Books. p. 57 – 88.
- Williams, Raymond (1976). Keywords. A vocabulary of culture and society. Fontana. London.
- Williams, Raymond (1980). Problems of Materialism. Problems in materialism and culture. Verso. London, New York. p. 103-124.

Zalekas, Maria (2012). "Rhetoric and politics: mapping the interrelations". Rhetoric and Politics: Central/Eastern European Perspectives. Cambridge School Publishing. p 1-17.

Anexo 1

08-03-2015 - Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher
[<https://www.youtube.com/watch?v=-HP6avGBWeE>]

08 de março de 2015

1. Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.
2. Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive.
3. Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente. É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem. As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos.
4. Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família.
5. Vamos começar pelo mais importante: o Brasil passa por um momento diferente do que vivemos nos últimos anos. Mas nem de longe está vivendo uma crise nas dimensões que dizem alguns. Passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólidos. Muito diferente daquelas crises do passado que quebravam e paralisavam o país.
6. Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro.
7. A questão central é a seguinte: estamos na segunda etapa do combate à mais grave crise internacional desde a grande depressão de 1929. E, nesta segunda etapa, estamos tendo que usar armas diferentes e mais duras daquelas que usamos no primeiro momento.
8. Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste.
9. Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e

compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento.

10. Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você!
11. Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.
12. Minhas amigas e meus amigos,
13. A crise afetou severamente grandes economias, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Até mesmo a China, a economia mais dinâmica do planeta, reduziu seu crescimento à metade de suas médias históricas recentes. Alguns países estão conseguindo se recuperar mais cedo.
14. O Brasil, que foi um dos países que melhor reagiu em um primeiro momento, está agora implantando as bases para enfrentar a crise e dar um novo salto no seu desenvolvimento. Nos seis primeiros anos da crise, crescemos 19,9%, enquanto a economia dos países da Zona do Euro, caiu 1,7%.
15. Pela primeira vez na história, o Brasil ao enfrentar uma crise econômica internacional não sofreu uma quebra financeira e cambial. O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo.
16. Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. Ou seja: usou o seu orçamento para proteger integralmente o crescimento, o emprego e a renda das pessoas. Realizamos elevadas reduções de impostos para estimular a economia e garantir empregos. Ampliamos os investimentos públicos para dinamizar setores econômicos estratégicos. Mas não havia como prever que a crise internacional duraria tanto. E, ainda por cima, seria acompanhada de uma grave crise climática. Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade.
17. É por isso que estamos fazendo correções e ajustes na economia. Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso. Em 2003, no início do governo Lula, tivemos que tomar medidas corretivas. Depois tudo se normalizou e o Brasil cresceu como poucas vezes na história. São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda, de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável.

18. Você que é dona de casa ou pai de família sabe disso. Às vezes temos de controlar mais os gastos para evitar que o nosso orçamento saia do controle. Para garantir melhor nosso futuro. Isso faz parte do dia a dia das famílias e das empresas. E de países também. Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível. As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições.
19. Foi por isso, que começamos cortando os gastos do governo, sem afetar fortemente os investimentos prioritários e os programas sociais. Revisamos certas distorções em alguns benefícios, preservando os direitos sagrados dos trabalhadores. E estamos implantando medidas que reduzem, parcialmente, os subsídios no crédito e também as desonerações nos impostos, dentro de limites suportáveis pelo setor produtivo.
20. Estamos fazendo tudo com equilíbrio, de forma que tenhamos o máximo possível de correção com o mínimo possível de sacrifício. Este processo vai durar o tempo que for necessário para reequilibrar a nossa economia. Como temos fundamentos sólidos e as dificuldades são conjunturais, esperamos uma primeira reação já no final do segundo semestre deste ano.
21. Mais importante, no entanto, do que a duração destas medidas será a longa duração dos seus resultados e dos seus benefícios. Que devem ser perenes no combate à inflação e na garantia do emprego. Que devem ser permanentes na melhoria da saúde, da educação e da segurança pública.
22. As medidas serão suportáveis porque além de sermos um governo que se preocupa com a população, temos hoje um povo mais forte do que nunca. O Brasil tem hoje mais qualificação profissional, mais infraestrutura, mais oportunidades de estudar e mais empreendedores. Somos a 7ª economia do mundo. Temos 371 bilhões de dólares de reservas internacionais. 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 44 milhões foram para a classe média. Quase dez milhões de brasileiras e brasileiros são hoje micro e pequenos empreendedores. E continuamos com os melhores níveis de emprego e salário da nossa história.
23. Minhas amigas e meus amigos,
24. O que tenho de mais importante a garantir, hoje, vou resumir agora.
25. Primeiro: o esforço fiscal não é um fim em si mesmo. É apenas a travessia para um tempo melhor, que vai chegar rápido e de forma ainda mais duradoura.
26. Segundo: não vamos trair nossos compromissos com os trabalhadores e com a classe média, nem deixar que desapareçam suas conquistas e seus direitos.
27. Terceiro: não estamos tomando estas medidas para voltarmos a ser iguais ao que já fomos. Mas, sim, para sermos muito melhores.
28. Quarto: durante o tempo que elas durarem, o país não vai parar. Ao contrário, vamos continuar trabalhando, produzindo, investindo e melhorando.
29. As coisas vão continuar acontecendo. Junto com as novas medidas, estamos mantendo e melhorando os nossos programas. Entregando grandes obras. Nossas

rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos continuarão sendo melhorados e ampliados.

30. Para isso, vamos fazer, ainda este ano, novas concessões e firmar novas parcerias com o setor privado. Incluímos - e vamos continuar incluindo - milhões e milhões de brasileiros. Mas agora a inclusão tem que se dar, sobretudo, pelo acesso a melhores oportunidades e a serviços públicos de maior qualidade.
31. Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético.
32. Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras.
33. Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia,
34. Por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Feminicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira.
35. Brasileiros e brasileiras,
36. É assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil. É uma tarefa conjunta de toda sociedade, mulheres e homens. Tenho certeza que contará com a participação decisiva do Congresso Nacional, que sempre cumpriu com seu papel histórico nos momentos em que o Brasil precisou.
37. Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas.
38. Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes.
39. O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança.
40. Viva a mulher brasileira! Viva o povo brasileiro. Viva o Brasil!
41. Obrigada e boa noite.

Anexo 2

Maria Lydia entrevista Kim Kataguiri, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL). Jornal da Gazeta.

[<https://www.youtube.com/watch?v=6Y8hWg6d0K4>]

Publicado em 24 de mar de 2015

1. Estela: Na entrevista do dia, com Maria Lydia Flanderi, o perfil, os objetivos e os planos do movimento Brasil Livre.
2. Maria Lydia: Um movimento que se destacou na mobilização de milhares de manifestantes em todo o país, no protesto do dia 15. Eu entrevisto hoje Kim Kataguiri, um dos coordenadores do Movimento Brasil Livre que pede o *impeachment* da presidente Dilma e a apuração das denúncias de corrupção. Obrigada Kim, por estar aqui.
3. Kim Kataguiri: É um prazer imenso.
4. Maria Lydia: Kim, eu acho que nós temos aqui uma oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Movimento Brasil Livre, como é que você define o Movimento Brasil Livre?
5. Kim Kataguiri: O Movimento Brasil Livre ele é um movimento liberal antes de tudo, ele não é simplesmente, como às vezes se passa na mídia, um movimento anti-Dilma, anti-PT. É um movimento que tem propostas, não é um movimento simplesmente reativo, então a gente prega a redução do Estado, a diminuição de impostos, acabar com a burocracia; a gente defende que a atividade empresarial não seja criminalizada como é hoje no Brasil, então a gente também defende a República e é por isso que, agora, a gente pede o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff porque, ao contrário do que muitas pessoas pensam, o caso do petrolão e caso do mensalão não foram simples casos de corrupção, a grande diferença dos escândalos do PT para os escândalos dos outros partidos é que... pro PT a corrupção é só um meio, um meio de se perpetuar no poder e para os outros partidos é um fim. Então a gente defende a República e por isso a gente pede o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, porque o mensalão e o petrolão não passaram de golpes à República.
6. Maria Lydia: E a que título vocês pedem o *impeachment* da Presidente? Para o Movimento Brasil Livre, a presidente está envolvida nessas denúncias todas? Ela é corrupta?
7. Kim Kataguiri: É... então, o Movimento Brasil Livre, ele fez três protestos no ano passado e ele ainda não pediu o *impeachment*, ele pedia a investigação e punição de todos os envolvidos no escândalo do petrolão, liberdade de imprensa, porque o grupo Abril tinha acabado de ser vandalizado, por conta daquela denúncia da revista Veja, do *doleiro* Youssef, e o fim de subsídios de ditaduras.
8. Kim Kataguiri: Neste ano a gente passou a pedir o *impeachment* porque a gente ganhou base jurídica para isso. A primeira base jurídica é de que a Presidente

Dilma Rousseff foi, durante oito anos, presidente do Conselho de Administração da Petrobras, durante quatro anos, Presidente da República, e ela mesma admitiu que se soubesse de todos os detalhes da negociação da refinaria de Pasadena, no Texas, ela não teria autorizado a transação. Ou seja, ela foi omissa, foi negligente e isso caracteriza improbidade administrativa.

9. Maria Lydia: Aquele argumento do professor Ives Gandra, é este o argumento de vocês?
10. Kim Kataguiri: Este é um, tem outro que é do Modesto Carvalhosa, que é o de que, a... a Presidente Dilma, ela articular acordos de leniência com as empresas envolvidas no escândalo do petrolão e assim ela se nega a aplicar a Lei Anticorrupção, que já está vigente desde 2013, e portanto se aplica à Presidente Dilma, e se negar a aplicar a Lei Anticorrupção é crime de responsabilidade, outra base jurídica para o *impeachment*.
11. Kim Kataguiri: Mas a gente também enfatiza que o *impeachment*, ele é, antes de tudo, um processo político. Sendo um processo político a gente exemplifica com o caso do Collor; o Collor ele foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal e ainda assim iniciou-se um processo de *impeachment* contra ele.
12. Kim Kataguiri: E razões políticas para se passar um.. para se iniciar um processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff não faltam né: o aumento da inflação, taxa de juros, o estelionato eleitoral e o próprio golpe à República, que foi o mensalão e o petrolão, porque não foi simplesmente um roubo de dinheiro.
13. Maria Lydia: Bom. A agora é... Você, é da forma como você está falando, é você mostra que vocês estão, assim, assentados, inclusive em base legal para esse pedido de *impeachment* que vocês defendem.
14. Maria Lydia: O... Eu tenho a informação de que o Movimento Brasil Livre, na época das eleições, apoiou a candidatura de Aécio Neves. Vocês, no momento atual, é... atuam como uma linha auxiliar do PSDB?
15. Kim Kataguiri: Não. Na verdade o Movimento Brasil Livre nem existia no segundo turno. Ele não apoiou o Aécio Neves porque ainda não existia o Movimento Brasil Livre. O Movimento Brasil Livre foi criado a partir do dia 1º de Novembro.
16. Kim Kataguiri: Então, a gente também possui discordâncias gigantescas com o PSDB, a gente considera o PSDB a linha auxiliar do PT. O PSDB tem uma postura muito frouxa na oposição. O Aluísio Nunes vem com aquele discurso de que quer fazer o PT sangrar, mas quem está sangrando é a população. O PT... o PSDB utilizou o mesmo discurso no escândalo do mensalão e o PT continua no poder.
17. Maria Lydia: dos partidos políticos, têm algum que seja afinado com a linha de pensamento do Movimento Brasil Livre?
18. Kim Kataguiri: Não, porque o Movimento Brasil Livre é um movimento liberal e não existe nenhum partido político, no Brasil, entre os mais de 30, que realmente sejam afinados...
19. Maria Lydia: nem o antigo PFL, o DEM?

20. Kim Kataguiiri: Não, o DEM ele se perdeu, o nome de Partido da Frente Liberal também era, é só um nome. Você pode ver claramente entre o posicionamento dos políticos de hoje que não é um Partido Liberal.
21. Maria Lydia: Certo. Agora, KIM, como é que subsiste o Movimento Brasil Livre? Afinal de contas vocês mobilizaram muita gente Brasil afora. É... vocês têm aqui uma sede onde recebem a imprensa, onde vocês é, mantém, assim, a sua... onde vocês estão sediados, digamos. Quem mantém o Movimento Brasil Livre? Vocês cobram dos adeptos uma mensalidade? Como é que é?
22. Kim Kataguiiri: A gente pede doações pelo nosso site e pela nossa página no Facebook e a gente sobrevive de doações, né. O Movimento Brasil Livre não é um movimento que dá lucro, é um movimento que dá prejuízo...
23. Maria Lydia: Mas vocês recebem dinheiro de fora? Conforme eu li, é... na revista Carta Capital, na Carta Maior... é, eu li também daqueles irmãos “Kock”, de uma empresa petrolífera americana, que eles subvencionam vocês exatamente para esse discurso que você acabou de dizer que é a base do Movimento Brasil Livre.
24. Kim Kataguiiri: Não. A gente não recebe, isso aí é um absurdo. A ligação que eles fizeram é tão fraca que... o site do Movimento Brasil Livre é aberto para que qualquer um escreva artigos e, desde que passe pelo nosso crivo, ele é publicado.
25. Kim Kataguiiri: É, e um menino que faz parte do Estudante pela Liberdade, publicou... é enviou um artigo para gente, a gente aprovou, foi publicado no nosso site e porque a sede do Estudantes pela Liberdade que é o USFL, nos Estados Unidos, recebe 0,2 por cento do Keyton Institute, que é financiado pelos irmãos Kock, eles fizeram essa relação ligando o Movimento Brasil Livre ao EPL, ao USFL ao Keyton Institute... então é uma teia gigantesca...
26. Maria Lydia: Mas, então.... não vem dinheiro americano para vocês?
27. Kim Kataguiiri: A gente bem que gostaria viu.
28. Maria Lydia: E de empresários brasileiros vem?
29. Kim Kataguiiri: Empresários brasileiros também não. A gente vai atrás... a agente foi atrás de grandes empresários, a gente já foi atrás de, enfim... de pessoas que pudessem estar preocupadas com a situação do país, mas a grande verdade é que a elite brasileira ela quer ir para Miami, ela não quer melhorar o país, ela não quer “financiar”.
30. Maria Lydia: E quando vai ser o próximo movimento, que vocês já estão em mobilização?
31. Kim Kataguiiri: o próximo evento vai ser no dia 12 de abril.
32. Maria Lydia: 12 de abril?
33. Kim Kataguiiri: Isso.
34. Maria Lydia: E que resposta vocês estão tendo? Você acha que vai ter a mesma dimensão que do movimento do dia 15?
35. Kim Kataguiiri: A gente acredita que vai ser até maior do que o do dia 15, porque muitas pessoas estavam temerosas de que o dia 15 fosse haver violência, fosse haver confronto, mas não houve. Então as pessoas já perceberam que é um movimento pacífico, que é um movimento com um pautas bem definidas, com

pautas claras; a gente sabe o que está defendendo, diferentemente dos protestos de 2013, por exemplo. Então eu creio que dessa vez vai ser ainda maior .

36. Maria Lydia: Eu agradeço muito sua entrevista.

37. Kim Katagiri: eu é que agradeço.

38. Maria Lydia: uma boa noite.

Anexo 3

Pronunciamento do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, transmitido nas emissoras de TV no dia 17/07/2015.

Vídeo publicado pela Folha de Pernambuco.

[<https://www.youtube.com/watch?v=G9dFdL1Jn3I>]

1. Boa noite, brasileiras e brasileiros.
2. Em 1960, Brasília foi inaugurada para ser a nova capital de uma República moderna e dinâmica, onde os três poderes da nação conviveriam em harmonia e equilíbrio, como está simbolizada aqui na Praça dos três poderes. O Palácio do Planalto sede do executivo; o Supremo, sede máxima do judiciário e ao centro o Congresso, casa do legislativo e representante mais direto da população.
3. Mas quatro anos depois, infelizmente, o Brasil tornou-se uma ditadura e a independência dos poderes acabou.
4. Só recentemente o judiciário e o legislativo recuperaram sua independência e o equilíbrio entre os poderes.
5. A câmara independente de hoje é um poder com muito mais iniciativa, conectado com as necessidades da população.
6. Hoje, as principais demandas da sociedade é o que está pautando o nosso trabalho. E temos dado respostas mais rápidas para problemas urgentes, até porque a população não aguenta mais esperar.
7. [Câmara mais conectada com a população]
8. Na segurança aprovamos os projetos que combatem a impunidade, pois ela estimula o crime e amedronta a população.
9. Com coragem e maturidade, debatemos a redução da maioria penal e aprovamos o projeto com 323 votos, ampla maioria.
10. Dentre outros, também foi aprovado e já virou lei o projeto que transforma o assassinato de policiais e seus parentes em crime hediondo.
11. Os interesses do trabalhador, e de Estados e municípios também estão sendo pauta nossa.
12. Concluímos a regulamentação da proposta que trata dos novos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, uma vitória que beneficia a pessoas simples e batalhadoras.
13. Colocamos em votação o projeto que regulamenta os direitos do trabalhador terceirizado, com apoio de grande parte das centrais sindicais.
14. Votamos o fim do fator previdenciário e buscamos uma nova forma de cálculo para aposentadoria, em benefício do trabalhador e já incorporada pelo executivo.
15. Já começamos a votar o projeto que aumenta a correção do seu dinheiro no FGTS.
16. [Aprovação de matérias pela Câmara subiu quase 270%]
17. Para estados e municípios aprovamos a redução do custo de suas dívidas. Estamos debatendo um novo pacto federativo para que mais recursos cheguem até eles.

18. Trouxemos o debate nacional mais é um tema importante e urgente para a vida do país, a reforma política. Entre as medidas já aprovadas estão o fim da reeleição, o limite de gastos, e reduzimos o tempo de campanha eleitoral.
19. Também criamos o comprovante de voto impresso em papel, garantindo que o seu voto seja respeitado e a eleição mais transparente.
20. [O número de reuniões das comissões cresceu mais de 60%]
21. Aprovamos a apelidada PEC da bengala que eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria dos servidores públicos.
22. Aprovamos o marco regulatório da biodiversidade, o inédito instrumento de controle ambiental.
23. Criamos a comissão de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.
24. [As necessidades da população estão pautando o trabalho da câmara]
25. Ainda há muito por fazer, mas agora estamos avançando, votando temas que a sociedade aguarda há anos e, em alguns casos, há décadas.
26. Nunca a Câmara trabalhou tanto como agora.
27. Você encontra este balanço completo do trabalho dos deputados no site da câmara.
28. Vale a pena acessar e acompanhar.
29. Hoje o Brasil vive uma crise. Crise com a qual todos sofrem e que o governo busca enfrentar com medidas de ajuste, que a câmara tem avaliado com critério, sempre atenta à governabilidade do país, que é nosso dever assegurar; atenta também às conquistas históricas do nosso povo, que é nosso compromisso preservar
30. Esses problemas do presente não são a nossa única tarefa. hoje, o passo histórico que estamos dando, esta nos avanços que temos ajudado o país a fazer
31. Estamos buscando as suas demandas, inclusive em cada Estado com a câmara itinerante, e fazendo delas a nossa luta.
32. Foi o povo que elegeu cada um dos 513 deputados da Câmara e é para o povo que vamos continuar trabalhando, com independência, coragem, responsabilidade e eficiência.
33. Muito obrigado e boa noite.

Anexo 4

Entrevista de Lucas Monteiro de Oliveira concedida à Maria Lydía Flandoli no Jornal da Gazeta em 25 de Dezembro de 2013

[<https://www.youtube.com/watch?v=bXU3ZcV7kYs>]

1. [Jornalista] Vamos agora a entrevista do dia com Maria Lydía Flandoli.
2. Maria Lydía: Há exatamente seis meses, onda de protestos em todo o Brasil surpreendeu a sociedade e o poder público. Para saber o resultado do balanço desta manifestação e de planos futuros recebemos o professor de história Lucas Monteiro de Oliveira que é militante do Movimento Passe Livre.
3. Maria Lydía: Lucas muito obrigado por estar conosco.
4. Lucas Monteiro: Eu que agradeço.
5. Maria Lydía: Ô Lucas! Olhando, nesses seis meses, é... qual é o resultado mais expressivo dos protestos de rua que mobilizaram o país?
6. Lucas Monteiro: É... Eu acho que o mais importante foi a queda da tarifa em mais de 100 cidades né!
7. Lucas Monteiro: Foi o momento em que a população tomou o controle do sistema de transporte público, do sistema de transporte coletivo da cidade. A população saiu às ruas, se mobilizou e tomou na prática o controle, de como as coisas seriam decididas e forçou o público a revogar o aumento em mais de 100 cidades.
8. Maria Lydía: É... é vocês conseguiram tarifa zero em alguma cidade?
9. Lucas Monteiro: Então, é teve da cidade de Paulínia, logo depois de junho anunciou a implantação da tarifa zero e além disso algumas outras cidades apontaram para a tarifa zero. Saiu uma nota técnica do IPEA indicando que a tarifa zero é possível e tal... então, tem algumas coisa que apontaram neste sentido também.
10. Maria Lydía: Agora, Lucas, as autoridades, no geral e em todas as instâncias, levaram um chacoalhão. Nós vimos a reação do executivo, da Presidente da República, de governador de Estado, de prefeito e também de parlamentares no Congresso Nacional, na Câmara Municipal, em Assembléias Legislativas de vários Estados. Mas, no seu entender, eles deram resposta?
11. Lucas Monteiro: Então a resposta...
12. Maria Lydía: Fora, é... essa de que você está falando, do ponto de vista prático da redução da tarifa. Porque o protesto não se entrou só na tarifa, ele ampliou e expressou uma insatisfação profunda com muitas coisas.
13. Lucas Monteiro: Então, o que eu acho Maria Lydía, é que... é, não era... a demanda não era só por respostas das autoridades, a demanda que estava colocada ali, o que as pessoas estavam fazendo era se organizando diretamente para fazer política.
14. Lucas Monteiro: É, eu acho que as pessoas continuam se organizando diretamente para fazer política, e eu acho isso muito bom. Elas perceberam que não adianta a gente ficar esperando a resposta de uma autoridade pra a gente conseguir o que a gente quer politicamente.

15. Lucas Monteiro: Só com a mobilização direta, com a organização direta da população é que a gente vai conseguir fazer mudanças, é que a gente vai conseguir fazer transformações.
16. Maria Lydia: Mas eu notei, uma preocupação dessas autoridades, dessas personalidades, em dar alguma resposta, lá na Câmara Federal, até agora recentemente, a Câmara Federal aprovou aquele projeto que incluiu o transporte como um direito social.
17. Maria Lydia: Quer dizer.. isso... isso... a gente não deixa de estabelecer uma relação. Você estabelece também?
18. Lucas Monteiro: Então, eu acho que sim. Eu acho que as autoridades estão em uma política de tentar correr atrás das mobilizações. Todos os partidos políticos tentam capitalizar essas mobilizações, se for ver a nova onda de campanhas eleitorais que apareceu depois de junho, todas elas colocavam é... a questão das mobilizações como central. Então eles têm uma tentativa de reincorporação dessas mobilizações, mas não é isso que a população quer. A população quer outra coisa. A população quer se mobilizar diretamente.
19. Lucas Monteiro: Então, existe uma tentativa de dar respostas no sentido de evitar novas mobilizações, mas as mobilizações não vão parar por isso.
20. Maria Lydia: É. Aí que... é... mas de alguma forma elas diminuíram muito né? E o pouco que houve não teve expressão, porque eram grupos pequenos e logo dispersavam. Então, a que você atribui o fato de ter aquela força, aquele vigor inicial, ter refluído e passando até uma impressão, foi só naquela hora e acabou.
21. Lucas Monteiro: Mas é que... centralmente, não refluíu, mas é porque a gente ganhou né! A gente ganhou! Depois que a gente ganha...
22. Maria Lydia: Não, mas eu falo como um movimento político mais amplo que mostra que a mobilização consegue se fazer ouvir.
23. Lucas Monteiro: Então, é assim. Inicialmente a gente ganhou. e depois que a gente ganhou as mobilizações continuaram, por exemplo, na cidade... só na cidade de São Paulo, no mês de agosto, foram mais de 50 ocupações de terreno. A população ocupando diretamente terrenos e reivindicando moradia.
24. Lucas Monteiro: É claro que essas demonstrações de rua elas perderam fôlego, porque elas não tinham como se manter, porque fazer sete atos em 14 dias é exaustivo, e não tem como manter, fazer ato todo dia. Mas a mobilização continua.
25. Maria Lydia: Você acha que os black-blocs espantaram, podem ter espantado...
26. Lucas Monteiro: Não, não acho.
27. Maria Lydia: Porque naquela manifestação, nas grandes, o que a gente viu? A gente viu as famílias. Nós vimos jovens, crianças eu vi gente lá com o menino no colo. É... mas depois esse pessoal sumiu. É, eles podem ter ficado com medo da violência, da repressão policial?
28. Lucas Monteiro: A violência que dá medo nas pessoas é à violência do Estado. É a violência que faz a gente ter queimadura na perna, eu tenho uma por exemplo.
29. Maria Lydia: Mas você não tem medo, por exemplo, quando black-blocs é... quebram estação de metrô, vitrines, é... agências bancárias...
30. Lucas Monteiro: De um modo geral...

31. Maria Lydia: É, isso não dá medo também?
32. Lucas Monteiro: É, eu acho que não porque de um modo geral essa violência é uma violência muito relativa né. Ela acontece depois que o Estado, depois que a polícia já reprimiu as manifestações. Ficou muito claro, principalmente depois do dia 13 de junho quando a polícia reprimiu brutalmente a manifestação, mas é uma coisa que já vinha... já era clara em outras manifestações. Desde que a gente faz manifestação contra o aumento, desde 2005, que eu participo de manifestação... a gente sempre foi reprimido pela polícia.
33. Maria Lydia: Agora, há a questão do... que foi defendida... é que é aquele movimento, a manifestação era apartidária. Vocês fizeram questão que a população soubesse disso e que os partidos e políticos também soubessem. Continuou apartidário ou já há uma diferenciação no sentido de um faturamento político-eleitoral na eleição de 2014.
34. Lucas Monteiro: Então, o Movimento Passe Livre continua sendo um movimento apartidário, continua sendo um movimento que preza pelo apartidarismo. Isso não quer dizer que a gente não possa conversar com nenhum partido, a gente não é braço e não é a correia de transmissão de nenhum partido político. Mas isso não quer dizer que a gente não vá conversar ou que a gente não vá dialogar com partidos, mas continua sendo um movimento apartidário.
35. Maria Lydia: Vocês vão participar de campanhas ou dar apoio à algum candidato?
36. Lucas Monteiro: Não, não participaremos de campanhas e nem daremos apoio. Provavelmente agente vá se posicionar em relação às eleições como a gente se posicionou em outro momento, discutindo quais são as propostas do Movimento Passe Livre e discutindo o que o Movimento Passe Livre defende como um programa de transporte.
37. Maria Lydia: E vão apresentar candidato de vocês?
38. Lucas Monteiro: Candidato, certamente não.
39. Maria Lydia: Não?
40. Lucas Monteiro: Não.
41. Maria Lydia: Através de algum partido? Não?
42. Lucas Monteiro: Certamente não.
43. Maria Lydia: Certo.
44. Lucas Monteiro: A gente não pretende ter a via institucional como foco nosso.
45. Maria Lydia: E tem alguma coisa marcada ou para alguma data em que vocês organizem nova manifestação pro ano que vem?
46. Lucas Monteiro: Então, pro ano que vem ainda não temos nenhuma manifestação marcada. Devem acontecer manifestações locais, em torno da... contra o corte de linhas, que é o que tem acontecido já. Porque está tendo uma política de reestruturação de linhas, então a luta contra o corte de linhas e pela tarifa zero vai continuar, mas não tem nenhuma manifestação específica marcada.
47. Maria Lydia: Agradeço muito a sua entrevista.
48. Lucas Monteiro: Obrigado
49. Maria Lydia: Uma boa noite.
50. Lucas Monteiro: Boa noite.

Anexo 5

Lista de agrupamento de termos presentes no discurso de Dilma Rousseff.

Grupo	Qtde.	Exemplos de termos.
Avanço e progresso social	85	Avanços, benefícios, buscar, conquistas, conseguimos, construção, continuidade, crescimento, cumprindo, desenvolvimento, entregando, faremos, história, implantando, inclusão, melhor, mudaram, oportunidades, programas, pública, públicos, realizamos, sociais, vitória(s), tijolo, direito (s)
Economia e crescimento econômico	41	ampliamos, aumentar, desenvolvimento, economia, emprego(s), fiscal, inflação, obras, produzir, orçamento, , ajustes, custo, gastos.
Patriotismo	32	Brasil, brasileira (o)(s), nação, Nacional, Petrobras
Amizade, União	31	Amigas(os), conversa, conversas, íntima, nossa (s) (os), queridas(os), mãe, minhas, União, Unidos, unirmos
Luta por um objetivo de forma corajosa	29	Coragem, corajosamente, corajosas, encarar, energia, enfrentamento, forças, forte, defender, superá-las, vitória(s)
Crise	27	crise, crises, depressão, dificuldade, dificuldades, problemas, sofreu, sofrimento, afetar, paralisavam, parar
Ação conjunta/coletiva	25	estamos, estarmos, fomos, junto(s), participação, precisamos, temos, tivemos
Esperança, Fé e crença no futuro	25	Acreditar, esperamos, esperança, futuro, melhoria, melhores, melhorar/ melhor, melhorados, melhorando, fé
Inteligência e sabedoria	22	medida (s), método, educação, adequadas, capacidade, capaz, decidimos, decisiva, estratégicos, estudar, fundamentos, notícias, informações
Mulher	21	brasileira(s), doméstica, empresária, feminicídio, homenageadas, mulher (es), elas
Estabilidade e segurança	21	duração/ duraria,durarem, durar, duradoura, garantia, garantir, permanentes, preservamos, preservando, segurança, seguro, inabalável, protegido, protegendo, proteger
Assuntos internacionais	15	cambial, China, euro, europeia, internacionais, internacional, Japão, mundo
Estado e governo	10	governo, pública, públicos, subsídios
Justiça	7	injustas, justa, justiça, ético, moral
Violência	6	assassinato, violência, crime, violência, odioso
Família e tradição	6	família (s)

Igualdade	6	gênero, Incluímos, incluindo, inclusão, iguais
Lei e ordem	5	equidade, equilibrada, equilíbrio, lei, limites
Correção dos erros	5	correção, correções, corretivas, correta, revisamos
Inclusão	5	acesso, direito (s), discriminação
Sacrifício do coletivo	4	Absorvemos, sacrifício, sacrifícios
Oposição	4	contra, contrário
Resistência	4	suportem, suportáveis, suportável
Revolta, revolução e impaciência	3	calma, paciência, ouçam

Anexo 6

Lista de agrupamento de termos presentes no discurso de Kim Kataguirí.

Grupo	Qtde.	Exemplos de termos.
Economia e crescimento econômico	11	Liberal, empresa(s), empresarial, administração, administrativa, empresário, empresários
Patriotismo	28	Brasil, país, brasileiros(as)
Luta por um objetivo de forma corajosa	17	pede, mobilização, mobilizaram, protesto(s), pautas
Estado e governo	16	presidente, República
Violência	4	sangrando, sangrar, roubo, vandalizado
Lei e ordem	10	processo, jurídica, aplicar, pacífico
Oposição	7	anticorrupção, contra, anti-Dilma, anti-PT, oposição
Corrupção	31	denúncias, golpe, leniência, improbidade, escândalo(s), envolvido(a)(s), petróleo, Petrobras, petrolífera, mensalão, processo, corrupção
Liberdade	22	Liberdade, Livre
Política e partidos	12	partido(s), financiado(s)(ar), poder, políticos

Anexo 7

Lista de agrupamento de termos presentes no discurso de Eduardo Cunha.

Grupo	Qtde.	Exemplos de termos.
Avanço e progresso social	36	preservar, Conquistas, Começamos, Concluímos, Criamos, avançando, avanços, debate, debatendo, debatemos, busca, buscamos, buscando, projeto(s), aprovamos, Aprovação, aprovado(as), votar, votação, Votamos, votando, voto, votos, beneficia, benefício
Patriotismo	9	país, Brasil, nação, nacional, brasileiras(os)
Amizade, União	10	acompanhar, harmonia, independência, independente, conectada, itinerante, conectado, trouxemos
Luta por um objetivo de forma corajosa	3	coragem, luta
Crise	3	crise, amedronta
Ação conjunta/ coletiva	2	conectada, conectado
Mulher	4	domésticas, empregadas, brasileiras, batalhadoras
Estabilidade e segurança	1	preservar
Estado e governo	37	representante, república, Planalto, Congresso, governabilidade, judiciário, legislativo, governo, executivo, Estados, deputados, Câmara dos Deputados, poder, poderes, independência, independente, comissão, comissões, eficiência
Justiça	3	Impunidade, penal, Supremo
Violência	5	atenta, crime, assassinato
Igualdade	5	direito(s), defesa
Lei e ordem	4	regulamenta, regulamentação, regulatório, lei
Correção dos erros	1	correção
Apoio, Ajuda, Auxílio	1	assegurar
Política e partidos	2	eleição, eleitoral

Anexo 8

Lista de agrupamento de termos presentes no discurso de Lucas Monteiro.

Grupo	Qtde.	Exemplos de termos.
Avanço e progresso social	1	transformações
Patriotismo	1	Brasil
Luta por um objetivo de forma corajosa	21	tarifa, continua, ganhou, contra, reivindicando, ocupando
Ação conjunta/coletiva	67	gente, manifestação, população, mobilizações, movimento, diretamente, participaremos
Estado e governo	7	resposta, institucional, república, Congresso
Violência	18	violência, medo, polícia, <i>black-blocs</i> , reprimiu, brutalmente, queimadura, repressão
Resistência	1	evitar

Revolta, revolução e impaciência	3	insatisfação, reivindicação
Política e partidos	16	apartidário, campanhas, partidos, político-eleitoral, parlamentares, eleições